

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores	4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	5
2.3 - Outras Informações Relevantes	8

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	9
3.2 - Medições Não Contábeis	10
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	11
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	12
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	13
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	14
3.7 - Nível de Endividamento	15
3.8 - Obrigações	16
3.9 - Outras Informações Relevantes	17

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	18
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	23
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	24
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	26
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	27
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	28
4.7 - Outras Contingências Relevantes	29

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	30
5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos	
5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	31
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	34
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	36
5.4 - Programa de Integridade	38
5.5 - Alterações significativas	41
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	42
6. Histórico do Emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	43
6.3 - Breve Histórico	44
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	46
6.6 - Outras Informações Relevantes	47
7. Atividades do Emissor	
7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	48
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	50
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	51
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	53
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	57
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	58
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	60
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	61
7.8 - Políticas Socioambientais	62
7.9 - Outras Informações Relevantes	63
8. Negócios Extraordinários	
8.1 - Negócios Extraordinários	64
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	65

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	66
8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	67
9. Ativos Relevantes	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	68
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	69
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	70
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	71
9.2 - Outras Informações Relevantes	74
10. Comentários Dos Diretores	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	75
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	89
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	90
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	91
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	92
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	94
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	95
10.8 - Plano de Negócios	96
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	99
11. Projeções	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	100
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	101
12. Assembléia E Administração	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	102
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	106
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	109
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	110

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	111
12.7/8 - Composição Dos Comitês	115
12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	116
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	117
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	119
12.12 - Outras informações relevantes	120

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	152
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	155
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	158
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	159
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	160
13.6 - Opções em Aberto	161
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	162
13.8 - Precificação Das Ações/opções	163
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	164
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	165
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	166
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	167
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	168
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	169
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	170
13.16 - Outras Informações Relevantes	171

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	172
---------------------------------------	-----

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	174
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	175
14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	183
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	184
15. Controle E Grupo Econômico	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	185
15.3 - Distribuição de Capital	189
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	190
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	191
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	192
15.7 - Principais Operações Societárias	194
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	195
16. Transações Partes Relacionadas	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	196
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	197
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	202
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	203
17. Capital Social	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	204
17.2 - Aumentos do Capital Social	205
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	206
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	208
17.5 - Outras Informações Relevantes	209
18. Valores Mobiliários	
18.1 - Direitos Das Ações	211

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	213
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	214
18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	215
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	216
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	217
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	218
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	219
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	220
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	221
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	222
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	223
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	224
19. Planos de Recompra/tesouraria	
19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	225
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	226
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	227
20. Política de Negociação	
20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	228
20.2 - Outras Informações Relevantes	230
21. Política de Divulgação	
21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	231
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	232
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	235
21.4 - Outras Informações Relevantes	236

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Roberto Estefano

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

Declaração do Diretor Presidente

Alexandre Schuler
Diretor Presidente

O diretor acima indicado declara que:

- a. Reviu o Formulário de Referência;
- b. Todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial os arts. 14 a 19; e
- c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

São Roque, 31 de Maio de 2020.

/s/ Alexandre Schuler

Nome: Alexandre Schuler

Cargo: Diretor Presidente

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Roberto Estefano
Diretor de Relações com o Mercado

O diretor acima indicado declara que:

- a. Reviu o Formulário de Referência;
- b. Todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial os arts. 14 a 19; e
- c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

São Roque, 31 de Maio de 2020.

/s/ Roberto Estefano

Nome: Roberto Estefano

Cargo: Diretor de Relações com o Mercado

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relação com Investidores

N/A

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Data Início	01/04/2015
Descrição do serviço contratado	A KPMG Auditores Independentes foi contratada para a realizar auditoria e emitir relatório sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia a partir do primeiro ITR 2015
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A KPMG Auditores Independentes recebera uma remuneracao 225.000 (Duzentos e vinte e cinco reais) liquido de tributos
Justificativa da substituição	A referida mudança de auditores independentes dar-se-á por termino do contrato de prestação de serviços entre as partes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	n/a

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Marcelo Pereira Gonçalves	01/04/2015	200.314.278-98	Rua Doutor Renato Paes de Barro,33, ITAIM BIBI, SP, Brasil, CEP 04530-904, Telefone (011) 21836677, e-mail: mgoncalves@kmpg.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1088-0
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	SAX AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	09.253.880/0001-82
Data Início	09/05/2016
Descrição do serviço contratado	A Sax Auditores Independentes foi contratada para a realizar auditoria e emitir relatório sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia, com início no ITR de 31/03/2016.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A Sax Auditores Independentes recebera uma remuneração 228.000 (Duzentos e vinte e oito mil reais) líquido de tributos para os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis do exercício de 2019
Justificativa da substituição	A substituição visa atender ao disposto no artigo 31 da Instrução CVM nº 308/99, o qual determina a rotatividade dos auditores Independentes a cada 5 anos, e contou com a anuência da SAX Auditores Independentes S.S.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	n/a

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
ALXANDRE RALF SLAVIC	09/05/2016	182.787.488-02	RUA CORONEL ABILIO SOARES, 261 SL 71 CJ 01, VILA ASSUNÇÃO, SANTO ANDRE, SP, Brasil, CEP 09020-260, Telefone (11) 28962755, e-mail: alexandre.slavic@saxauditores.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1132-0
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	GF AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	10.448.113/0001-08
Data Início	13/04/2020
Descrição do serviço contratado	A GF Auditores Independentes foi cotratada para realizar auditoria e emitir relatório sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Os trabalhos da GF Auditores Independentes terão início com a revisão das informações trimestrais da Companhia referente ao primeiro trimestre de 2020.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total dos auditores independentes relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 srá de R\$ 236.400,00 para prestação de serviços de auditoria
Justificativa da substituição	
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Marco Antonio Gouvêa de Azevedo	01/01/2020	197.538.368-05	Rua Cincinato Braga, 321 - Sala 92, 9º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01333-010, Telefone (11) 32514013, Fax (11) 32514013, e-mail: gouvea@gfauditores.com.br

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3 - Outras informações relevantes

Foram contratados para realizar auditoria e emitir os relatórios sobre as demonstrações financeiras da subsidiária Penalty Argentina S.A., a PKF Audisur. Os trabalhos de revisão foram realizados para o exercício de 2019 e trimestralmente para o exercício de 2020.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)
Patrimônio Líquido	73.973.422,00	24.101.491,00	6.718.880,00
Ativo Total	243.234.720,00	214.940.821,00	221.653.403,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	219.836.048,00	247.489.283,00	259.463.696,00
Resultado Bruto	96.854.731,00	101.005.371,00	102.613.324,00
Resultado Líquido	20.212.247,00	16.650.232,00	44.774.272,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	41.980.080	3.855.224	3.855.224
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	1,762108	6,251645	1,742799
Resultado Básico por Ação	0,481472	4,318876	11,613900

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2 - MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS

a) Valor das medições não contábeis

O EBITDA é o lucro líquido do período, acrescido do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras, da depreciação e amortização e deduzido das receitas financeiras. O EBITDA não é uma medida contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, bem como não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido ou para o fluxo de caixa como indicador de desempenho operacional ou liquidez da Companhia. Nos nossos negócios, o EBITDA é utilizado como medida do nosso desempenho operacional e liquidez.

Exercício social encerrado em (em R\$ mil)

EBITDA CONSOLIDADO

	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
EBITDA	45.098	35.896	26.403
MARGEM EBITDA	20,5%	14,5%	10,1%

Margem calculada sobre a receita líquida

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas e EBITDA (em R\$ mil)

EBITDA CONSOLIDADO

	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	20.212	16.650	44.774
(+) Depreciações e Amortizações	7.154	6.959	6.457
(+/-) Resultado Financeiro	25.504	19.485	10.975
(+/-) Atribuível aos acionistas não controladores	(1)	(11)	(43)
(+/-) IR/CS	(7.771)	(7.187)	(35.760)
EBITDA	45.098	35.896	26.403

c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Entendemos que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da nossa condição financeira e do nosso resultado por possibilitar a análise do nosso resultado operacional, sem os efeitos oriundos de nossa estrutura de capital, impactos tributários e demais resultados não operacionais. Esta medição permite ainda uma melhor comparação com os resultados de outras companhias do mesmo setor por nivelar os resultados decorrentes das estratégias financeiras e fiscais de cada companhia.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

A Companhia tem ação judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e na data de 14 de fevereiro de 2020, decorreu o prazo de interposição de recurso em face ao agravo interno interposto pela Receita Federal. A Companhia aguarda a certidão de trânsito em julgado para homologar o crédito tributário levantado no período.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4 – POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DE RESULTADOS

a) Regras sobre retenção de lucros

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou lucro líquido no montante de R\$ 20.212.247,66 (Vinte milhões, duzentos e doze mil, duzentos e quarenta e sete reais, sessenta e seis centavos).

Do resultado do exercício foram deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados no valor de R\$ 9.497.923,99.

O Art. 41 do Estatuto Social da Companhia prevê dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Art. 202 da Lei Das Sociedades Por Ações.

Não houve distribuição de dividendos em função da absorção dos prejuízos acumulados, da constituição da reserva legal e constituição da reserva para incentivos fiscais.

b) Regras sobre distribuição de dividendos

O Art. 41 do Estatuto Social da Companhia prevê dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Art. 202 da Lei Das Sociedades Por Ações.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

A distribuição dos nossos dividendos ocorre anualmente. De acordo com o nosso Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração, poderemos declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral ou ainda levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, obedecidos os limites legais.

Os dividendos intermediários e intercalares distribuídos serão considerados como antecipação do dividendo obrigatório relativo ao lucro líquido do final do exercício em que os dividendos foram pagos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia destinou o valor de R\$ 10.178.607,49 para reserva de incentivos fiscais, deduzindo esse valor da base de dividendos.

d) Restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

Não há.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6 – Dividendos – Lucros Retidos/Reservas

Informar se nos últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

A Companhia goza de subvenções de investimentos, concedidas pelos governos estaduais em que as Fábricas estão localizadas.

A partir de 1º de janeiro de 2008, os incentivos fiscais passaram a ser registrados diretamente no resultado, sendo posteriormente, quando do encerramento das demonstrações financeiras, constituídos como “Reserva de incentivos fiscais” no grupo “Reservas de lucros”.

A proposta da Administração é recompor o saldo das reservas para incentivos fiscais, destinando o valor após a destinação da reserva legal, no montante de R\$ 10.178.607,49 para reserva de incentivos fiscais.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2019	169.261.298,80	Índice de Endividamento	0,69587638	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2019)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		49.489.824,00	24.887.553,00	4.755.666,00	0,00	79.133.043,00
Total			49.489.824,00	24.887.553,00	4.755.666,00	0,00	79.133.043,00
Observação							

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9 - Outras informações relevantes

Não há

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1 – Descrição – Fatores de risco

a) Com relação ao emissor

Realizamos nosso plano de investimentos levando em conta as informações históricas e tendências econômicas.

Na elaboração do nosso plano de negócios e de investimentos levamos em consideração *performance* históricas, conhecimentos adquiridos ao longo dos anos, tendências macroeconômicas e setoriais, entre outras fontes de informações, para que tenhamos o maior grau de assertividade e previsibilidade possível. Apesar desses cuidados, a ocorrência de fatores que estão fora de nosso controle, tais como grandes alterações nas condições macroeconômicas provenientes de graves crises, alterações significativas na demanda e na preferência dos nossos clientes, podem impactar negativamente nossos resultados operacionais.

A identidade de nossa marca é um dos fatores chave para o sucesso de nosso negócio. Essencial que possamos utilizar de forma eficaz e proteger de forma adequada qualquer uma de nossas marcas.

Como parte de nossa estratégia de crescimento e incremento de *market share*, buscamos posicionar bem nossas marcas no mercado, pois elas são um ativo de natureza competitiva e estratégica para a Companhia, e além de estimularem o consumo dos nossos produtos por milhões de consumidores, no Brasil e no exterior.

As nossas marcas foram construídas ao longo dos últimos 40 anos de nossa história e são um fator determinante na conquista da fidelidade dos consumidores. Possuímos um portfólio amplo de marcas registradas e zelamos para que nossos direitos de titular das marcas sejam protegidos e respeitados por terceiros. O portfólio de nossas marcas é formado por aproximadamente 294 registros, divididos entre o Brasil e o exterior, em mais de 77 países. Desse universo, a marca mais importante para nós é a "Penalty".

A proteção inadequada de nossos direitos de propriedade intelectual pode ter efeito relevante e adverso sobre nós.

Por ser um ativo de alto valor, nossos direitos de propriedade intelectual referentes às nossas marcas e ao *design* de nossos produtos estão constantemente sujeitos à utilização indevida e à violação por terceiros. Não estamos imunes a produtos falsificados, contrabandeados, "pirateados" e produtos que infringem nossos direitos de propriedade intelectual nos mercados em que atuamos e em outros mercados.

A dificuldade no combate da falsificação de várias fontes de nossos produtos e a infração de nossos direitos de propriedade intelectual pode não apenas ter um efeito adverso para nós, como atingir a integridade de nossas marcas pela sua associação com produtos de menor qualidade.

Adicionalmente, embora tenhamos o registro e pedidos de registro de todas as nossas marcas e patentes no Brasil e de nossas principais marcas no exterior, não podemos assegurar que quaisquer terceiros não alegarão que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual. Neste caso, podemos vir a ficar impedidos de utilizar determinada marca, o que, conseqüentemente, poderá ter um efeito adverso sobre nós.

Não podemos assegurar que nossas novas tecnologias, patentes, objetos de design e marcas que venhamos a desenvolver serão levados a registro nos órgãos de propriedade industrial competentes antes que terceiros o façam.

É essencial que possamos responder de forma eficiente às mudanças nas tendências de artigos esportivos e preferências de nossos clientes.

Atuamos há mais de 40 anos no mercado de artigos esportivos e competimos com diversas outras marcas e produtos em geral destinados a prática de esportes e atividades recreativas, calçados, confecção e acessórios em relação a preço, qualidade, estilo e promoções.

Acreditamos que a venda de produtos diferenciados e satisfação dos clientes estejam entre os pontos mais desafiadores de nosso negócio. As preferências dos consumidores e a tendência de artigos esportivos são voláteis.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O sucesso de nossas vendas depende de nossa habilidade em antecipar e responder rapidamente às mudanças e tendências da moda, bem como às preferências de nossos clientes. Se por algum fator alheio ao nosso controle não formos capazes de adequar nossos produtos aos gostos dos clientes, poderemos aumentar nossos níveis de estoque e não vender nossos produtos no momento e no volume planejado.

Dependemos de dois centros de distribuição para distribuir nossos produtos.

Possuímos apenas dois centros de distribuição no Brasil, sendo um na cidade de Bayeux, no Estado da Paraíba, e o outro na cidade de Itajuípe, no Estado da Bahia.

Muito embora tenhamos Planos de Contingências para mitigar riscos no fluxo de suprimentos, qualquer interrupção significativa ou diminuição de utilização na infraestrutura de transportes das referidas cidades ou em sua operação, devido a desastres naturais, incêndios, acidentes, falhas sistêmicas ou outras causas imprevistas podem atrasar ou prejudicar nossa capacidade de distribuir mercadorias, o que poderá impactar negativamente nossos resultados financeiros e operacionais.

Existem riscos para os quais não possuímos cobertura de seguros.

Embora mantenhamos contratos de seguro dentro das práticas usuais de mercado, existem determinados tipos de risco que podem não estar cobertos pelas apólices contratadas (tais como guerra, caso fortuito e força maior ou interrupção de certas atividades). Assim, na hipótese de ocorrência de quaisquer desses eventos não cobertos, poderemos incorrer em custos adicionais, afetando os nossos resultados operacionais. Não podemos garantir que, mesmo na hipótese de ocorrência de um sinistro coberto por nossas apólices, o pagamento do seguro será suficiente para cobrir os danos decorrentes de tal sinistro. Além disso, nas apólices de seguro da Companhia não há cobertura de lucros cessantes.

Interrupções duradouras no fornecimento de energia elétrica ou escassez de gasolina e diesel nas nossas unidades industriais podem implicar em aumentos significativos nos nossos custos, o que poderia causar um efeito material adverso nas nossas atividades e resultados operacionais.

Dependemos da obtenção ou renovação, em prazo adequado, das licenças municipais e do corpo de bombeiros para operação do nosso negócio.

A fábrica, centros de distribuição e outros imóveis que ocupamos ou podemos vir a ocupar estão sujeitos a licenciamentos municipais e autorizações do corpo de bombeiros. Em relação às fábricas, é exigível, adicionalmente, a obtenção de licenças ambientais cabíveis ou respectiva dispensa de licenciamento ambiental. Apesar de mantermos um rígido controle nos atendimentos aos requisitos necessários à renovação e obtenção de todas as licenças necessárias à operação do nosso negócio, não podemos assegurar que, por motivos alheios a nossa vontade, obteremos essas licenças em prazos adequados.

A falta de uma destas licenças ou o indeferimento da sua obtenção ou renovação pode implicar em penalidades que variam desde a aplicação de multas até o fechamento das atividades do respectivo imóvel. A eventual imposição destas penalidades, em especial o fechamento de unidades, poderá ter um efeito adverso em nossos resultados operacionais.

Nossos incentivos fiscais podem não ser renovados quando do seu vencimento.

Somos titulares de alguns incentivos fiscais federais e estaduais relacionados ao Imposto de Renda e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Nos exercícios de 2017 a 2019, parte substancial de nosso resultado são desses incentivos fiscais. Os incentivos têm prazos finitos e podem não ser renovados quando do seu vencimento, o que causará um efeito relevante e adverso sobre os nossos resultados.

Não podemos assegurar que não haverá uma reforma tributária que alterará os incentivos fiscais. Também não podemos assegurar que continuaremos a obter novas subvenções para investimento depois de expirado os prazos de recebimento das atuais e, se conseguirmos, não podemos assegurar que tais incentivos serão concedidos nas mesmas condições das que atualmente somos titulares. Caso novos incentivos fiscais não sejam efetivamente obtidos, será necessário que promovamos adequações operacionais para que nossos resultados não sofram efeito adverso relevante.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, há ações diretas de inconstitucionalidade movidas contra os Estados da Bahia e Paraíba questionando a constitucionalidade de leis que instituíram incentivos fiscais por nós usufruídos. Caso o Supremo Tribunal Federal julgue referidas ações procedentes podemos perder as subvenções decorrentes destes incentivos.

Alterações na legislação tributária ou trabalhista, ou na interpretação de tais leis e normas, podem ter um efeito adverso relevante para nós.

O Governo Federal ocasionalmente promove reformas nos tributos e nos regimes de tributação, que podem afetar as nossas operações e de outros participantes dos nossos mercados de atuação. Essas reformas incluem mudanças nas alíquotas de tributação e, ocasionalmente, imposição de tributos temporários, cujos recursos são destacados para o atendimento de determinados objetivos governamentais. Os efeitos dessas mudanças e de quaisquer outras mudanças decorrentes de aprovação de novas reformas tributárias não podem ser quantificados. Além disso, pode haver alterações na legislação trabalhista ou na interpretação da atual legislação trabalhista pelo poder judiciário que altere os custos trabalhistas e encargos relacionados a que estamos sujeitos. Não podemos assegurar que eventuais reformas tributárias ou trabalhistas, ou alterações na interpretação das leis tributárias ou trabalhistas vigentes não ocorrerão. Uma mudança dessa natureza poderá afetar as empresas de forma geral ou de segmentos específicos. Se isso ocorrer com empresas do seguimento que atuamos, isso poderá afetar nossas despesas com tributos ou nossos custos trabalhistas e encargos relacionados, com consequente efeito adverso e talvez relevante nos nossos resultados.

b) Com relação ao nosso controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Não há fatores de risco relacionados a nosso controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle.

c) Com relação aos nossos acionistas

Não há fatores de risco relacionados aos nossos acionistas.

d) Com relação a nossas controladas e coligadas

Os riscos relacionados às nossas controladas são substancialmente os mesmos relacionados às nossas atividades.

e) Com relação a nossos fornecedores

É essencial que consigamos adquirir matéria-prima, para que nossa produção e nossas vendas não sejam afetadas de maneira negativa e nosso resultado não seja prejudicado.

Possuímos uma ampla gama de fornecedores no Brasil e no exterior e não concentramos nossas necessidades de produção ou comercialização em fornecedores específicos. Além disso, estabelecemos um alto grau de parceria com esses fornecedores e baseamos nossas negociações em um planejamento de compras.

O preço de nossas matérias-primas pode ser afetado pela volatilidade nas cotações de commodities e uma oscilação brusca e inesperada poderá ter um efeito adverso relevante para nós.

Nossas principais matérias-primas são a borracha natural, borracha sintética, látex, fios de algodão, laminados de PVC e PU, EVA, e tecidos de poliéster, que representam uma parcela significativa do nosso custo de produtos vendidos. A borracha natural e o algodão são commodities, enquanto que as demais matérias-primas contêm em sua composição derivados de commodities como resinas de PVC, óleos plastificantes e alguns tipos de aditivos, portanto, seus valores também são estabelecidos de acordo com a oscilação mundial de oferta e demanda, bem como em função do Dólar. Mesmo no caso de contratos firmados com fornecedores, buscando certa estabilidade de suprimento e custos para essas matérias-primas, as negociações contratuais podem sofrer influência de flutuações nas cotações destas commodities, sobre as quais não temos controle. Caso ocorra uma variação significativa, brusca e inesperada no preço dessas matérias-primas, podemos sofrer um efeito relevante e adverso.

Estamos expostos à volatilidade dos custos e demais eventos relacionados aos nossos insumos e dos insumos das nossas fábricas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Nossas principais matérias-primas estão sujeitas a flutuações de preço, que poderão causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais. Os preços das nossas matérias-primas são influenciados por uma série de fatores, alguns sob os quais temos pequeno ou nenhum controle, tais como clima, produção agropecuária, condições econômicas internacionais e nacionais, custos de transporte e processamento, regulamentações e políticas governamentais e relação entre oferta e demanda mundial, dentre outros. Adicionalmente, aumentos de custos de insumos relacionados à produção de nossos produtos poderão vir a diminuir nossa margem de lucro.

f. com relação aos nossos clientes

Estamos expostos a riscos relacionados à inadimplência de nossos clientes.

Somos uma companhia que atua no setor varejista do Brasil e realizamos vendas a prazo de nossos produtos por clientes dos seguintes canais: atacado, distribuidores regionais, varejo de calçados multimarca e especializado em artigos esportivos e supermercados e hipermercados. Embora, não possuamos alta concentração de clientes, isto é nenhum de nossos clientes possui vendas representando mais de 10% (dez por cento) do nosso total de vendas, bem como adotamos rígidos processos de análise de crédito e cobranças, estamos expostos a riscos, ainda que pequenos, relacionados à inadimplência de nossos clientes.

Fatos adversos que influenciam as condições macroeconômicas brasileiras, tais como a redução do nível da atividade econômica, a desvalorização do Real, a inflação, o aumento das taxas domésticas de juros e/ou do nível de desemprego podem aumentar o índice de inadimplência de nossos clientes, o que poderá causar efeito adverso em nossos negócios.

Nosso negócio também poderá sofrer efeito adverso caso a política do Governo Federal restrinja a extensão de crédito ao consumidor ou a capacidade de nossos clientes de honrar suas obrigações, com relação a eventual crédito concedido, seja reduzida.

g) com relação ao setor de atuação

O setor de varejo de artigos esportivos no Brasil é caracterizado por intensa e crescente competição.

A concorrência é caracterizada pela variedade de mercadorias e novos concorrentes, pelo número de lojas, propaganda, preços e descontos, qualidade, experiência de compra, localização das lojas, reputação e disponibilidade de crédito para o consumidor, qualidade e eficiência de atendimento na venda e pós-venda, entre outros. Temos concorrentes nacionais e internacionais.

O setor varejista é sensível a diminuições no poder de compra do consumidor e a ciclos econômicos desfavoráveis.

Historicamente, o setor varejista é sensível a períodos de aquecimento e desaquecimento econômico geral que levaram a aumentos e quedas nos gastos do consumidor. O sucesso das operações do setor depende, entre outros, de vários fatores relacionados aos gastos do consumidor e/ou que afetam sua renda, inclusive a situação geral dos negócios, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, níveis de emprego e salários. Situações desfavoráveis na economia brasileira podem, portanto, reduzir consideravelmente a capacidade de gastos do consumidor e sua renda disponível, o que poderá afetar adversamente nossas vendas.

h) com relação à regulação do setor de atuação

Não estamos expostos a riscos decorrentes da regulação do setor em que atuamos.

Proteção do mercado brasileiro

Em razão do forte crescimento das importações os governos de Brasil e da Argentina adotaram medidas "antidumping" aos calçados provenientes da China, impondo sobretaxa que elevou seu custo de importação.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Novas barreiras de importação, ou a ampliação das atuais, dependendo de sua dimensão, podem afetar as nossas estratégias de "sourcing".

i) com relação aos países estrangeiros onde atuamos

Internacional

Nossa operação em países estrangeiros nos expõe aos riscos especificados nos itens acima, podemos ser adversamente afetados por variações em sua economia, instabilidade política e medidas governamentais relacionadas à economia.

Enfrentamos diversos riscos relacionados aos negócios em mercados internacionais em que atuamos, dentre os quais se destacam principalmente:

- (i) interferência de governos locais em políticas econômicas;
- (ii) liberação de licenças para a importação de mercadorias;
- (iii) instabilidade da taxa de câmbio e desvalorização das moedas locais;
- (iv) deterioração de condições econômicas;
- (v) inflação e taxa de juros;
- (vi) controle de câmbio e restrições de remessa ao exterior;
- (vii) política fiscal e regime tributário;
- (viii) liquidez no mercado financeiro e de capitais e mercado de empréstimos; e
- (ix) outros aspectos políticos, sociais e econômicos que afetem os mercados em que atuamos.

A ocorrência de quaisquer dos fatores de risco acima mencionados, bem como de qualquer outro fator que afete as condições econômicas, políticas e sociais dos mercados em que operamos ou que pretendemos operar, pode nos impedir de atingir os nossos objetivos estratégicos nesses países ou em nossas operações internacionais como um todo, resultando em um efeito adverso para nós.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2 – Expectativa de variação na exposição

Em relação a cada um dos riscos acima mencionados, caso relevantes, comentar sobre eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Analizamos constantemente os riscos aos quais a Companhia está exposta, mediante monitoramento das mudanças a que nossas atividades estão sujeitas. Atualmente, não temos expectativas sobre o aumento ou redução da exposição aos riscos mencionados no item 4.1 acima.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3 – Processos não sigilosos relevantes

A Companhia está sujeita a procedimentos administrativos e processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de nossas atividades, cuja provisão para contingência encontra-se no quadro abaixo:

Natureza	31/12/2019			31/12/2018		
	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida
Trabalhistas	1.396	(1.241)	155	1.050	(1.759)	(709)
Fiscais	2.998	-	2.998	2.998	-	2.998
Cíveis	245	(3.663)	(3.418)	386	(8.002)	(7.616)
	4.639	(4.904)	(265)	4.434	(9.761)	(5.327)

Natureza	31/12/2019			31/12/2018		
	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida
Trabalhistas	1.396	(1.241)	155	1.050	(1.759)	(709)
Fiscais	3.051	-	3.051	2.998	-	2.998
Cíveis	245	(3.718)	(3.473)	386	(8.004)	(7.618)
	4.692	(4.959)	(267)	4.434	(9.763)	(5.329)

A provisão para contingência foi constituída no montante estimado para todas aquelas ações que, segundo a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, estão classificadas como perda provável.

A movimentação da provisão está assim demonstrada:

	Controladora			
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.050	2.998	386	4.434
(+) Complemento de provisão	881	-	-	881
(-) Reversão	(309)	-	(141)	(450)
(-) Pagamentos	(226)	-	-	(226)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	1.396	2.998	245	4.639

A Administração da Companhia, junto aos seus assessores jurídicos externos, estima que o desembolso desses recursos possa ocorrer, substancialmente, entre 2021 e 2022.

Contingências perdas possíveis

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais e administrativas decorrentes do curso normal de suas atividades, de naturezas cíveis, trabalhista e tributária, envolvendo riscos de perda classificados pelos assessores jurídicos externos da Companhia como possíveis. As ações com riscos de perda classificados como prováveis são provisionadas e estão apresentadas nesta nota.

Os assessores jurídicos externos da Companhia não conseguem estimar o prazo de conclusão desses processos. Adicionalmente, a Administração entende não ser possível estimar o montante de desembolso para fazer face de um eventual desfecho desfavorável à Companhia.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

A Companhia não espera qualquer reembolso em conexão com o resultado desses processos. Os processos mais significativos, cujos riscos foram avaliados como possível, estão sumariados a seguir:

- (i) Ações cíveis, no montante de R\$ 3.678, com grande parte pleiteando danos morais e materiais.
- (ii) Ações trabalhistas, movidas por ex-funcionários e colaboradores, cujos pedidos são basicamente a constatação de lesão por esforço repetitivo (LER) e/ou adicional de insalubridade e outras demandas, no montante de R\$ 968.
- (iii) Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho por suposto descumprimento de medidas relacionadas à saúde e segurança do trabalho nas unidades fabris da Bahia. Os assessores jurídicos internos e externos da Companhia estimam uma perda possível de R\$ 1.148
- (iv) Autos de infração movidos pela Receita Estadual dos Estados da Bahia e Paraíba para cobrança de ICMS, proveniente da glosa de diversos créditos tributários, no montante de R\$ 22.661.
- (v) Autos de infração movidos pela Receita Federal no montante de R\$ 3.793.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4 – Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estão sob sigilo, em que a Companhia ou suas controladas são partes e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de seus controladores.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não há perda e valores envolvidos em processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas são parte.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6 - Processos repetitivos ou conexos

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes em que a Companhia ou suas controladas são partes.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

Não há outras contingências relevantes, em que a Companhia ou suas controladas são partes.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

i) Restrições impostas aos exercícios de direitos políticos e econômicos;

Este item não se aplica à Companhia, pois não somos emissores estrangeiros.

ii) Restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários;

Este item não se aplica à Companhia, pois não somos emissores estrangeiros.

iii) Hipóteses de cancelamento de registro; e

Este item não se aplica à Companhia, pois não somos emissores estrangeiros.

iv) Outras questões do interesse dos investidores

Este item não se aplica à Companhia, pois não somos emissores estrangeiros.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1 – Política de Gerenciamento de Riscos

Gerenciamento de Riscos

A Cambuci adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com a política financeira aprovada pelo Conselho de Administração. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento.

(i) Risco de mercado

A Administração da Cambuci elabora uma análise de sensibilidade e de cenários adversos provável, possível e remoto para cada tipo de risco de mercado a que está exposta e está apresentada na Nota 27.3 das notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às variações cambiais e de taxas de juros, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos.

Para os instrumentos financeiros que estão reconhecidos pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, em determinadas operações poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

a) Exposição a riscos cambiais

A política de gestão de risco de câmbio da Companhia se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado.

Neste contexto, a utilização de operações de hedge é para fins exclusivos de proteção e é pautada nos seguintes termos:

- (i) proteção de fluxo de caixa contra descasamento de moedas,
- (ii) (ii) proteção de fluxo de receita para pagamento de amortizações e juros das dívidas às oscilações de taxas de juros e moedas.

A Cambuci tem operações comerciais denominadas ou indexadas a moedas estrangeiras. A Companhia tem utilizado captações de curto e longo prazo em moedas estrangeiras, as quais causam exposição à variação das taxas de câmbio entre o real e a moeda estrangeira, em especial o dólar norte americano. A Cambuci administra sua exposição às taxas de câmbio através do acompanhamento da composição da dívida e das contas a receber em moeda estrangeira. A política financeira da Cambuci para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela sua Administração, além de hedge para operações de curto prazo.

	Cenário provável		Cenário adverso possível (a)		Cenário adverso remoto (b)	
	R\$	Taxa (média/ano)	Taxa (+25%)	Perda	Taxa (+50%)	Perda
CDI	3.266	3,9987%	4,9984%	33	5,9981%	65
TJLP	4.655	4,2450%	5,3063%	49	6,3675%	99
TR	131	0,5967%	0,7459%	-	0,8951%	-
Peso Argentina	87	0,0673	0,0842	1	0,1010	3
Peso Chileno	431	0,0054	0,0067	1	0,0080	1
Fornecedor	3.142	4,0500	5,0625	3.181	6,0750	6.363
Clientes	2.147	4,0500	5,0625	(2.174)	6,0750	(4.348)
	13.859			1.091		2.183

Cenário adverso possível (a) Cenário adverso remoto (b)

- i. O cenário adverso possível é representado por uma desvalorização do real em relação ao dólar de 25% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI, INPC, IPCA, TJLP e TR de 25% em relação às taxas do cenário provável.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- ii. O cenário adverso remoto é representado por uma desvalorização do real em relação ao dólar de 50% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI, INPC, IPCA, TJLP e TR de 50% em relação às taxas do cenário provável.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda estrangeira em taxas flutuantes está sujeita, principalmente, à flutuação da Libor. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da taxa de juros de longo prazo ("TJLP"), das taxas pós-fixadas indexadas aos índices de inflação IPCA/INPC e, da variação do certificado de depósito interbancário ("CDI diário").

c) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Cambuci à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas a receber de clientes, para as quais a Companhia fica exposta ao risco de liquidez do cliente envolvido.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Cambuci tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

Classificação por categoria	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixas e bancos	8.267	2.866	9.053	8.902
	8.267	2.866	9.053	8.902
Aplicações financeiras				
Aplicação mantida até o vencimento	1	2.660	1	2.660
	1	2.660	1	2.660
Contas a receber clientes				
Empréstimos e recebíveis	47.402	49.506	54.273	55.726
	47.402	49.506	54.273	55.726
Partes relacionadas				
Ativos	54.934	49.362	-	-
Passivos	(320)	(1.667)	-	-
	54.614	47.695	-	-
Fornecedores				
Outros passivos financeiros	7.840	12.116	11.655	19.890
	7.840	12.116	11.655	19.890
Empréstimos e financiamentos				
Moeda estrangeira	-	-	518	1.535
Moeda Nacional	78.614	62.858	78.614	62.858
	78.614	62.858	79.132	64.393
Debêntures				
Outros passivos financeiros	-	370	-	370
	-	370	-	370

A tabela acima apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros, sendo o valor justo uma aproximação razoável do valor contábil

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de contas a receber de clientes encontra-se líquido de perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa. Em caso de eventual constatação de risco iminente de crédito nas contas a receber, a Administração da Companhia constitui perdas estimadas para trazê-las ao seu valor provável de realização.

c.1. Contas a receber de clientes

Praticamente todos os clientes da Companhia não possuem classificação de risco concedida por agências avaliadoras. Por essa razão, a Companhia desenvolveu um sistema próprio que gera a classificação de risco para a totalidade dos títulos a receber de clientes nacionais e parte dos títulos de clientes no exterior.

Em 31 de dezembro 2019, a classificação do risco não sofreu alteração em relação a 31 de dezembro de 2018.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

c.2. Indicadores de inadimplência

Valores em R\$ mil

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Faturamento Bruto	235.652	255.971	254.613	287.758
Títulos vencidos	13.232	10.162	13.504	13.023
	5,6%	4,0%	5,3%	4,5%

(i) *Indicador de inadimplência = total dos títulos inadimplentes, acima de 30 dias, sobre o total do faturamento anualizado.*

(ii) Riscos de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A previsão de fluxo de caixa da Companhia é realizada pela Diretoria de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Cambuci por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado				Total
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	
Circulante					
Fornecedores	11.658	-	-	-	11.658
Empréstimos e financiamentos	38.737	12.559	24.916	2.920	79.133
	50.395	12.559	24.916	2.920	90.791

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) riscos para os quais se busca proteção

Buscamos proteção contra riscos de taxa de juros, riscos de preço (relacionados à variação dos preços dos nossos insumos) e riscos relacionados à flutuação das taxas de câmbio. Nossa gestão de risco é, de modo geral, conservadora, e busca limitar ao máximo as perdas sem prejudicar a eficiência.

Risco de Taxa de Juros

Procuramos administrar nossos ativos e passivos para reduzir o impacto negativo em potencial sobre a despesa financeira líquida que poderá ser causado por oscilações nas taxas de juros. Analisamos constantemente nossa exposição a taxas de juros, sendo que estamos apresentando uma redução acentuada nas taxas de juros mediante negociações com as instituições financeiras.

Risco de Taxa de Câmbio

Realizamos o acompanhamento sistemático do câmbio através da execução orçamentária, bem como o registro da variação cambial mensal, com a metodologia de balança cambial, de todas as nossas operações financeiras, inclusive com as controladas. Administramos nossa exposição às taxas de câmbio através do acompanhamento da composição da dívida e das contas a receber em moeda estrangeira. A nossa política financeira para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela administração.

Risco de Liquidez

Realizamos o acompanhamento da liquidez efetuando os cálculos com base em indicadores de liquidez imediata. As principais ações da Companhia para mitigar o risco de liquidez estão focadas nas liquidações e negociações de dívidas junto às instituições financeiras.

A nossa previsão de fluxo de caixa é realizada pela Diretoria de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, para a manutenção do seu cronograma de compromissos, monitorando os riscos de liquidez para nós e nossas controladas.

Risco de Crédito

Este risco é monitorado de forma regular, principalmente mediante acompanhamento do limite de créditos concedidos aos nossos clientes e do nível de inadimplência desses clientes. Visando gerenciar este risco, mantemos contas correntes bancárias com instituições financeiras de grande porte. Com relação ao risco de crédito de clientes, temos como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

(b) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Não é prática da Companhia fazer operações com derivativos.

(c) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Não é prática da Companhia fazer operações com derivativos.

(d) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Não utilizamos qualquer parâmetro quantitativo ou qualitativo específico para fins de gerenciamento dos riscos aos quais estamos expostos. Nossa administração entende que tais parâmetros não são necessários face nossa exposição a tais riscos.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

(e) operação com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

Não operamos instrumentos financeiros com objetivos diversos da proteção patrimonial.

(f) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A administração de riscos de mercado é efetuada por meio das nossas estratégias operacionais e dos nossos controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança das nossas operações. Não efetuamos aplicações em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, de caráter especulativo.

Adicionalmente, na data deste Formulário de Referência, não possuímos qualquer comitê ou componente organizacional adicional formalmente responsável por controle dos riscos a que estamos expostos.

(g) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Diretoria financeira.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3 – Descrição – Controles Internos

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros da Companhia. O sistema de controle interno da companhia foi elaborado para garantir de forma razoável e em todos os aspectos relevantes a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme princípios contábeis geralmente aceitos.

A Administração entende que a forma de gestão de riscos e melhorias de controles internos tem sido eficiente nos últimos anos. Devido às limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. Além disso, as projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles podem se tornar inadequados devido a mudanças nas condições existentes.

Com base na sua avaliação, a Administração concluiu que no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, com base nos critérios internos, sem identificação de deficiências significativas.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

A Diretoria de Relações com Investidores – principal área responsável pelas Demonstrações Financeiras conta com o suporte da Gerência de contabilidade para elaboração, garantindo a adoção de boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis. A área de contabilidade é responsável pela revisão e manutenção das políticas e controles internos da Companhia.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela Administração

O resultado de todos os trabalhos de controles internos e/ou deficiências no exercício é reportado por meio de relatório ao Diretor Presidente e ao Presidente do Conselho de Administração. Todas as deficiências possuem plano de ação, responsável e data de implantação, que são acompanhadas periodicamente pelos Diretores. Adicionalmente, qualquer exceção observada nas atividades que possam impactar as demonstrações financeiras é reportada tempestivamente para adoção de ações corretivas.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos conduziram um estudo do sistema contábil e dos controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, auditados pelos nossos auditores externos, foram comunicadas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos que, na avaliação da administração da Companhia e dos auditores, não se configuram como deficiências significativas ou materiais.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Na carta de recomendações sobre os controles internos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 emitida por nossos auditores externos, não apresentam deficiências ou recomendações significativas que possam impactar as demonstrações financeiras.

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório do auditor independente

A administração concorda com o relatório do auditor independente sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não tendo sido identificadas deficiências ou recomendações significativas sobre os controles internos.

De acordo com a avaliação da administração, as demais deficiências reportadas pelos auditores não apresentam probabilidade ou magnitude com relação as distorções que possam surgir nas demonstrações financeiras e estão sendo adotadas medidas para implementar tais recomendações.

5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Programa de integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

O respeito às leis locais é uma obrigação irrevogável de todos os que trabalham na e para a Companhia. A estrutura de governança corporativa da Companhia consiste numa aplicação de práticas para a administração da empresa, decorrentes de relacionamentos que expressem elevado padrão ético e moral. A Companhia possui um código de ética para todos os gestores, colaboradores, fornecedores e parceiros que norteiam seu comportamento.

i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

As diretrizes estabelecidas pelo código de ética serão supervisionadas por um comitê composto por, no mínimo, três membros, sendo um da diretoria, um do RH e um do Jurídico, que são indicados pelo Diretor Presidente. Cabe a esse comitê analisar as questões divergentes e/ou cujas diretrizes não estiverem previstas no código, bem como parecer e recomendar ações e decisões nos casos que envolvam essa matéria.

ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

O comitê é indicação do Diretor Presidente para aprovação formal do Conselho de Administração.

iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A companhia possui código de ética com o compromisso assinado para todos os colaboradores, formalmente aprovado pelo Conselho de Administração.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

5.4 - Programa de Integridade

Abrange os membros dos conselhos de administração, fiscal, das diretorias executivas, os empregados, trainees, estagiários e prestadores de serviços individuais da Companhia, sociedades controladas, coligadas e associadas e sob o mesmo controle, direta ou indiretamente.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Anualmente há um evento para difundir o código de ética

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O descumprimento implica na adoção de medidas disciplinares, segundo a legislação e as normas da Companhia

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Aprovação pelo Conselho de Administração em Junho de 2012. Para informações adicionais na intranet www.cambuci.com.br/intranet ou na internet www.cambuci.com.br/investidores

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

Interno

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

Recebe denúncias de terceiros

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé • órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

Cabe ao comitê analisar as questões éticas

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

N/A

5.4 - Programa de Integridade

- d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido" (NR)**

N/A

5.5 - Alterações significativas

5.5 – Alterações significativas

A Companhia não teve alterações significativas nos principais riscos a que está exposta ou na política de riscos adotada durante o último exercício social. Eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição da Companhia aos principais riscos a que está exposta, já estão indicadas nos riscos descritos neste Formulário de Referência.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 – Outras informações relevantes

Não aplicável, uma vez que todas as informações relevantes foram fornecidas nos demais itens.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	29/08/1945
Forma de Constituição do Emissor	Companhia Aberta
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	05/01/1985

6.3 - Breve Histórico

6.3. Breve histórico do emissor

Multinacional brasileira de produtos esportivos, o Grupo Cambuci construiu sua história com coragem, dedicação, esforço e muito trabalho. A história começou em 1945 quando os filhos de Assibe - Victório, Eduardo, Mario e Ernesto Estefano compraram a parte dos tios e fundaram, oficialmente, a Malharia Cambuci S/A, uma confecção de artigos de vestuário masculinos e femininos localizada no bairro do Cambuci, em São Paulo.

Pouco menos de 25 anos depois, em 1968, os irmãos Eduardo, Ricardo e Roberto Estefano, filhos de Eduardo e netos de Assibe, assumiram a empresa e deram um novo rumo ao negócio: o mercado esportivo. Em 1970, a Cambuci criou a marca Penalty e lançou produtos para a prática de futebol. Com o sucesso, anos mais tarde a Cambuci transferiu sua produção para o interior de São Paulo, em um complexo de fábricas criado para atender todo o mercado brasileiro. Em seguida, fechou o seu primeiro grande contrato com o São Paulo Futebol Clube.

Em 1979, a Cambuci, com a marca Penalty, acertou parceria com a Confederação Brasileira de Futebol de Salão ("CBFS"), que acabava de nascer. Os constantes investimentos no futebol por mais de 20 anos firmaram a Penalty como uma marca profissional intimamente ligada à modalidade e suas vertentes.

Antes da metade dos anos 80, a empresa tornou-se a maior fabricante brasileira de bolas. Neste período, transformou-se em sociedade por ações de capital aberto e adquiriu os direitos de fabricação de calçados da marca Asics, bem como de raquetes e bolas de tênis das marcas Wilson e Doonay, o que trouxe para a companhia a experiência e tecnologia que permitiram o avanço no mercado internacional.

Nos anos 90, a Penalty consolidou sua presença na América do Sul tornando-se a marca oficial das principais federações e confederações em diversas modalidades esportivas. Com resultado dos investimentos, a marca mostrou-se "pé quente", pois o São Paulo Futebol Clube, time patrocinado pela Penalty, foi bicampeão da Libertadores da América e do Mundial Interclubes, em 1992 e 1993. Dois anos depois, em 1995, o Grêmio de Football Portoalegrense, outro time patrocinado pela Penalty, foi campeão da Libertadores da América e vice-campeão no Mundial Interclubes. Além disso, a Seleção Brasileira de Futsal, também patrocinada pela marca, foi pentacampeã mundial (1982, 1985, 1989, 1992 e 1996), tornando a modalidade cada vez mais prestigiada em todo o Mundo.

Ainda na década de 90, a explosão do consumo de material esportivo estimulou a Cambuci a investir cada vez mais no crescimento da marca Penalty. Foram inauguradas fábricas em três estados brasileiros: São Paulo, Bahia e Paraíba. Com as novas plantas, forma ampliadas linhas de produtos, desenvolvidas novas tecnologias em bolas, calçados, confecção, equipamentos e acessórios, além da aplicação de investimentos estratégicos no setor esportivo.

Com isso, a Cambuci manteve sua competitividade no mercado nacional e firmou-se no mercado internacional, levando a marca Penalty para diversos países em toda a América, Ásia e Europa. Em 1998, foi fundada a Penalty Argentina, primeira filial fora do Brasil e que hoje tem presença massiva de Misiones a Ushuaia, sendo uma das principais marcas argentinas de futebol. Para assegurar a estratégia de ampliação de sua presença no universo esportivo, a Cambuci lançou, em 2005, a marca Stadium, complementando o extenso portfólio de produtos da empresa. Deste modo, buscou acompanhar o ritmo de crescimento acelerado da economia nacional e a migração das classes C, D e E, apresentando a marca Stadium como uma nova opção para aquisição de produtos esportivos com excelente relação custo-benefício.

Em 2008, a Cambuci iniciou internamente um importante projeto de planejamento para reposicionar a marca Penalty e, em 2011, após três anos de pesquisas e investimentos, apresentou seu novo direcionamento estratégico amparado na legitimidade de ser a única marca genuinamente brasileira de futebol.

6.3 - Breve Histórico

Focado em uma nova e arrojada identidade visual e na reformulação completa do portfólio de produtos, o novo posicionamento tem por objetivo manter a marca Penalty como um dos maiores expoentes do esporte nacional e fortalecer a presença no mercado internacional.

Para atender uma demanda cada vez maior, a Cambuci conta com instalações em linha com padrões internacionais e mantém uma produção de materiais esportivos que são exaustivamente testados em laboratórios próprios e, principalmente, por atletas profissionais.

Tamanho cuidado garante o endosso das principais confederações e federações esportivas do mundo. Ciente também de seu papel nas sociedades onde atua, o Grupo Cambuci emprega, só no Brasil, aproximadamente 1.400 funcionários diretos, que são treinados e contam com toda assistência necessária para a melhor prática de suas funções. Como empresa cidadã, apoia diversos projetos sociais, oferecendo oportunidades às pessoas menos favorecidas.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

Não houve pedido de nossa falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial.

6.6 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima e demais itens deste Formulário de Referência.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Somos uma das maiores fabricantes de artigos esportivos do Brasil. Possuímos duas marcas nacionalmente reconhecidas: "Penalty" e "Stadium", que são comercializadas no setor varejista, através de lojas próprias e atacadista, para lojas multimarcas.

Nossos negócios compreendem:

- a) a industrialização, comercialização, importação, exportação e representação de artigos esportivos e produtos em geral destinados a prática de esportes e atividades recreativas, fios, tecidos, armarinhos, artigos de vestuário, bolsas, chapéus, calçados e acessórios de qualquer espécie;
- b) importação e exportação de maquinários e equipamentos para confecção de artigos esportivos e produtos em geral destinados a prática de esportes e atividades recreativas, fios, tecidos, armarinhos, artigos de vestuário, bolsas, chapéus, calçados e acessórios de qualquer espécie;
- c) comercialização interativa;
- d) serviços de beneficiamento, marcação, estamparia, colagem, tinturaria e bordados, por conta própria ou de terceiros;
- e) participações societárias em empresas controladas e coligadas com atividades afins ou complementares
- f) prestação de serviços de consultoria e assessoria administrativa.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, vendemos 1,3 milhão de pares de calçados, 1,9 milhões de bolas, 0,7 milhão de produtos de confecção, 0,8 milhão de equipamentos e 2,9 milhões de pares de meias, contribuindo para que alcançássemos receita operacional líquida de R\$ 219,9 milhões e um EBITDA de R\$ 45,0 milhões nesse exercício.

Nossas marcas "Penalty" e "Stadium" estão associadas a produtos de alta qualidade.

Com 70 anos de experiência, desenvolvemos uma ampla linha de artigos esportivos, com foco em calçados, bolas e meias. A "Penalty", nossa marca mais estabelecida, foi fundada em 1970 pelos irmãos Eduardo, Ricardo e Roberto Estefano, sendo uma das marcas de produtos para a prática de futebol mais consumidas no Brasil.

Nos anos 90, a "Penalty" consolidou sua presença na América do Sul, tornando-se a marca oficial das principais federações e confederações em diversas modalidades esportivas. Adicionalmente, nossa marca "Stadium", fundada em 2005, assegurou a estratégia de ampliação da nossa presença no universo esportivo brasileiro, complementando nosso extenso portfólio de produtos. Seu conceito busca acompanhar o ritmo de crescimento acelerado da economia nacional, apresentando-se como nova opção para aquisição de produtos esportivos pelas classes "C", "D" e "E", com excelente relação custo x benefício.

Acreditamos que as linhas de produtos oferecidas por nossas marcas se complementam ao atingir seus específicos públicos-alvo, consolidando nossa estratégia de oferecer artigos esportivos que podem ser demandados por diversos nichos de mercado. Nossos produtos são distribuídos por meio de oito lojas próprias, localizadas nas cidades de Itajuípe e Itabuna, no Estado da Bahia, na cidade de Bayeux, no Estado da Paraíba, nas cidades de São Roque, Piracicaba, São Miguel, Campinas e São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo e lojas multimarcas no Brasil e em cerca de 14 países.

No período de 12 meses, encerrado em 31 de dezembro de 2019, 5,0% da nossa receita consolidada bruta de vendas de mercadorias resultaram de nossas lojas próprias e 95,0% resultaram de vendas para nossos clientes multimarcas.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Possuímos operações fabris próprias com infraestrutura adequada para atender os atuais níveis de produção com eficiência operacional e alto nível de qualidade e são realizadas dentro e fora do País. No Brasil, contamos com um complexo industrial de bolas, localizado no município de Itabuna, Estado da Bahia, com área total construída de 8.500 m², com capacidade anual de produção de 4 milhões de bolas costuradas, matrizadas e borracha, e outra unidade industrial, localizada na cidade de Itajuípe, no Estado da Bahia, com área total construída de 18.500 m², onde são produzidas camisas, calções e meias das marcas "Penalty", aumentando a nossa competitividade e visando atender a demanda do mercado nacional e internacional. Possuímos, ainda, uma fábrica na cidade de Bayeux, no Estado da Paraíba.

Possuímos, ainda, dois centros de distribuição de mercadorias, que, por questões estratégicas, ficam localizados na cidade de Itajuípe (BA) e Bayeux (PB). O processo de fabricação de nossos produtos em fábricas próprias nos permite aproveitar o crescimento do segmento de artigos esportivos no País e nossas lojas próprias contribuem para a aproximação da Companhia junto aos nossos clientes finais, além de permitir buscar sempre as melhores práticas, adquirindo *know how* de varejo.

Com relação aos nossos canais de distribuição multimarca, nossa presença dá-se por meio de cerca de 5.500 clientes em todos os Estados do País. Por meio de nossos clientes multimarcas aumentamos nossa capilaridade, uma vez que a penetração de nossos produtos é sensivelmente aumentada, com presença em cidades de médio e pequeno portes localizadas em todos os Estados brasileiros.

As lojas multimarcas também consolidam a força de nossas marcas e aumentam a nossa relevância, por meio do preenchimento de lacunas de penetração deixadas pelas lojas próprias. A Companhia possui ainda filial na Argentina.

Atualmente exporta seus produtos para alguns países na América do Norte, América Latina e Europa. A cada ano a Companhia vem ampliando parcerias com atletas, federações e confederações, que funcionam como um sofisticado laboratório de testes de produtos de alta *performance* e têm função vital em potencializar cada vez mais a promover e viabilizar os seus projetos tecnológicos e inovadores, que são condições primordiais para a Companhia prover produtos únicos e exclusivos com diferencial técnico e maior valor agregado.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1 a - Informações de sociedade de economia mista

Não aplicável

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a) produtos e serviços comercializados

Nossa principal atividade é a industrialização, comercialização, importação e exportação de artigos esportivos. O mix atual de vendas da Companhia demonstra a participação relevante nos segmentos de bolas, calçados e confecção de artigos de vestuário destinados a prática de esportes, sendo a distribuição da seguinte forma:

Segmentos	%
Bolas	42,77%
Confecções	8,29%
Calçados	35,62%
Meias	6,99%
Equipamentos	6,33%

Adicionalmente também importamos e exportamos maquinários e equipamentos para confecção de artigos esportivos e produtos em geral destinados a prática de esportes e prestamos serviços de beneficiamento, marcação, estamparia, colagem, tinturaria e bordados.

b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia; e (c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia.

Em função de suas atividades, a Companhia está organizada em unidades de negócio denominadas Unidades Estratégicas de Negócio ("UEN"). No Brasil as UENs tem responsabilidade sobre a geração de receitas em sua área de atuação, sendo a gestão administrativa, financeira e *supply* feitas de formam centralizadas para todas as UENs. No exterior, as UENs tem responsabilidade pelo resultado final de cada filial. Os produtos da Companhia estão representados por duas marcas ("Penalty" e "Stadium"), que são comercializadas por lojas próprias e lojas multimarcas. A Companhia divide-se em 4 UENs no Brasil, sendo a UEN Penalty responsável pelas receitas da marca "Penalty" no Brasil, a UEN Stadium, responsável pelas receitas da marca "Stadium" no Brasil, a UEN Varejo, responsável pelas lojas próprias no Brasil e a UEN Internacional, responsável pelas vendas no exterior e pelas operações de *back to back*.

No exterior temos uma UEN na Argentina. Em função da concentração das nossas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados, bolas, meias, confecções e acessórios em geral, estamos organizados em uma única atividade geradora de caixa e, portanto, em um único segmento passível de reporte.

A receita líquida da Companhia é conforme demonstrado a seguir:

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas brutas de vendas				
Brasil	223.446	246.464	223.446	246.464
Exterior	12.206	9.507	1.620	3.216
Latinline	-	-	189	787
Impar Sports	-	-	802	-
Impar Paraguai	-	-	-	18
Penalty Argentina	-	-	28.556	36.298
Penalty Chile	-	-	-	975
	235.652	255.971	254.613	287.758
Deduções de Venda				
Tributos	(27.699)	(30.847)	(29.154)	(32.267)
Devoluções de vendas e outros	(5.608)	(8.001)	(5.623)	(8.002)
	(33.307)	(38.848)	(34.777)	(40.269)
Receita líquida de vendas	202.345	217.123	219.836	247.489

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, com as respectivas alíquotas básicas:

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 18,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%
INSS – Contribuição para Seguridade Social (i)	1,00%

(i) Vigente a partir de 1º de dezembro de 2011 de acordo com o art. 8º da Lei nº 12.546 de 14/12/2011 que substituiu a contribuição de INSS a cargo da empresa de vinte por cento sobre o total das remunerações pagas ou creditadas aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais que lhe prestem serviços. Até julho de 2012 a alíquota foi de 1,50%, a partir de 1º de agosto de 2012 passou a ser de 1,00% do faturamento, conforme a MP nº 563 de 03/04/2012 e Lei nº 12.715 de 17/09/12. Em função das alterações promovidas pela referida lei, a Companhia entende que o INSS passou a ser um tributo sobre vendas e, conseqüentemente, para fins de divulgação das Informações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a receita de vendas está apresentada líquida desse tributo.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a) características do processo de produção

Nossos produtos são produzidos em 3 fábricas localizadas no Brasil.

Todas as nossas fábricas são dotadas de célula de manufatura, onde os empregados tem maior identidade com o processo de produção, gerando maior satisfação pessoal no desenvolvimento das atividades. Possuímos operações fabris próprias com infraestrutura adequada para atender os atuais níveis de produção com eficiência operacional e alto nível de qualidade e são realizadas dentro e fora do País.

Os aumentos de nossa produção, em todas as nossas linhas de fabricação, tem sido alcançados, mediante a realização de investimentos em novos equipamentos, com vistas à modernização da Companhia e, principalmente, ao ganho de produtividade.

Inovação e o pioneirismo são nossos pontos focais, resultando no desenvolvimento contínuo de novas tecnologias, dentre elas:

- Linha Max de Futsal – linha profissional de futsal, testada e aprovada por atletas profissionais, oferece conforto, leveza, durabilidade e contém tecnologias que auxiliam uma melhor performance. Além dos calçados a linha conta também com bolas, meião e acessórios.

- Linha S11 de Futebol de Campo – linha profissional de futebol de campo, construída em plataformas tecnológicas leves, flexíveis e resistentes, resultado obtido em conjunto com atletas de ponta do futebol brasileiro. Linha composta por calçados, bolas, meião, e equipamentos.

- Linha SOCIETY SE7E desenvolvida pela Penalty é a escolha perfeita para os craques que prezam por qualidade em gramados artificiais. Presente com bolas e calçados, os quais tem cabedal em tecido EOS-NIT de alta performance para leveza, conforto e resistência, possui construção LOCKER, bota complemento do cabedal construída a base de elastano de alta resistência, proporcionando melhor calce, com vista lacrada que impossibilita a entrada de borrachinhas da quadra. A palmilha em PU apresenta furos estratégicos que permitem troca de calor na região plantar dos pés.

- Bola Oficial de Vôlei Pró –certificada pela Federação Internacional de Volleyball e atletas profissionais tem como principais características a maciez, balanceamento em 100%, velocidade controlada e também com o exclusivo laminado sintético de absorção de impacto e de suor provendo o melhor domínio na bola.

- Tecnologia Termotec – a exclusiva tecnologia Penalty Termotec, que revolucionou a construção e a performance de bolas, está presente também nas chuteiras da linha profissional Max e SE7E. Através da fusão das partes do cabedal do calçado em uma peça única, sem a necessidade de costuras, o produto se torna mais leve, eliminando sobreposições espessas, mantendo a resistência necessária e com ajuste perfeito ao pé.

- EOS-NIT: tecido de alta performance que proporciona maciez, leveza e conforto. – Utilizado somente em calçados PRO/SEMI PRO.

- Meião Kanguru – produto único no segmento de meias a nível global com bolsa interna construída sem costuras adicionais, possibilitando o encaixe da caneleira sem a necessidade de tira elástica, esparadrapo ou qualquer outro tipo de amarração.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- Tecnologia Polipró – meios mais leves e resistentes. Esta exclusiva construção age como isolante térmico, excelente para a prática esportiva em climas frios e quentes, possui fibras ecologicamente corretas que não necessita do tratamento de tingimento dos processos convencionais.
- Anatomic System / Luvas – Equipamentos com tecnologia de modelagem com menor acúmulo de material, melhor movimentação e melhor controle da bola.
- NEOGEO / Bolas – Tecnologia que detém maior conforto e maciez, maior elasticidade e maior resiliência, recuperando formato original rapidamente.
- Kick Off - A Penalty desenvolveu uma tecnologia exclusiva para as bolas de futebol society. A tecnologia Kick Off oferece mais precisão em passes e chutes, menos quique e melhor controle para o jogador.
- Câmara 6D - Câmara de bolas com sistema inovador de balanceamento, composto por 6 discos posicionados simetricamente, proporcionando equilíbrio total para a bola. Construída a base de borracha butílica e estrutura de anéis, que a deixam muito mais esférica.
- Câmara Airbility - Câmara de bolas feita com borracha butílica, possui sistema de balanceamento, com ótima resistência à retenção de ar.
- Duotec - Os gomos de bolas passam por uma aplicação adesiva e são costurados à mão. A ativação do adesivo em alta temperatura, faz com que a evidência das costuras seja minimizada. Menor absorção de água e maior durabilidade.
- Ultra Fusion - Tecnologia de termo fusão de bolas que elimina as costuras garantindo menor absorção de água, proporcionando melhor esfericidade e durabilidade.
- Cápsula Sis - Novo sistema de bico de bolas que envolve a agulha e protege a câmara de ar. Não precisa de lubrificação e pode ser substituído.
- Ecomnit - Tecido confeccionado com garrafas PET recicladas. Cada unidade de bola produzida retira do meio ambiente 4½ garrafas.
- Aracnum – Presente em confecção, calçados e luvas, é uma tecnologia aplicada em regiões estratégicas dos produtos Penalty para garantir mais grip e aderência com a bola.
- Double Action - Tecnologia presente nas bombas Penalty, que infla a bola nos dois sentidos, exigindo menos esforço. Reduz o tempo para inflar em cerca de 50%.
- Bola S11 Ecomnit – Primeira bola de futebol profissional do mundo com pegada ecológica. Oferece um tecido ecológico desenvolvido a partir de fios de poliéster reciclados de garrafas PET.
- Bola Max Ecomnit – A melhor bola de futsal do mundo, agora é também a primeira feita em tecido ecológico. Construída a partir de garrafas pet recicladas.

As bolas S11 Ecomnit e Max Ecomnit foram os projetos laureados na categoria produtos esportivos do iF Design Award 2020. A Penalty foi consagrada com dois produtos: S11 Ecomnit, primeira bola de futebol profissional do mundo com pegada ecológica, e Max Ecomnit, que apresenta o mesmo pioneirismo, mas para o futsal. As versões inscritas são as de 2019, sendo a S11 Ecomnit a bola oficial do Paulistão e a Max Ecomnit a bola oficial da Seleção Brasileira de Futsal da mesma temporada.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A cada ano a Cambuci vem ampliando parcerias com atletas, federações e confederações, que funcionam como um sofisticado laboratório de testes de produtos de alta performance e têm função vital em potencializar cada vez mais a promover e viabilizar os nossos projetos tecnológicos e inovadores que são condições orientadas para dentro da companhia de prover produtos únicos e exclusivos com diferencial técnico e maior valor agregado.

b) características do processo de distribuição

A distribuição de nossos produtos é realizada pelas lojas próprias e pelas lojas multimarcas, permitindo uma abrangência nacional e internacional e forte capacidade de crescimento de nossas marcas.

Atuamos no varejo, com lojas próprias segmentadas em Outlet. Utilizamos-nos, ainda, de representantes nomeados e executivos de vendas que atuam em regiões comerciais segmentadas por tamanho de mercado e linhas de produtos, atendendo principalmente lojas especializadas, lojas de departamentos e grandes varejistas.

A distribuição física dos produtos é feita por transportadoras terceirizadas especializadas no segmento esportivo, contratadas para realizar a entrega de nossos produtos aos nossos clientes multimarcas. Cada região geográfica é atendida primariamente por uma transportadora, não dependemos de nenhuma transportadora específica e temos facilidade na substituição de qualquer uma delas rapidamente. A contratação com as transportadoras não tem caráter de exclusividade.

O nosso modelo de fornecimento de produto engloba apenas a produção em nossas fábricas, próximas aos nossos centros de distribuição, que estão estrategicamente localizados. Possuímos dois centros de distribuição de mercadorias, que ficam localizados na cidade de Itajuípe, Estado da Bahia e na cidade de Bayeux, Estado da Paraíba, onde nossos produtos são submetidos a controle de qualidade, processamento e armazenamento até o recolhimento pelas transportadoras terceirizadas para entrega.

c) características dos mercados de atuação, indicando

i) participação em cada um dos mercados; e

Os mercados varejista e industrial de artigos esportivos brasileiro são pulverizados, sem a presença de um participante no setor com grande representatividade no mercado.

(ii) condições de competição nos mercados

O varejo de materiais esportivos mostra-se cada vez mais concentrado, grandes players centralizando suas compras, conseqüentemente construindo o cenário das marcas locais. Temos trabalhado o mercado fortemente no tocante a distribuição, positividade e busca por novos clientes, porém, temos que saber trabalhar o mix e volume nestes clientes representativos porque eles são os que crescem ano a ano frente a canibalização de clientes pequenos regionalmente. Atualmente atuamos com 39 representantes locais e dependendo da região mais prepostos para que possamos chegar a lugares mais remotos e atingirmos uma grande pulverização de portas para a venda de nossos produtos. Estruturamos a área de Key account com a contratação de 4 profissionais que atendem as grandes contas, tanto do setor esportivo como uma Centauro, A Esportiva, Bayard, quanto do setor calçadista como Pontal, Besni, Di Gaspi, Di Santinni entre outros.

Por fim, o mercado mostra cada vez mais restrito no tocante a escolha/posicionamento de marcas. A dificuldade de giro e condição de cenário recessivo em algumas praças faz com que clientes não apostem mais em várias marcas, optando por aquelas que apresentam melhor oferta de produtos, maior relevância comercial e marketing e um serviço de entrega rápido repondo o estoque e cobrindo a ruptura de grades, cores e modelos. Nos encaixamos nesta conjuntura de preferência pois temos plantas fabris modernas e com agilidade de produção e

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

entregas que satisfaz o planejamento financeiro de nossa rede de distribuição que somam mais de 10.000 CNPJs, assim como o patrocínio de grandes federações espalhadas pelo Brasil dando-nos viabilidade e criando desejo ao consumidor final. Somando a esta conjuntura, favorável a nós, tem a questão do câmbio, cujo para produtos importados os preços e os riscos aumentarão para clientes e marcas concorrentes, que dependem em grande parte de importação, nos favorecendo ainda mais no cenário competitivo. Continuamos conseguindo nos estabelecer em clientes, eliminando o interesse dos mesmos em manter marcas concorrentes como Topper ou Umbro. Em clientes onde a escolha por futebol acontece apenas por 3 marcas, sempre estamos ao lado de Nilke e Adidas.

d) eventual sazonalidade

Não há uma sazonalidade identificada em consumo, o que há é uma sazonalidade de compras criada pelo *trade*. Ele aposta o início de ano em compras de oportunidade, fora de linha, queimas de estoque, inicia sua apresentação de produtos regulares em março, segue o ano acompanhando giro e volumes e retrai suas compras em novembro, procurando atacar os estoques em dezembro, sem grandes reposições que comprometam seu fechamento\balanço, repondo apenas o essencial.

e) principais insumos e matérias primas, informando

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável;

Temos como principais insumos e matérias primas utilizados nos processos de fabricação de nossos produtos fios têxteis; adesivos; tecidos; papel para termotransferência; transfer's; borracha natural; látex; embalagens de papel ondulado e micro ondulado.

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores; e

O fornecimento dos insumos e matérias primas dos quais necessitamos é realizado de forma pulverizada, no entanto, momentaneamente temos uma única dependência que se refere ao papel para termotransferência, em razão de especificações técnicas diferenciadas.

(iii) eventual volatilidade em seus preços.

Dentre os principais insumos existe uma relativa volatilidade nos preços de borrachas e látex em razão da entre safra, por se tratarem de produtos naturais.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

a) montante total de receitas provenientes do cliente

Nossa base de clientes é pulverizada, de forma que nenhum de nossos clientes, individualmente, concentra participação superior a 10% (dez por cento) de nossa receita líquida total.

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas proveniente do cliente

Não aplicável, pois não possuímos clientes que sejam responsáveis por mais de 10% (dez por cento) de nossa receita líquida total.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – (PGRS)

Reforçando o compromisso com a busca da excelência em suas operações, colocamos em prática o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, que tem como objetivo reduzir a geração de resíduos sólidos, orientando seu correto condicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final. Nos nossos processos produtivos todos os materiais são separados, conforme o padrão internacional de identificação, através da coleta seletiva, e encaminhados às áreas de descarte. Todas as nossas unidades fabris possuem área específica para armazenamento de resíduos gerados no processo produtivo, de modo a segregar cada item, possibilitando o seu reaproveitamento ou reciclagem pelas empresas autorizadas a prestar tal serviço. No ano de 2019, em média 27% dos resíduos de todas as nossas Unidades fabris foram reciclados.

- Incentivo à sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental

O Projeto Diversidade é um projeto de inclusão social, desenvolvidos pelas unidades fabris, em parceria com o CAPS - Centro de Atenção Psicossocial, que visa colaborar com a desinstitucionalização e promoção da reinserção social de seus pacientes por meio da doação de resíduos, provenientes do processo das unidades produtivas, para a realização de oficinas terapêuticas de artesanato que visam capacitar o paciente na (re)construção e exercício da cidadania e geração de renda, mediante a comercialização dos produtos produzidos nas oficinas. Na Bahia a doação de resíduos também se estende à LBV – Legião da Boa Vontade.

- Reuso de água do processo de serigrafia

Nosso foco é a ecoeficiência.

Para isso, não nos limitamos em produzir dentro dos mais rigorosos padrões de segurança. Nós buscamos a utilização racional de água e energia, a menor geração possível de efluentes, resíduos e emissões em todas fábricas, bem como, incentivamos a adoção de boas práticas de cidadania e conceitos dos 3 R's – Reduzir, Reutilizar e Reciclar - entre todos os nossos colaboradores. Em 2019, o reuso de água do processo de serigrafia totalizou 160m³/mês.

- Combustível Biodegradável

Utilizamos ainda combustível biodegradável – biomassa de casca de castanha de caju e dendê - na produção de energia para o nosso processo produtivo. Somente no ano de 2019 foram utilizadas 1.680 toneladas (utilizamos 120 t de coquinho de dendê). Reforçando ainda o nosso compromisso com as boas práticas de gestão ambiental, reutilizamos cerca de 3.200 Kg de resíduos provenientes da manufatura de meias (Utilizamos na unidade de Itabuna 2600kg/mês), na limpeza nos processos de serigrafia das nossas fábricas.

Outras práticas sócio ambientais:

- Tratamento da água do lavador de gases nas unidades fabris;
- Análise do CONAMA da água da estação de tratamento de esgoto;

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

- Monitoramento de lançamento de efluentes;
- Incineração das estopas sujas de óleo, tintas e graxas;
- Monitoramento do corpo hídrico em dois pontos, 10 metros a montante e 10 metros a jusante do ponto de lançamentos do efluente,
- Monitoramentos ambientais dos postos de trabalhos, a fim de controlar as emissões fugitivas para o meio ambiente.

Os resíduos de Classe II enviamos para uma empresa recicladora que utiliza tecnologia de coprocessamento uma técnica de destruição térmica de resíduo com recuperação energética e substituição de matéria prima no processo de produção de clínquer (cimento).

- Educação e Conscientização Ambiental

Busca incentivar alterações no estilo de vida e a mudança de comportamento individual de nossos colaboradores e comunidade, pois acreditamos que somente com esforço coletivo para reflexão e mudanças no dia-a-dia é que poderemos caminhar, de fato, rumo à sustentabilidade. No ano de 2019, a empresa promoveu a **Semana da Conscientização Ambiental**, que teve como objetivo gerar reflexão sobre o impacto ambiental, fortalecer as informações e conhecimentos sobre educação ambiental, coleta de resíduos, reciclagem do lixo e gerar debates sobre o meio ambiente a sustentabilidade.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Em 31 de dezembro de 2019, nossa receita líquida de venda de mercadorias e serviços consolidada com o mercado interno totalizou R\$ 190.797, representando 86,8% do montante faturado no período.

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia País R\$(mil) %

País	2019	%	2018	%	2017	%
Brasil	191.760	87,2%	210.832	85,2%	204.887	79,0%
Argentina	27.283	12,4%	34.877	14,1%	50.525	19,5%
Chile	-	0,0%	975	0,4%	3.326	1,3%
Outros	793	0,4%	805	0,3%	726	0,3%
	219.836		247.489		259.464	

c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Em 31 de dezembro de 2019, nossa receita líquida de venda de mercadorias e serviços consolidada com o mercado externo totalizou R\$ 29.039 mil representando 13,2% do montante faturado no período.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

Não estamos sujeitos à regulação de países estrangeiros de onde obtemos receitas relevantes e que influenciem nossos negócios.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8 – Políticas socioambientais

A Companhia não possui relações de longo prazo não expressamente mencionadas em outros itens deste Formulário de Referência, que julgue como importantes para a compreensão de outras atividades por ela desenvolvidas.

Informamos que a Companhia não participará do "Relate ou explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

8.1 - Negócios Extraordinários

Não aplicável, uma vez que a Companhia não adquiriu ou alienou qualquer ativo relevante nos três últimos balanços sociais que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

Não aplicável, uma vez que não ocorreram alterações significativas nos três últimos exercícios sociais na forma de condução dos negócios da Companhia.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

Não aplicável, uma vez que nem a Companhia nem suas controladas celebraram nos últimos três exercícios sociais contratos com terceiros que não estejam diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

Não há qualquer outra informação relevante sobre a matéria que não tenha sido divulgada nesta seção.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Não há outros bens do ativo não-circulante que sejam relevantes para o desenvolvimento de nossas atividades que não estejam indicados nos itens 9.1 (a) a 9.1 (c) abaixo.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Terreno e Edificações	Brasil	SP	São Roque	Própria
Terreno/Edificações/Máquinas e equipamentos	Brasil	BA	Itabuna	Própria
Terreno/Edificações;Máquinas e equipamentos	Brasil	BA	Itajuípe	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Penalty	10 anos	N/A	N/A
Marcas	Stadium	10 anos	N/A	N/A

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Cambuci Importadora Ltda.	00.734.109/0001-52	-	Coligada	Brasil	SP	São Roque	Comércio de artigos destinados a pratica de esportes	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2018	-10.734.010,95			
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Apoiar o crescimento nacional do negócio de artigos esportivos								
Cambuci Trust	02.955.811/0001-71	-	Coligada	Brasil	SP	São Roque	Compra e venda de imóveis próprios	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2018	784.095,27			
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Apoiar o crescimento nacional do negócio de artigos esportivos								
Impar Paraguay	00.000.000/0000-00	-	Coligada	Paraguai			Industrialização e comercialização de artigos esportivos	96,700000
				Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2018	3.454.670,49			
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Apoiar o crescimento internacional do negocio de artigos esportivos								
Impar Sports Ltda.	04.504.429/0001-77	-	Coligada	Brasil	SP	São Roque	Industrialização, comercialização atacadista, varejista e interativa, e representação de artigos esportivos	98,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2018	-17.869.048,87			
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Apoiar o crescimento nacional do negócio de artigos esportivos								
Latinline Trade S/A	00.000.000/0000-00	-	Coligada	Uruguai			Administração de investimentos e operações no exterior	100,000000
Valor mercado								
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	2.109.689,10		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Apoiar o crescimento internacional do negócio de artigos esportivos								
Penalty Argentina	00.000.000/0000-00	-	Coligada	Argentina			Industrialização e comercialização de artigos esportivos	95,000000
Valor mercado								
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	2.280.560,70		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Apoiar o crescimento internacional do negocio de artigos esportivos								
Penalty Chile	00.000.000/0000-00	-	Coligada	Chile			Comercialização de artigos esportivos	100,000000
Valor mercado								
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	-7.598.800,54		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Apoiar o crescimento internacional do negócio de artigos esportivos								
Penatly Iberia L.C	00.000.000/0000-00	-	Coligada	Espanha			Comercio, Importação, Exportação, Revenda e Representação de Materiais Esportivos	100,000000

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2 – Outras Informações relevantes – Ativos Relevantes

Em 03/10/2000 a Companhia através da sua subsidiária Cambuci Importadora Ltda., acionou o judiciário Capixaba contra o Estado do Espírito Santo e o Banco de desenvolvimento do Estado do Espírito Santo – BANDES, informando que contratou com o BANDES o financiamento do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias – FUNDAP, nos termos das leis estaduais, abrangendo o repasse dos financiamentos referente aos recolhimentos de ICMS. A demanda é a falta dos repasses dos financiamentos contratados com o BANDES.

A matéria não cabe mais rediscussão quanto a validade dos créditos nos tribunais superiores.

Em 31/12/2019, o montante R\$ 30.813.656,91 está registrado no balanço consolidado no ativo não circulante em "Outras Contas a Receber".

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1 – Condições financeiras / Patrimoniais

10.1 – Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais consolidadas suficientes para implementar o seu plano de negócio.

Seguem abaixo os principais indicadores financeiros da Companhia:

	CONSOLIDADO							
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	Variação % 31/12/2019 X 31/12/2018	Variação % 31/12/2018 X 31/12/2017	Variação % 31/12/2017 X 31/12/2016	
ATIVO	243.235	214.940	221.653	224.018	13,2%	-3,0%	-1,1%	
Circulante	110.313	113.262	128.341	138.148	-2,6%	-11,7%	-7,1%	
Não Circulante	132.922	101.678	93.312	85.870	30,7%	9,0%	8,7%	
PASSIVO	169.261	190.838	214.934	260.357	-11,3%	-11,2%	-17,4%	
Circulante	97.967	133.488	169.236	222.006	-26,6%	-21,1%	-23,8%	
Não Circulante	71.294	57.350	45.698	38.351	24,3%	25,5%	19,2%	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	73.974	24.102	6.719	(36.339)	206,9%	258,7%	-118,5%	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	20.212	16.650	44.774	(33.388)	21,4%	-62,8%	-234,1%	
MARGEM % LUCRO LÍQUIDO	9,2%	6,7%	17,3%	-12,1%				
EBITDA	45.098	35.896	25.703	16.775	25,6%	39,7%	53,2%	
MARGEM EBITDA %	20,5%	14,5%	10,4%	6,1%				

Em 31 de dezembro de 2019, de forma consolidada, a Companhia e suas controladas, apresentam ativo circulante em excesso ao passivo circulante (capital circulante positivo), no montante de R\$ 12.346 (R\$ 20.226 em 31 de dezembro de 2018), reflexo da estruturação das operações para alongar o prazo do endividamento bancário e redução das obrigações fiscais e um patrimônio líquido em R\$ 73.974 (R\$ 24.102 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia fechou o ano com um lucro líquido de R\$ 20MM com margem de 9,2% e o EBITDA foi de R\$ 45MM com uma margem de 20,5%.

Quando analisamos o período de 4 anos, podemos evidenciar que a Companhia gerou valor para os acionistas, proporcionando retorno sobre o Patrimônio líquido. Neste período, o Patrimônio Líquido da Companhia evoluiu positivamente em R\$ 110MM. A Companhia fechou o ano com um capital circulante líquido com uma melhora de R\$ 32MM em relação a 2018, através de um trabalho de estruturação das operações financeiras, reduzindo os custos das dívidas e alongando os prazos. Esse resultado positivo foi gerado principalmente pela melhoria na margem, redução dos estoques, redução com os gastos com vendas e administração, refletindo assim os efeitos benéficos das ações gerenciais da Administração da Companhia.

Os principais indicadores do fechamento de 2019:

- Redução do passivo circulante (obrigações de curto prazo) em R\$ 36MM = -26,6% em comparação ao saldo de 31/12/2018;
- Aumento no Patrimônio Líquido de R\$ 50MM = 205% no ano;

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- Aumento na margem bruta do consolidado em 8% comparado com o exercício de 2018, fechando em uma margem bruta de 40,8% no consolidado;
- Melhora na margem EBITDA de 41.4%, resultando em R\$ 9MM maior em relação do mesmo período de 2018;
- Lucro líquido maior em R\$ 3,9MM com uma margem de 9,2%, melhora de 37,3% na margem comparada ao exercício de 2018.

Continuaremos atuando fortemente no constante controle das despesas e dos custos, na melhoria da margem e das condições de comercialização. Estaremos focados na potencialização das vendas, oferecendo ao mercado produtos inovadores, com desing, qualidade e tecnologia que superam as expectativas dos consumidores. Investindo em produtos de maior valor agregado, prevemos o aumento nas vendas e melhores condições de preservar e ampliar os níveis das receitas e rentabilidade, mesmo considerando as ainda presentes oscilações do cenário econômico nacional.

Seguimos focados em nosso propósito de gestão dos resultados com orientação rigorosa nos controles dos gastos e investimentos. Nos mantemos firmes no acompanhamento dos nossos planejamentos de produção, de rentabilidade e de geração de caixa, e com especial atenção ao crescimento das vendas.

Continuamos atentos aos custos e as oportunidades de mercado; da mesma forma na redução dos custos financeiros, incluindo as tratativas para melhorias no perfil das dívidas bancárias em geral, buscando quando necessário captar recursos financeiros com estruturas mais alinhadas a essas estratégias e ao esperado melhor ambiente econômico nacional

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

(i) hipóteses de resgate

Não aplicável.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate.

Não aplicável.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Administração da Companhia entende que possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir suas necessidades e obrigações futuras. Os seus recursos provenientes de caixa e equivalentes de caixa e empréstimos de terceiros são suficientes para atender o financiamento de suas atividades.

A Companhia finalizou o ano com uma posição de caixa de R\$ 9.054.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes

Além da utilização em parte de sua geração própria de caixa, a Companhia se utiliza de linhas de financiamento junto a bancos comerciais.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Não aplicável.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimos e financiamento relevantes, (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras, (iii) grau de subordinação entre as dívidas, (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Em 31 de dezembro de 2019, o endividamento da companhia apresentava a seguinte composição:

EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

i) contratos de empréstimo e financiamentos relevantes

(a) Desenhahia

Em 29 de dezembro de 2008 foi firmado acordo com o Desenhahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. Neste acordo ficou pactuado que a Companhia vai liquidar a dívida em 180 parcelas mensais, atualizadas pela variação da TJLP – Taxa de juros em longo prazo, contemplando um desconto de 57% nas parcelas que estão sendo pagas rigorosamente no seu vencimento.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de R\$ 4.655 correspondem a 60 parcelas.

(b) Detalhamento das operações de financiamentos

Em 31 de dezembro de 2019, o detalhamento das operações de financiamentos referentes à captação de recursos para capital de giro, investimentos e renegociações de dívidas estão assim demonstrados:

Todas as operações contam com garantias reais de bens do ativo, tais como imóveis, máquinas e equipamentos e recebíveis.

(c) Operações em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2019 não há na Controladora operações de financiamento em moeda estrangeira.

(d) Agenda de pagamentos

O montante dos financiamentos com vencimento a longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

(e) Garantias

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A Cambuci concedeu garantias para parte de seus empréstimos e financiamentos conforme mencionado na Nota 20 das demonstrações financeiras publicadas em 31 de dezembro de 2018.

(f) Cláusulas restritivas de contratos

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia e por suas controladas não continham cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações quanto à manutenção de índices financeiros.

g) limites de utilização de financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estava utilizando 95%, aproximadamente, dos limites de financiamento cedidos pelas instituições financeiras. Há contratos com garantia de imóveis R\$ 32mm.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

IFRS 16/CPC 06 (R2) – OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia avaliou o impacto da adoção inicial dessa norma sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme abaixo:

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, ou seja, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de arrendamento mercantil e o CPC03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos complementares de operações de arrendamento mercantil.

Arrendamentos em que a Companhia é um arrendatário

A Companhia reconheceu ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das suas lojas. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos foi alterada, sendo que a Companhia reconheceu um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Anteriormente a adoção do CPC 06 (R2)/IFRS16 a Companhia reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo de arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

Abordagem na transição

A Companhia utilizou abordagem retrospectiva simplificada. O efeito cumulativo da adoção foi reconhecido como ajuste no saldo de abertura do balanço patrimonial, sem abertura das informações comparativas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Impactos no Balanço Patrimonial

A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor do inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos. A Administração da Companhia optou por utilizar um expediente prático para transição e não considerar os custos iniciais na mensuração inicial do ativo de direito de uso, mantendo o valor do passivo inicial de arrendamento.

A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

Movimentação do Direito de uso:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
(+) Adoção inicial - IFRS 16/CPC 06 (R2)	2.490	-
(+) Adição	488	2.978
(-) Baixas	(1.647)	(554)
(-) Depreciação Acumulada	(643)	(681)
Saldo em 31/12/2019	688	1.743

Dos contratos que foram escopo da norma, a Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento o valor do aluguel para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de alugueis fixos.

Movimentação dos arrendamentos a pagar:

Impactos na Demonstração do Resultado

De acordo com a norma, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de alugueis, passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras.

<u>Descrição</u>	<u>Média Taxa Anual</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Locação de imóveis	4,21%	2 a 5 anos	783	-	1.164	-
Total			783	-	1.164	-
Passivo circulante			275	-	405	-
Passivo não circulante			508	-	759	-
			783	-	1.164	-

APLICAÇÃO DA NORMA DE CONTABILIDADE E EVIDENCIAÇÃO DE ECONOMIA HIPERINFLACIONÁRIA

Considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (CPC 42/IAS 29) passou a ser requerida. O CPC 42/IAS 29 exige a divulgação dos resultados das operações da empresa Penalty Argentina como se fossem altamente inflacionárias a partir de 1º de janeiro de 2018 (início do período em que se identificou a existência de hiperinflação).

De acordo com o CPC 42/IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

As demonstrações contábeis de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária devem ser expressas em termos da

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período.

Como consequência do exposto acima, a Companhia aplicou a contabilidade de economia altamente inflacionária para a sua subsidiária na Argentina aplicando as regras da CPC 42/IAS 29 da seguinte forma:

- A norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária foi aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018;
- Os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico (por exemplo, ativos imobilizados, ativos intangíveis, etc.) e o patrimônio líquido da subsidiária na Argentina foram atualizados por um índice de inflação. Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral até 31 de dezembro de 2017 foram reportados no patrimônio líquido em "Outros resultados abrangentes". Os impactos do poder de compra geral a partir de 1º de janeiro de 2018 foram reportados na demonstração de resultados em uma conta específica para ajuste de hiperinflação, no resultado financeiro (vide nota explicativa 29 – Receitas e despesas financeiras, líquidas). No CPC 42/IAS 29, não existe um índice geral de preços definido, mas é permitida a utilização de julgamento quando a atualização das demonstrações contábeis se torna necessária. Dessa forma, os índices utilizados foram baseados na resolução 539/18 emitida pela Federação Argentina de Conselho de Profissionais de Ciências Econômicas: i) de 1º de janeiro de 2017 em diante o IPC nacional (índice nacional de preço ao consumidor); ii) até 31 de dezembro de 2016 o IPIM (índice interno de preços ao atacado);
- A demonstração de resultado é ajustada no final de cada período de reporte utilizando a variação do índice geral de preços e, posteriormente, convertida à taxa de câmbio de fechamento de cada período, resultando assim no acumulado do ano os efeitos, nas contas de resultado, tanto do índice de inflação quanto para conversão de moeda;
- A demonstração de resultados do ano de 2017, do primeiro e do segundo trimestres de 2018 e os respectivos balanços patrimoniais da subsidiária na Argentina não foram reapresentados. Conforme IAS 29 parágrafo 42 (b) quando os montantes forem convertidos para a moeda de economia não hiperinflacionária, os montantes comparativos devem ser aqueles que seriam apresentados como montantes do ano corrente nas demonstrações contábeis do ano anterior, isto é, não ajustados para mudanças subsequentes no nível de preços ou mudanças subsequentes nas taxas de câmbio.

Os impactos nos ativos e passivos líquidos da aplicação da norma na controlada Penalty Argentina em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 845 (R\$ 835 em 31 de dezembro de 2018).

A demonstração de resultado da Penalty Argentina acumulada até 31 de dezembro de 2019 foi corrigida pelo índice de inflação e, posteriormente convertida à taxa de fechamento em dezembro de 0,06732 pesos argentinos por real, em decorrência da aplicação do CPC 42/IAS 29.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a utilização da norma de Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária, de acordo com as regras do IFRS, resultou em um ajuste negativo de -R\$ 933 no lucro líquido (negativo -R\$ 2.866 em 31 de dezembro de 2018).

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

PRICIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos fluirão à favor da Companhia e suas controladas. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

a.1) Receita de venda de mercadorias

A receita de venda de mercadorias é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A Companhia e suas controladas não detêm mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida.

a.2) Receita financeira

As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

b.1) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As demonstrações financeiras de cada controlada incluídas na consolidação e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. Para as controladas localizadas no exterior, a Administração concluiu que por possuírem independência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados convertidos pelas taxas médias mensais dos exercícios.

b.2) Transações denominadas em moeda estrangeira

As controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujos resultados anuais são reconhecidos na proporção da participação de investimento da Companhia e são registrados como resultado de equivalência patrimonial. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são registradas no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido da controladora.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

c) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado.

d) Mensuração subsequente

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

e) Ativos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

- Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado: um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo.
- Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzidos de eventuais reduções em seu valor recuperável. Os juros, correção monetária, e variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos.
- Empréstimos e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.
- Ativos financeiros disponíveis para venda: quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros que não se qualificam nas categorias descritas acima. A Companhia não tem ativos financeiros classificados nessa categoria.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

f) Passivos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.
- Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: empréstimos e financiamentos e fornecedores.

g) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros reconhecidos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal e têm se a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h) Impairment de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros que não são classificados como ao valor justo por meio do resultado, são testados anualmente para identificação de indicadores de impairment. Ativos financeiros são considerados deteriorados quando existe evidência objetiva, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, de que os fluxos futuros estimados de caixa do investimento foram impactados.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis em até 90 dias a contar da data de contratação, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado" (Nota 8).

j) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e são deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (impairment). As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras.

Informações referentes à abertura do contas a receber em valores a vencer e vencidos estão demonstradas na Nota 9.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

k) Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido é apurado pela diferença entre o preço de venda na operação normal da Companhia, reduzido os custos incorridos para realizar a venda. As perdas estimadas para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas levando em consideração o histórico de vendas destes estoques, na qual a Companhia recupera parte deste custo, resultando num percentual médio de não recuperação que se aplica ao saldo dos estoques classificados como de baixa rotatividade ou obsoletos.

A Administração da Companhia considera que foram constituídas perdas estimadas em montante suficiente para os estoques de baixa rotatividade ou obsoletos.

l) Investimentos

Na controladora, os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados ao custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

m) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. As depreciações dos bens são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 16.2 e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens. A vida útil dos ativos é revisada e ajustada, se apropriada, ao final de cada exercício. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

n) Intangível

São mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis da Companhia possuem vida útil definida. As amortizações são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 17.

o) Redução ao valor recuperável - Impairment

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de uma Companhia de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de indicativos de impairment sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual é representado pelo maior valor entre (i) o valor justo do ativo menos seus custos de venda; e (ii) o seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros.

Para fins de teste de impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais exista fluxos de caixa identificáveis, que podem ser a unidade geradora de caixas "UGC's" ou segmentos operacionais. A Companhia utiliza a sua única "UGC" para realizar esse teste.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não identificou nenhum item que requeira provisão por redução ao valor recuperável.

p) Outros ativos e passivos

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

q) Tributação

q.1) Imposto de renda e contribuição social

Quando aplicável, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

r) Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de curto prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa das transações e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

s) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado. Quando aplicável, são registradas a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

t) Empréstimos e financiamentos

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

u) Ativos e passivos contingentes e depósitos judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e depósitos judiciais são efetuados de acordo com o CPC 25 e IAS 37 da seguinte forma:

(i) ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) passivos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que a probabilidade de perda é provável. Nos casos do não reconhecimento, a Companhia divulga os principais processos de perda possível na Nota 24.

(iii) depósitos judiciais – são mantidos no ativo não circulante sem a dedução das correspondentes provisões para contingências ou obrigações legais, a menos que

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

tal depósito seja legalmente compensável contra o passivo e a Companhia pretenda compensar tais valores.

v) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que, saída de recursos sejam requeridas para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando há a expectativa de que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

w) Arrendamentos

Os contratos de arrendamento são classificados como leasing financeiros sempre que os termos do leasing transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para a Companhia e suas controladas.

Os leasings financeiros são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do leasing financeiro é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros a apropriar, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa efetiva de juros constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo circulante e no não circulante de acordo com o prazo do leasing. O bem do imobilizado adquirido por meio de leasing financeiro é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo, conforme as taxas mencionadas na Nota 16.2. A Companhia não possui arrendamento mercantil operacional.

A Companhia reconhece ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das suas lojas e um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos.

Considerações sobre as Principais Contas do Ativo

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa	15	48	55	70
Bancos conta movimento	8.252	2.818	8.998	8.832
Aplicações financeiras	1	2.660	1	2.660
	8.268	5.526	9.054	11.562

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

As aplicações financeiras são representadas substancialmente por certificados de depósitos bancários ("CDB") compromissadas e refletem as condições usuais de mercado, cujo vencimento é igual ou inferior a 90 dias possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros.

CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber no Brasil	55.435	56.034	65.273	64.805
Contas a receber no Exterior	2.147	2.414	2.480	2.871
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(10.180)	(8.942)	(13.480)	(11.950)
	47.402	49.506	54.273	55.726
Ativo Circulante	43.898	49.506	50.754	55.726
Ativo Não Circulante	3.504	-	3.519	-

A Companhia mensura regularmente efeitos de valor presente em suas contas a receber, conforme mencionado no item 1.12.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia tinha recebíveis oferecidos em garantia de empréstimos e financiamentos.

A composição do saldo das contas a receber de clientes, por vencimento, é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Títulos Vencidos - terceiros				
Até 30 dias	1.530	1.250	5.546	2.785
De 31 a 120 dias	1.976	1.025	1.973	1.657
De 121 a 180 dias	1.609	633	1.884	703
A partir de 181 dias	9.647	8.504	9.647	10.663
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(10.180)	(8.942)	(13.480)	(11.950)
Total dos títulos vencidos - terceiros	4.582	2.470	5.570	3.858
Títulos a vencer - terceiros	42.820	47.036	48.703	51.868
Total da carteira de clientes - terceiros	47.402	49.506	54.273	55.726

ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Produtos acabados	19.930	22.050	24.417	28.291
Importação em andamento	5.213	2.319	5.213	2.319
Produtos em elaboração	606	645	606	645
Matérias-primas	5.921	5.520	5.964	6.503
	31.670	30.534	36.201	37.758

Os gastos com importações em andamento estão relacionados, principalmente, às operações de aquisição de matéria-prima da Companhia.

Os estoques estão segurados contra incêndio. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de riscos envolvidos.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2 – Resultado operacional e financeiro

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Cambuci é composta pelas vendas no mercado interno, e pelas vendas no mercado externo realizadas pelas operações na América do Sul, além das exportações. A Cambuci goza de subvenções, concedidas pelos governos estaduais da Bahia e Paraíba, onde as fábricas estão localizadas. O valor dessas subvenções para investimentos, registrado durante o exercício de 2019 foi de R\$ 17.877 mil. Em 2018, a subvenção foi de R\$ 20.155 mil.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2019, a Companhia empenhou na melhoria das operações da Argentina, realizando a reestruturação na administração, adequando a política de preços com melhoria na margem bruta e aplicando a redução e o controle das despesas gerais e administrativas, gerando um impacto positivo no resultado do exercício de 2019, com a redução do prejuízo da Companhia, quando comparado com o exercício anterior.

Em virtude da forte desvalorização cambial ocorrida e a situação econômica da Argentina, as vendas e, principalmente a geração de caixa da operação da controlada ainda está afetada, e portanto, a operação ainda depende do suporte por parte do seu controlador.

Continuaremos realizando ações mercadológicas com adequação dos produtos e a melhoria na margem bruta. Desta forma, continuaremos propiciando melhores condições de atuação naquele mercado, com o objetivo de minimizar os efeitos econômicos e financeiros negativos ora vivenciados e recuperar a rentabilidade e o equilíbrio dos fluxos de caixa da Penalty Argentina.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços;

No acumulado houve uma queda da receita total, comparada com o mesmo período de 2018, em -11,2%, sendo no Brasil -8,7% e na Argentina -21,8%.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor;

A inflação tem impacto nos negócios da Cambuci, uma vez que alguns dos insumos, serviços e despesas operacionais são denominados em reais.

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores e "royalties", denominados em moeda estrangeira. Foram desconsiderados os saldos de contas a receber de clientes, a pagar a fornecedores e dos empréstimos e mantidos pelas controladas no exterior, os quais são denominados nas moedas funcionais locais de cada uma dessas controladas, para as quais a Administração da Cambuci entende que não existe risco de exposição de moeda para essas controladas.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 – Efeito relevantes nas DFs

10.3. Comentários dos diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável em razão da Companhia não ter introduzido ou alienado segmento operacional.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável em razão de não ter havido eventos ou operações não usuais no período.

c) eventos ou operações não usuais

Foram considerados como eventos não recorrentes em 2018, os ganhos com a negociação dos empréstimos bancários no montante de R\$ 2,8MM.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Comentários dos diretores sobre:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Vide nota explicativa 7 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Companhia adotou todos os pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019, conforme nota explicativa nº 4 das demonstrações financeiras.

Aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia hiperinflacionária

Os impactos nos ativos e passivos líquidos da aplicação da norma na controlada Penalty Argentina em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 845.

A demonstração de resultado da Penalty Argentina acumulada até 31 de dezembro de 2019 foi corrigida pelo índice de inflação e, posteriormente convertida à taxa de fechamento em dezembro de 0,06732 pesos argentinos por real, em decorrência da aplicação do CPC 42/IAS 29.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a utilização da norma de Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária, de acordo com as regras do IFRS, resultou em um ajuste negativo de -R\$ 933 no lucro líquido.

IFRS 16/CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil

De acordo com a norma, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de aluguéis, passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer dos Auditores Independentes não contém ressalvas. Há uma ênfase sobre a Continuidade das operações da Companhia Controlada na Argentina:

A controlada Penalty Argentina vem apresentando prejuízos sucessivos no decorrer dos últimos exercícios, sendo que em 31 de dezembro de 2019, o mesmo totalizou o montante de R\$ 4.855 mil. Em virtude de tal situação, a controlada Penalty Argentina depende do suporte financeiro do seu controlador, para a manutenção de suas atividades operacionais. Conforme apresentado na nota explicativa 1, esses eventos, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da companhia controlada. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Indicações e comentários dos diretores sobre políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Ao elaborar as demonstrações financeiras, a Companhia fez estimativas relativas a diversos assuntos. Alguns desses assuntos são altamente imprevisíveis, fazendo com que estas estimativas dependam de opiniões formuladas com base nas informações disponíveis.

Há muitas áreas nas quais estimativas são utilizadas para situações imprevisíveis, mas o efeito provável da alteração ou substituição das estimativas não é relevante para as demonstrações financeiras. Veja as notas explicativas às demonstrações financeiras, para discussão mais detalhada da aplicação destas e de outras políticas contábeis.

Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Estimativas e julgamentos críticos

Estimativas e julgamentos críticos são aquelas que requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas estão incluídas a seguir:

Na elaboração das demonstrações financeiras da Controladora e Consolidada é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação dessas demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras da Controladora e Consolidada incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado Nota 18.2, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas Nota 25, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares Nota 27.

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

Vida útil de ativos

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos com base na estimativa da vida útil dos bens elaborada pelos técnicos da Companhia considerando a experiência desses profissionais na gestão operacional das fábricas.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

As vidas úteis estabelecidas inicialmente são revisitadas ao final de cada exercício pelos técnicos da Companhia para verificar a necessidade de alteração das mesmas.

Os principais fatores que são levados em conta na definição da vida útil dos bens que compõem o parque fabril da Companhia são as condições operacionais das máquinas e equipamentos, o tempo hora de operação, a qualidade da manutenção preventiva e corretiva e as perspectivas de desatualização tecnológica dos bens.

A Administração da Companhia também decidiu que (i) a depreciação deve cobrir o total dos bens tendo em vista que os equipamentos e instalações, quando retirados de operação, são vendidos por valores absolutamente imateriais; e (ii) os terrenos não são depreciados porque apresentam vida útil indefinida.

Provisões e passivos contingentes

A Administração da Cambuci, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica os processos judiciais e administrativos contra a Companhia em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

Perda provável – são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma:

- (i) processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor reclamado multiplicado pelo percentual histórico da Companhia na liquidação dos processos dessa natureza;
- (ii) processos tributários – o valor provisionado corresponde a 100% do valor atualizado da causa.
- (iii) demais processos – o valor provisionado corresponde a 100% do valor da causa.

Perda possível – são processos onde a possibilidade de perda não é remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância (Nota 25).

Perda remota – são processos onde o risco de perda é pequeno. Em termos percentuais, essa probabilidade é inferior a 25%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

A Administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de ter algum desembolso; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, tais como o REFIS implementado no Brasil a nível Federal e o Programa de Parcelamento Incentivado do Governo do Estado de São Paulo - PPI, em condições favoráveis que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra atualmente provisionado ou inferior ao valor da causa.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial

A Companhia não possui ativos ou passivos relevantes que não estejam refletidos neste documento e nas demonstrações financeiras, incluindo notas explicativas.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, uma vez que não há qualquer item relevante que não foi evidenciado nas demonstrações financeiras da Companhia, incluindo as notas explicativas.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas.

b) natureza e propósito da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de Negócios

A Administração deve indicar e comentar os principais elementos do plano de negócio da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

A Cambuci continua investindo na sua expansão internacional através de sua subsidiária na Argentina.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A empresa pretende utilizar recursos próprios e/ou créditos junto a instituições financeiras para os novos investimentos.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos de capital relevante em andamento ou previstos para os próximos anos.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Não aplicável.

c) Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgados (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos (iv) montantes gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

O portfólio de produtos das marcas da Cambuci apresentado em 2019 foi resultado de investimentos em inovação e tecnologia, baseado em premissas de atualização de design e em conformidade com as orientações de pesquisa em tendências junto a bureaus globais. Cerca de 2% do faturamento líquido é destinado ao trabalho de pesquisa, desenvolvimento e inovação, justamente para oferecer constantes novidades e garantir performance e qualidade que são condições primordiais nos produtos Penalty e Stadium.

Este direcionamento resultou na evolução das linhas de produtos do seu portfólio:

- Linha Max de Futsal – linha profissional de futsal, testada e aprovada por atletas profissionais, oferece conforto, leveza, durabilidade e contém tecnologias que auxiliam uma melhor performance. Além dos calçados a linha conta também com bolas, meião e acessórios.

- Linha S11 de Futebol de Campo – linha profissional de futebol de campo, construída em plataformas tecnológicas leves, flexíveis e resistentes, resultado obtido em conjunto com atletas de ponta do futebol brasileiro. Linha composta por calçados, bolas, meião, e equipamentos.

- Linha SOCIETY SE7E desenvolvida pela Penalty é a escolha perfeita para os craques que prezam por qualidade em gramados artificiais. Presente com bolas e calçados, os quais tem cabedal em tecido EOS-NIT de alta performance para leveza, conforto e resistência, possui construção LOCKER, bota complemento do cabedal construída a base de elastano de alta resistência, proporcionando melhor calce, com vista lacrada que impossibilita a entrada de borrachinhas da quadra. A palmilha em PU apresenta furos estratégicos que permitem troca de calor na região plantar dos pés.

10.8 - Plano de Negócios

- Bola Oficial de Vôlei Pró –certificada pela Federação Internacional de Volleyball e atletas profissionais tem como principais características a maciez, balanceamento em 100%, velocidade controlada e também com o exclusivo laminado sintético de absorção de impacto e de suor provendo o melhor domínio na bola.
- Tecnologia Termotec – a exclusiva tecnologia Penalty Termotec, que revolucionou a construção e a performance de bolas, está presente também nas chuteiras da linha profissional Max e SE7E. Através da fusão das partes do cabedal do calçado em uma peça única, sem a necessidade de costuras, o produto se torna mais leve, eliminando sobreposições espessas, mantendo a resistência necessária e com ajuste perfeito ao pé.
- EOS-NIT: tecido de alta performance que proporciona maciez, leveza e conforto. – Utilizado somente em calçados PRO/SEMI PRO.
- Meião Kanguru – produto único no segmento de meias a nível global com bolsa interna construída sem costuras adicionais, possibilitando o encaixe da caneleira sem a necessidade de tira elástica, esparadrapo ou qualquer outro tipo de amarração.
- Tecnologia Polipró – meiãoes mais leves e resistentes. Esta exclusiva construção age como isolante térmico, excelente para a prática esportiva em climas frios e quentes, possui fibras ecologicamente corretas que não necessita do tratamento de tingimento dos processos convencionais.
- Anatomic System / Luvas – Equipamentos com tecnologia de modelagem com menor acúmulo de material, melhor movimentação e melhor controle da bola.
- NEOGEO / Bolas – Tecnologia que detém maior conforto e maciez, maior elasticidade e maior resiliência, recuperando formato original rapidamente.
- Kick Off - A Penalty desenvolveu uma tecnologia exclusiva para as bolas de futebol society. A tecnologia Kick Off oferece mais precisão em passes e chutes, menos quique e melhor controle para o jogador.
- Câmara 6D - Câmara de bolas com sistema inovador de balanceamento, composto por 6 discos posicionados simetricamente, proporcionando equilíbrio total para a bola. Construída a base de borracha butílica e estrutura de anéis, que a deixam muito mais esférica.
- Câmara Airbility - Câmara de bolas feita com borracha butílica, possui sistema de balanceamento, com ótima resistência à retenção de ar.
- Duotec - Os gomos de bolas passam por uma aplicação adesiva e são costurados à mão. A ativação do adesivo em alta temperatura, faz com que a evidência das costuras seja minimizada. Menor absorção de água e maior durabilidade.
- Ultra Fusion - Tecnologia de termo fusão de bolas que elimina as costuras garantindo menor absorção de água, proporcionando melhor esfericidade e durabilidade.
- Cápsula Sis - Novo sistema de bico de bolas que envolve a agulha e protege a câmara de ar. Não precisa de lubrificação e pode ser substituído.
- Ecoknit - Tecido confeccionado com garrafas PET recicladas. Cada unidade de bola produzida retira do meio ambiente 4½ garrafas.

10.8 - Plano de Negócios

- Aracnum – Presente em confecção, calçados e luvas, é uma tecnologia aplicada em regiões estratégicas dos produtos Penalty para garantir mais grip e aderência com a bola.
- Double Action - Tecnologia presente nas bombas Penalty, que infla a bola nos dois sentidos, exigindo menos esforço. Reduz o tempo para inflar em cerca de 50%.
- Bola S11 Ekoknit – Primeira bola de futebol profissional do mundo com pegada ecológica. Oferece um tecido ecológico desenvolvido a partir de fios de poliéster reciclados de garrafas PET.
- Bola Max Ekoknit – A melhor bola de futsal do mundo, agora é também a primeira feita em tecido ecológico. Construída a partir de garrafas pet recicladas.

As bolas S11 Ekoknit e Max Ekoknit foram os projetos laureados na categoria produtos esportivos do iF Design Award 2020. A Penalty foi consagrada com dois produtos: S11 Ekoknit, primeira bola de futebol profissional do mundo com pegada ecológica, e Max Ekoknit, que apresenta o mesmo pioneirismo, mas para o futsal. As versões inscritas são as de 2019, sendo a S11 Ekoknit a bola oficial do Paulistão e a Max Ekoknit a bola oficial da Seleção Brasileira de Futsal da mesma temporada.

A cada ano a Cambuci vem ampliando parcerias com atletas, federações e confederações, que funcionam como um sofisticado laboratório de testes de produtos de alta performance e têm função vital em potencializar cada vez mais a promover e viabilizar os nossos projetos tecnológicos e inovadores que são condições orientadas para dentro da companhia de prover produtos únicos e exclusivos com diferencial técnico e maior valor agregado.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9 - Outros fatores com influência relevante

comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados e/ou comentados nos demais itens desta seção.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

Não divulgamos projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a nós ou as nossas atividades.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

Não divulgamos projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a nós ou as nossas atividades.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1. Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:

a) atribuições de cada órgão e comitê

Somos administrados por um Conselho de Administração e por uma Diretoria com poderes conferidos pela Lei das Sociedades por Ações e de acordo com o nosso Estatuto Social.

Conselho de Administração

Nosso Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituível a qualquer tempo, com mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Atualmente, nosso Conselho de Administração é composto por 3 (três) membros tecnicamente qualificados, com experiência. O nosso Conselho de Administração é formado por uma maioria de membros independentes da administração da Companhia.

O nosso Conselho de Administração é autorizado a solicitar a contratação de especialistas externos para auxílio em suas decisões, quando considerar necessário.

O nosso Conselho de Administração atua de forma a proteger o patrimônio da Companhia, perseguir a consecução de seu objeto social e orientar a diretoria a fim de maximizar o retorno do investimento, agregando valor ao empreendimento. Essa atuação se dá, principalmente por meio da realização de reuniões periódicas. Estatutariamente, as reuniões deveriam ser trimestrais, no entanto, desde 2001, nosso Conselho de Administração tem se reunido mensalmente, tendo o seu calendário já fixado em 2020.

O nosso Conselho de Administração elegerá entre seus membros um Presidente que convocará e presidirá suas reuniões, e um vice-presidente, que substituirá o Presidente nos seus impedimentos ou ausências temporárias.

De acordo com nosso Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração, além das atribuições previstas na legislação aplicável:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da companhia, decidir sobre a política econômico-financeira e administrativa e aprovar o planejamento estratégico da companhia;
- b) analisar relatórios consolidados da Diretoria;
- c) aprovar os programas de expansão, de investimentos para manutenção do parque industrial e contratos de prestação de serviços, considerando os riscos envolvidos e retornos esperados, acima de 10% do capital social, por operação;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- d) aprovar investimentos que envolvam modernização e/ou mudança de tecnologia;
- e) aprovar a política que orientará as relações com investidores e mercado de capitais;
- f) aprovar critérios para o controle do desempenho empresarial da Companhia;
- g) eleger e destituir os Diretores da Companhia, e dar-lhes substitutos em caso de vacância;
- h) fiscalizar a gestão dos negócios sociais pelos Diretores e zelar pelo estrito cumprimento das decisões dos órgãos da Companhia; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- i) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral;
- j) manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria;
- k) escolher e destituir os auditores independentes previstos na forma da lei e do presente estatuto;
- l) autorizar a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão;
- m) autorizar a emissão de ações, dentro do capital autorizado, e de títulos de crédito para distribuição pública;
- n) dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações previamente aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações aos administradores ou empregados da Companhia, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedades sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas da Companhia;
- o) deliberar sobre a aquisição de ações e debêntures de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;
- p) deliberar sobre o aumento do capital social dentro dos limites do capital autorizado nos termos do parágrafo único do Artigo 5º deste Estatuto Social, bem como deliberar sobre o preço de emissão, a forma de subscrição e pagamento, o término e a forma para o exercício dos direitos de preferência e outras condições relativas à emissão;
- q) autorizar o pagamento de juros a título de remuneração do capital próprio, bem como sua integração ao valor dos dividendos do exercício;
- r) autorizar a criação de subsidiárias integrais; a participação em controladas, coligadas e joint ventures; a formação de consórcios e alianças estratégicas, no País e no exterior;
- s) autorizar a prática de atos que impliquem em alienar, mesmo fiduciariamente, ou onerar bens sociais do ativo permanente, inclusive hipotecar, empenhar, caucionar, dar em anticrese, confessar, renunciar a direito, transigir, acordar, operações acima de 10% do capital social, ou abaixo deste valor, se reincidentes em um único trimestre, perante um mesmo contratante, bem como estabelecer, quando julgar conveniente, quais dentre os membros da Diretoria deverão praticar o ato autorizado;
- t) autorizar a contratação de empréstimos em moeda nacional e estrangeira no Brasil e no exterior, em valores iguais ou superiores a 30% (trinta por cento) do capital social da Companhia vigente na ocasião, por operação, ou abaixo deste valor, se reincidentes em um único trimestre, perante um mesmo contratante;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- u) fortalecer e zelar pela imagem institucional da Companhia;
- v) deliberar sobre a distribuição da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, fixada de forma global pela Assembleia Geral;
- x) aprovar a estrutura organizacional da Diretoria da Companhia definindo a distribuição de responsabilidades e competências;
- z) Instituir e aprovar programas de trabalho de Auditoria Interna, quando julgar oportuno;
- aa) Aprovar programas de premiação e benefícios para Diretores e Gerentes diretamente subordinados a eles;
- ab) deliberar sobre a prática de qualquer ato de gestão extraordinário não compreendido na competência privativa da Assembleia Geral e diretoria.

Conselho Fiscal

O nosso Conselho Fiscal é de funcionamento permanente, com as atribuições e os poderes conferidos pela legislação.

Nosso Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituível a qualquer tempo, com mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, nosso Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros efetivos.

O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador dos atos de gestão administrativa que elabora seus pareceres com base nos relatórios da auditoria independente da Companhia. O Conselho Fiscal ainda, apresenta documentos e pareceres à Assembleia Geral para subsidiar a aprovação das diversas matérias pelos acionistas da Companhia.

Diretoria

Nossa Diretoria é composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 7 (sete) membros, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, podendo ser reeleitos, que recebem as seguintes designações: (a) um Diretor Presidente; e; (b) 1(um) a 6 (seis) Diretores Executivos adjuntos, todos com mandato unificado de 1 (um) ano.

Os cargos da Diretoria poderão, ou não, ser preenchidos, de acordo com os interesses da administração da Companhia, respeitado o número mínimo previsto em nosso Estatuto Social. Compete à Diretoria a direção dos negócios sociais em geral e a execução dos atos de administração, com as atribuições e os poderes conferidos por lei e pelo Estatuto Social.

Compete, ainda, à Diretoria:

- a) representar a Companhia, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- b) celebrar contratos de qualquer natureza, relacionados com os fins sociais, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, contrair empréstimos e prestar garantias de qualquer natureza, respeitados os limites e formas indicados neste Estatuto;
- c) constituir em nome da Companhia procuradores para a prática de quaisquer atos que envolvam os interesses sociais;
- d) apresentar à Assembleia Geral as demonstrações financeiras previstas em lei e a proposta da destinação do resultado do exercício, depois de submetê-las ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal;
- e) abrir contas, fazer depósitos e movimentá-las em Bancos; emitir e endossar cheques e notas promissórias; emitir e endossar duplicatas e letras de câmbio; endossar "Warrants", conhecimentos de depósitos e conhecimentos de embarques;
- f) receber e dar quitação, transigir, renunciar direitos, desistir e assinar termos de responsabilidade, observadas as restrições legais e estatutárias; e
- g) praticar em geral todos os atos de gestão necessários à consecução dos fins sociais.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

b) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês;
Nosso Conselho Fiscal é de funcionamento permanente e não possuímos comitês estatutários instalados.

c) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê;
Não possuímos mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê.

d) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais;
As atribuições dos nossos Diretores estão definidas no nosso Estatuto Social como segue:

Diretor Presidente:

Compete ao Diretor Presidente:

- (a) dirigir e superintender os negócios sociais, cumprindo e fazendo cumprir as deliberações do Conselho de Administração, da Diretoria e da Assembleia Geral, respeitadas sempre as disposições legais e estatutárias;
- (b) presidir as reuniões da Diretoria; e (c) manter a permanente coordenação entre a

Diretoria e o Conselho de Administração.

Diretores Executivos Adjuntos:

Compete aos Diretores Executivos Adjuntos:

- (a) praticar os atos normais necessários ao regular funcionamento da sociedade;
- (b) exercer as funções específicas que lhes forem conferidas pelo Conselho de Administração, que poderá, inclusive, atribuir denominações especiais para os respectivos cargos; e
- (c) colaborar com o Diretor Presidente no exercício de suas funções.

e) mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria.

O Conselho de Administração realiza anualmente uma avaliação formal de desempenho da Diretoria Executiva, inclusive do executivo principal, na qual são analisados aspectos como qualidade da gestão, liderança, posicionamento da empresa e outros.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:

a) prazos de convocação

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e nosso Estatuto Social, as nossas Assembleias Gerais serão convocadas mediante anúncio publicado por três vezes, no mínimo, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, bem como em outro jornal de grande circulação, que, no caso da Companhia, é o Valor Econômico ou O Estado de São Paulo. A primeira convocação deve ser feita com, no mínimo, 15 (quinze) dias antes da realização da Assembleia Geral, e a segunda convocação deve ser feita com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência.

b) competências

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e o nosso Estatuto Social, compete à Assembleia Geral:

- (i) reformar o Estatuto Social;
- (ii) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e conselheiros fiscais da companhia, ressalvado o disposto no inciso II do art. 142 da Lei das Sociedades por Ações;
- (iii) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- (iv) autorizar a emissão de debêntures, ressalvado o disposto nos §§ 1º, 2º e 4º do art. 59 da Lei das Sociedades por Ações;
- (v) suspender o exercício dos direitos do acionista;
- (vi) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;
- (vii) autorizar a emissão de partes beneficiárias;
- (viii) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; e
- (ix) autorizar os administradores a confessar falência e pedir recuperação judicial.

c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à Assembleia Geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos físicos estarão disponíveis na sede da Companhia, na Avenida Getúlio Vargas, 930, Centro, na cidade de São Roque, Estado de São Paulo, CEP: 18130-430 e os documentos eletrônicos no endereço eletrônico de relações com investidores da Companhia www.cambuci.com.br/investidores, e no endereço eletrônico da CVM www.cvm.gov.br e no endereço eletrônico da BM&FBOVESPA www.bmfbovespa.com.br.

d) identificação e administração de conflitos de interesses:

No caso de algum acionista ter interesse conflitante com a matéria da ordem do dia da Assembleia Geral, referido acionista está vedado de proferir o seu voto. Não possuímos mecanismo ou política de identificação e solução de conflitos de interesses além daqueles impostos por lei. Solucionaremos eventuais conflitos de interesses de maneira individualizada, conforme necessário.

A deliberação tomada em decorrência de voto de acionistas que tenha interesse conflitante com a Companhia é anulável, respondendo referido acionista pelos danos causados à Companhia.

e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

A Companhia não possui regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas assembleias gerais.

f) formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se a Companhia exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Nos termos da Lei nº 6.404/76, o acionista pode ser representado na assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado. Na companhia aberta, como é o caso da Companhia, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

Para tomar parte na assembleia geral, o acionista que for representado por procurador deverá depositar na sede da Companhia, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, previamente à data marcada para a realização da assembleia geral, o instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404/76. O procurador ou seu representante legal deverá comparecer à assembleia geral munido de documentos que comprovem sua identidade.

O Colegiado da CVM, em reunião realizada em 04/11/2014 (Processo CVM RJ2014/3578), entendeu que os acionistas pessoas jurídicas podem ser representados nas assembleias de acionistas por meio de seus representantes legais ou através de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil.

A Companhia exige reconhecimento de firma, notariação, consularização e/ou tradução juramentada das procurações outorgadas por acionistas. A Companhia não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

Em Abril de 2015, a CVM divulgou a instrução 561, normatizando o voto a distância: acionistas poderão votar por meio do preenchimento e envio do boletim de voto a distância.

A partir de 01/01/2018, o acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por meio do envio diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos à Av. Getúlio Vargas, 930, Centro, na cidade de São Roque, Estado de São Paulo, CEP: 18130-430:

(i) boletim de voto à distância relativo à assembleia geral, devidamente preenchido, rubricado em todas as páginas e assinado com firma reconhecida;

(ii) extrato indicando a posição acionária na Companhia; e

(iii) cópia autenticada dos seguintes documentos:

- para pessoas físicas - documento de identidade com foto do acionista,
- para pessoas jurídicas - último estatuto social ou contrato social consolidado, conforme o caso, demais documentos que comprovem os poderes do(s) representante(s) legal(is) do acionista, nos termos de seu estatuto ou contrato social, incluindo, sem limitação, ata de eleição de conselheiros, diretores, procurações etc., e (c) documento de identidade com foto do(s) representante(s) legal(is),
- para fundos de investimento - último regulamento consolidado do fundo, estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo, demais documentos que comprovem os poderes do(s) representante(s) legal(is) do gestor ou administrador do fundo, conforme o caso, e documento de identidade com foto do(s) representante(s) legal(is).

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Em relação aos documentos indicados nos itens i e ii acima, a Companhia exige reconhecimento de firma e notariação, consularização e tradução juramentada, conforme o caso.

Os boletins de voto a distância, acompanhados da respectiva documentação, serão considerados apenas se recebidos pela Companhia, em plena ordem e de acordo com o disposto acima, até sete dias antes da data da assembleia a que se refere. Nos termos do artigo 21-U da Instrução CVM 481/09, a Companhia comunicará ao acionista se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido, ou os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio, caso necessário.

h) se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto à distância ou de participação à distância

Em vista do disposto na Instrução CVM 561/15, a Companhia obrigatoriamente adotou o voto a distância a partir de 01/01/2018.

Nos termos da Instrução CVM 481/09, o acionista pode exercer o voto em assembleias gerais por meio do preenchimento e entrega do boletim de voto à distância: (i) por ocasião da assembleia geral ordinária; e (ii) sempre que a assembleia geral for convocada para deliberar sobre eleição de (a) membros do conselho fiscal, ou (b) do conselho de administração, quando a eleição se fizer necessária por vacância da maioria dos cargos do conselho, por vacância em conselho que tiver sido eleito por voto múltiplo ou para preenchimento das vagas dedicadas à eleição em separado de que tratam os artigos 141, § 4º, e 239 da Lei nº 6.404/76.

i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

O acionista que tiver interesse em incluir propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do Conselho de Administração ou Conselho Fiscal no boletim de voto a distância, deverá apresentar tais propostas, acompanhadas de seus documentos de representação e eventuais documentos pertinentes à proposta, para o endereço da sede da Companhia, aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores, na forma e nos prazos estabelecidos na Instrução CVM nº 481/2009.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a) frequência das reuniões

O nosso Conselho de Administração reúne-se ordinariamente, quatro vezes por ano, a cada três meses e, extraordinariamente sempre que necessário, por solicitação de seu Presidente ou da maioria de seus membros em exercício, com antecedência mínima de 3 (três) dias. No entanto, desde 2001 o nosso Conselho de Administração tem se reunido mensalmente, tendo o seu calendário já fixado até 2020.

b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não há acordos de acionistas atualmente vigentes, de forma que não há disposições acerca de qualquer restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do nosso Conselho de Administração.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Adotamos as formas de identificação e administração de conflitos de interesses dispostas na Lei das Sociedades por Ações, sendo que não possuímos regras específicas para a identificação e administração desses conflitos de interesses.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

Não há cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem no nosso Estatuto Social.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Alexandre Schuler		Pertence apenas à Diretoria	29/04/2020	01 (um) ano	3
425.103.330-20	Administrador de empresas	10 - Diretor Presidente / Superintendente	29/04/2020	Sim	0.00%
Emerson Tsuneji Shiromaru		Pertence apenas à Diretoria	29/04/2020	01 (um) ano	3
142.459.198-84	Administrador de empresas	19 - Outros Diretores Diretor de operações internacionais e inovação e tecnologia	29/04/2020	Sim	0.00%
Manuel Roberto Bravo Caldeira		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2020	1 ano	7
029.428.328-51	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/04/2020	Não	100.00%
Eduardo Estefano Filho		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2020	1 ano	33
067.527.138-04	Engenheiro Textil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2020	Sim	100.00%
ROBERTO ESTEFANO		Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	29/04/2020	1 (um) ano	33
067.524.468-49	Administrador	35 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Rel. Invest.	29/04/2020	Sim	100.00%
Antonio Carlos Bonini Santos Pinto		Conselho Fiscal	29/04/2020	1 ano	29
026.230.088-50	Adminstrador de Empresas	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2020	Sim	100.00%
Roberto Massayuki Hara		Conselho Fiscal	29/04/2020	1 ano	3
860.121.858-04	Economista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2020	Não	100.00%
Mário Alberto de Lima Reis Coutinho		Conselho Fiscal	29/04/2020	1 ano	21

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
491.893.018-20	Engenheiro Textil	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2020	Sim	100.00%
José Roberto Pereira Rios		Conselho Fiscal	29/04/2020	1 (Um) ano	3
555.992.578-00	Administrador e Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/04/2020	Sim	100.00%
atividades exercidas como contador da empresa Ras Reviri Empresa de Contabilidade e Computação Ltda.					
Clovis Ailton Madeira		Conselho Fiscal	29/04/2020	1 (um) ano	2
253.599.328-72	Administrador e Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/04/2020	Sim	0.00%
Sergio Renato Escatolin		Conselho Fiscal	29/04/2020	1 (um) ano	2
183.679.998-51	Administrador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/04/2020	Sim	0.00%

Experiência profissional / Critérios de Independência

Alexandre Schuler - 425.103.330-20

Formação acadêmica: Administração de empresas – FACCAT

Larga experiência em processos industriais e métodos para resultado, com 31 anos de carreira vivenciando empresas com foco produtivo, como por exemplo: Calçados Azaléia S/A. Com especialização na área de gestão de produção e área financeira.

Emerson Tsuneji Shiromaru - 142.459.198-84

Formação acadêmica: Administração de empresas – FEEVALE e Engenharia e Modelagem de calçados – Instituto Japonês de Calçados / Tóquio-Japão

Experiência profissional: Experiência de 25 anos em empresas nacionais e internacionais no seguimento calçadista. Carreira desenvolvida nas áreas de desenvolvimento de materiais e produto, industrial e comercial, procurement e sourcing nas empresas: São Paulo Alpargatas S/A, Calçados Azaleia S/A, Toray Ecsaine Co. Ltda, Duksung Chemical Co. Ltd, Kanebo Co. Ltd, TNK Importadora e Exportadora Ltda, Shion Trading Co. Ltd, Lipa Shoes Co. Ltd., Shin-Niko Co. Ltd e Profile Internacional Ltda.

Manuel Roberto Bravo Caldeira - 029.428.328-51

Formação acadêmica: Administração de Empresas pela FGV.

Experiência profissional: iniciou sua carreira no Banco Finasa de Investimentos, na função de gerente de análise. Em seguida, trabalhou no Banco Francês e Brasileiro como diretor de investimentos, sendo responsável pela montagem e gestão do departamento de mercado de capitais. Foi eleito em 1994 o melhor administrador de fundos pela revista Exame. Posteriormente foi sócio da Linear Investimentos, onde captou cerca de US\$ 200 milhões no prazo de 6 meses para o fundo por ele gerido. Prosseguiu sua carreira como consultor de gestão profissionalizada de empresas no ramo de alimentação, agropecuário, usinas de açúcar e investimentos. Atualmente é sócio proprietário da Iguana Investimentos Ltda. e membro do Conselho de Administração da Cambuci S/A.

Eduardo Estefano Filho - 067.527.138-04

Formação acadêmica: Engenharia Mecânica Industrial Textil pela FEI, Pós Graduação em Administração pela GV.

Experiência profissional: iniciou suas atividades em 1968 na Cambuci. Ocupou o cargo de diretor Superintendente de 1970 a setembro de 2013. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Cambuci. É Membro da AISAM – Associação das Indústrias de São Roque, Araçariçuama, Alumínio e Mairinque.

ROBERTO ESTEFANO - 067.524.468-49

Formação acadêmica: Administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas e Especialização em Marketing - Fundação Getúlio Vargas

Experiência profissional: iniciou as atividades em 1968 na Cambuci. Ocupou cargo de Diretor Presidente de 1970 a setembro de 2013. Atualmente é Diretor de relações com Investidores da Cambuci. Membro da Abriesp - Associação Brasileira da Indústria do Esporte. Foi presidente da ABIAE - Associação Brasileira de Indústrias de Artigos de Esporte. Foi membro da MOVE - Associação Brasileira de Artigos Esportivos e Board da World Federation of the Sporting Goods Industry.

Antonio Carlos Bonini Santos Pinto - 026.230.088-50

Formação Acadêmica : Ciências Contábeis e Ciências Administrativas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas- PUCAMP

Experiência Profissional : Iniciou sua carreira em 1979 na Directa Auditores, empresa de prestação de serviços de auditoria externa, como estagiário da área de auditoria e tornou-se um de seus sócios. Atualmente atua como consultor de empresas.

Roberto Massayuki Hara - 860.121.858-04

Colaborador do Moinho Pacífico por 39 anos, vivenciou a transição do sistema de monopólio governamental do trigo ao de livre mercado. Atuou nas áreas de Recursos Humanos, Financeira, Tributária, Importação e Logística do abastecimento de trigo do Moinho Pacífico. Em 2013 estruturou e é responsável pelo departamento de serviços de recepção, armazenagem e logística de trigo para as tradings Cargill, ADM, Bunge e moinhos do Estado de São Paulo atingindo a movimentação de 350.000 toneladas no primeiro ano de atividade. Atualmente está na Bunge Alimentos.

Mário Alberto de Lima Reis Coutinho - 491.893.018-20

Formação Acadêmica: Engenheiro Industrial Mecânico Textil - Fac Engenharia Industrial - FEI - Engo Segurança do Trabalho - Fac Saúde Pública - USP

Experiência Profissional : Cia. Brasileira de Fiação (Grupo Giorgi) - Engenheiro de Produção, Textil - Cia Textil Tangará (Grupo Giorgi) - Diretor Industrial, Sperm do Nordeste (Grupo Giorgi) - Diretor Industrial, Grupo Giorgi - Diretor de Compras Algodão, Metasul Corretora de Mercadorias - Procurador e Corretor de Algodão.

José Roberto Pereira Rios - 555.992.578-00

Contador da empresa Ras Reviri Empresa de Contabilidade e Computação Ltda

Clovis Ailton Madeira - 253.599.328-72

Administração de Empresas pelo Instituto Municipal de Ensino Superior São Caetano do Sul e Ciências Contábeis pela Faculdade São Judas

Sócio Diretor da Directa Auditores. Presidente do Instituto Cacau Show e consultor de empresas.

Sergio Renato Escatolin - 183.679.998-51

Autuou como administrador financeiro por 15 anos no Moinho Pacífico no segmento alimentício, com experiência em tesouraria e câmbio, sendo responsável pelas aplicações financeiras do Grupo Pacífico. Colabora no "family office" respondendo pela gerência administrativa e financeira da Rivale Representações Ltda.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Alexandre Schuler - 425.103.330-20	
N/A	
Emerson Tsuneji Shiromaru - 142.459.198-84	
N/A	
Manuel Roberto Bravo Caldeira - 029.428.328-51	
N/A	
Eduardo Estefano Filho - 067.527.138-04	
N/A	

ROBERTO ESTEFANO - 067.524.468-49

N/A

Antonio Carlos Bonini Santos Pinto - 026.230.088-50

N/A

Roberto Massayuki Hara - 860.121.858-04

N/A

Mário Alberto de Lima Reis Coutinho - 491.893.018-20

N/A

José Roberto Pereira Rios - 555.992.578-00

N/A

Clovis Ailton Madeira - 253.599.328-72

N/A

Sergio Renato Escatolin - 183.679.998-51

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
ROBERTO ESTEFANO	067.524.468-49	Cambuci S/A	61.088.894/0001-08	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração e Diretor de Relação Com Investidores				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Eduardo Estefano Filho	067.527.138-04	Cambuci S/A	61.088.894/0001-08	
Membro do Conselho de Administração				
<u>Observação</u>				

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2018			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Eduardo Estefano Filho	067.527.138-04	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ERA SPORTS LTDA.	00.011.241/0001-36		
Administrador			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Eduardo Estefano Filho	067.527.138-04	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Impar Sports Ltda.	04.504.429/0001-77		
Administrador			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Eduardo Estefano Filho	067.527.138-04	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Cambuci Importadora Ltda.	00.734.109/0001-52		
Administrador			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Eduardo Estefano Filho Membro do Conselho de Administração	067.527.138-04	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Cambuci S/A Conselho de Administração	61.088.894/0001-08		
Observação			

Administrador do Emissor			
Eduardo Estefano Filho Membro do Conselho de Administração	067.527.138-04	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Impar Paraguay S/A. Administrador	61.088.894/0008-84		
Observação			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

Não há quaisquer acordos, inclusive apólices de seguros para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores.

CAMBUCI SA ações relevantes

CAMBUCI S/A
COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO
C.N.P.J. Nº 61.088.894/0001-08
NIRE n. 35300057163

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2020

I - DIA, HORA E LOCAL:

Assembléia realizada às 10:00hs (dez horas) do dia 29 de abril de 2020, na sede administrativa, na Av. Getulio Vargas, nº 930, Marmeleiro, São Roque /SP.

II – Convocação:

Editais de Convocação publicados nas edições dos dias 08, 09 e 10 de abril de 2020 do Diário Oficial do Estado de São Paulo e do O Estado de S. Paulo, conforme disposto no artigo 124, inciso II da Lei nº 6.404/76.

III – Publicações Legais:

Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras e Demonstrações Contábeis acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 publicados no jornal Diário Oficial do Estado de São Paulo e no O Estado de S. Paulo, em sua edição do dia 07 de março de 2020.

IV – Quorum:

Presentes da maioria de acionistas titulares de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal representativas de 77% do capital social com direito a voto, conforme registros constantes no Livro de Registro de Presença de Acionistas e pelos Boletins de Voto à Distância recebidos nos termos da Instrução CVM nº 481/09.

V – Presença Legal:

Presentes o Sr. **Alexandre Ralf Slavic** representante da **SAX AUDITORES INDEPENDENTES**, representando os auditores independentes, o Sr. **Antonio Carlos Bonini dos Santos Pinto**, representando o Conselho Fiscal e o Sr. **Roberto Estefano**, representando os administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no parágrafo primeiro do artigo 134 da Lei nº. 6.404/76.

VI - MESA:

Presidente: Roberto Estefano
Secretária: Daniela Coutinho de Castro

VII - ORDEM DO DIA:**Assembléia Geral Ordinária**

1. Exame, discussão e votação do relatório da Administração e Demonstrações Financeiras com pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, relativos

CAMBUCI SAações relevantes

ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, conforme proposta da administração;

2. Eleição dos membros do Conselho Fiscal, com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária;
3. Fixação da Remuneração dos administradores da companhia;
4. Eleição dos membros do Conselho de Administração;
5. Destinação dos resultados do Exercício de 2019.

VIII - DELIBERAÇÕES ADOTADAS:

Em Questão de Ordem

Foi aprovada por unanimidade dos acionistas presentes a lavratura da ata sob a forma de sumário, e a sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos dos parágrafos 1º. e 2º. do artigo 130 da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Após a apresentação das propostas e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia e da Proposta do Conselho de Administração relativa à Assembleia Geral Ordinária, foram tomadas as seguintes deliberações:

1. Foram lidos, discutidos e aprovados, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, abstendo-se de votar os legalmente impedidos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.
2. A mesa propôs aos Senhores Acionistas a reeleição dos membros do Conselho Fiscal, que novamente será composto por 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, todos com prazo de mandato até a próxima assembleia geral ordinária. Os acionistas presentes procederam, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, a eleição dos membros do Conselho Fiscal conforme estabelecido em lei.

Os acionistas controladores elegeram como membros efetivos do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes os Srs.

- (i) **Mário Alberto de Lima Reis Coutinho**, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Rua Araguari, 679 – Apto. 13 – São Paulo – SP, RG nº 6.252.106 e CPF nº 491.893.018-20 e respectivo suplente,
- (ii) **José Roberto Pereira Rios**, brasileiro, casado, administrador de empresa e contador, residente à Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 137 – São Roque – SP, RG nº 5.544.637 e CPF nº 555.992.578-00
- (iii) **Antonio Carlos Bonini Santos Pinto**, brasileiro, casado, administrador de empresa e contabilista, domiciliado à Rua Professor Carlos Alberto Borges, 168, São José dos Campos-SP, RG nº 7.615.443-9 e CPF nº 026.230.088-50 e respectivo suplente,
- (iv) **Clovis Ailton Madeira**, brasileiro, casado, administrador de empresa e contabilista, domiciliado à Rua Xavier de Almeida, 918, ap. 224, São Paulo-SP, RG nº 4.313.404-X – SSP/SP e CPF nº 253.599.328-72.

CAMBUCI SAações relevantes

Os acionistas detentores de ações preferenciais elegeram como membro efetivo do Conselho Fiscal o Sr:

- (v) **Roberto Massayuki Hara**, brasileiro, casado, economista, domiciliado na Rua Euclides Pacheco, 1679 - Apto 61, Tatuapé, São Paulo/SP, RG 9.029.221-2 SSP/SP, e CPF nº 860.121.858-04, e respectivo suplente,
- (vi) **Sergio Renato Escatolin**, brasileiro, casado, administrador de empresas, domiciliado na Rua Colombia, 578, Jardim América, São Paulo/SP, RG nº 25.848.706-9, e CPF nº 183.679.998-51.

2.1. A remuneração do Conselho Fiscal ficou estabelecida no limite mínimo previsto no parágrafo 3º, do artigo 162, da Lei nº 6.404/76.

3. Por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, fixa-se o montante global dos honorários dos administradores em até **R\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais) anual**, distribuídos pela Cambuci S.A., até a próxima assembléia geral ordinária, ficando autorizado o Sr. Diretor Presidente a promover reajustes em percentuais iguais aos índices oficiais de inflação, bem como distribuir a referida verba entre os senhores diretores.

4. Por unanimidade de votos dos acionistas presentes, foi aprovada a reeleição de 03 (três) membros para o Conselho de Administração da Companhia, todos com prazo de mandato até a próxima assembléia geral ordinária, permitindo a eleição, a saber:

Eleitos pelo acionista controlador:

- a) **Eduardo Estefano Filho**, brasileiro, casado, industrial, domiciliado na Av. Getúlio Vargas, 930, Marmeleiro, São Roque/SP, portador da CIRG nº 3.012.239 SSP/SP e CPF nº 067.527.138-04;
- b) **Roberto Estefano**, brasileiro, casado, industrial, domiciliado na Av. Getúlio Vargas, 930, Marmeleiro, São Roque/SP, portador da CIRG nº 1.447.416-5 SSP/SP e CPF nº 067.524.468-49;

Eleito pelos acionistas minoritários:

- a) **Manuel Roberto Bravo Caldeira**, brasileiro, casado, administrador de empresas, domiciliado na Rua Mario Ferraz, 77, ap. 82 – Jardim Europa - CEP 01453-010 - São Paulo-SP, portador do CIRG n. 4.113.785 e CPF/MF sob o n. 029.428.328-51 e,

Na oportunidade, restou comprovado pelos Conselheiros eleitos, para ambos os conselhos, o preenchimento das condições prévias de elegibilidade previstas nos artigos 146 e 147 da Lei nº. 6.404/76 e na Instrução Normativa expedida pela Comissão de Valores Mobiliários nº 367, de 29 de maio de 2002, conforme declarações de desimpedimento em anexo.

CAMBUCI SAações relevantes

Os currículos dos Conselheiros ora eleitos, para ambos os conselhos, foram apresentados à Assembleia Geral, nos termos do disposto no parágrafo 2º do Artigo 3º da Instrução CVM nº 367/02.

Os conselheiros de administração serão investidos nos cargos para os quais foram eleitos mediante assinatura dos respectivos termos de posse no livro próprio, oportunidade em que serão definidos na próxima reunião do conselho de administração os respectivos cargos e que farão a declaração de desimpedimento prevista em lei, conforme ata em anexo.

Por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, tendo em vista que o lucro Líquido da Companhia no exercício social findo em 31.12.2019 foi no montante de R\$ 20.212.247,66, deduzindo o prejuízo acumulado no montante R\$ 9.497.923,99 e a recomposição do saldo das reservas para incentivos fiscais, após a destinação da reserva legal, no montante de R\$ 10.178.607,49, não serão distribuídos dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Assembleia Geral Extraordinária:

- 1) a alteração do artigo 6º e a consolidação do Estatuto Social para exclusão da referência de ações preferencias da companhia; e
- 2) a autorização para a Diretoria praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima.

DELIBERAÇÕES ADOTADAS

Por unanimidade de votos foi aprovada, a reforma do Estatuto Social da empresa alteração do artigo 6º e de consolidação do Estatuto Social tem por objetivo a exclusão da referência de ações preferencias, tendo em vista que a companhia possui apenas ações ordinárias, a seguir descrito:

ARTIGO 6º- A sociedade poderá a qualquer tempo, por deliberação de Assembleia Geral, criar novas ações ordinárias com direito a voto até o limite de 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas observadas as disposições legais e as do presente estatuto.

Por unanimidade de votos foi aprovada, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, na forma do Anexo I a presente Ata.

- c) Fica desde já autorizada a diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias à efetivação das deliberações aprovadas nos itens acima

IX - DOCUMENTOS ARQUIVADOS NA SEDE SOCIAL:

Ficam arquivados na sede social da Companhia, em atenção e na forma do disposto no Art. 130, §1º, alínea "a", da Lei 6.404/76, os seguintes documentos:

CAMBUCI SAações relevantes

- Procuração de Voto das acionistas **Mara Eliana Carletti Estefano**, entregue à Mesa pelo seu representante nesta Assembléia, procurador **Sr. Roberto Estefano**.
- Procuração de Voto das acionistas **Maria Aparecida Calderan Estefano e Paduca Administração E Participações Ltda**, entregue à Mesa pelo seu representante nesta Assembléia, procurador **Sr. Eduardo Estefano Filho**.
- Procuração de Voto dos acionistas **Sueli Vizintas Estefano, Renato Vizintas Estefano, Juliana Vizintas Estefano e Sérgio Vizintas Estefano**, entregues à Mesa pelo seu representante nesta Assembléia, procurador **Sr. Manuel Roberto Bravo Caldeira**.
- Procuração dos acionistas **Rivale Representações Ltda**, entregues à Mesa pelo seu representante nesta Assembléia, procurador **Sr. Roberto Massayuki Hara**.
- Declaração de desimpedimento dos Conselheiros Fiscais eleitos.

X – ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a assembleia para que se lavrasse a presente ata, a qual, depois de lida, discutida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os acionistas presentes, por mim, Secretário, e pelo Senhor Presidente.

A.A. **Roberto Estefano; Roma Consultoria e Assessoria Ltda**, representada por seu representante legal Sr. Roberto Estefano; **Mara Eliana Carletti Estefano** representada por procuração pelo Sr. Roberto Estefano; **Maria Aparecida Calderan Estefano e Paduca Administração E Participações Ltda**, representada por procuração pelo Sr. Eduardo Estefano Filho; **Eduardo Estefano Filho; Sueli Vizintas Estefano, Sérgio Vizintas Estefano, Juliana Vizintas Estefano e Renato Vizintas Estefano** todos representados por procuração pelo Sr. Manuel Roberto Bravo Caldeira; **Rivale Representações Ltda**, representada por procuração pelo Sr. Roberto Massayuki Hara; **Manuel Roberto Bravo Caldeira**.

A presente é cópia fiel extraída do livro de Atas da Cambuci S.A. – a.a. Roberto Estefano – Presidente da Mesa; Daniela Coutinho de Castro – Secretário.

São Paulo, 29 de abril de 2020.

ROBERTO ESTEFANO
Presidente

DANIELA COUTINHO DE CASTRO
Secretário – OAB/SP 151.840

ANEXO I

ESTATUTO SOCIAL DA CAMBUCI S/A CONSOLIDADO
CNPJ/MF nº 61.088.894/0001-08
COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO

Capítulo I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, PRAZO DE DURAÇÃO E OBJETO SOCIAL.

ARTIGO 1º - A Cambuci S/A é uma sociedade anônima regida pelo presente estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA (“Regulamento do Nível 1”).

PARÁGRAFO SEGUNDO- A alienação do controle da Companhia estará condicionada à subscrição, pelo(s) adquirente(s), do Termo de Anuência dos Controladores, sendo que a Companhia não efetuará o registro de qualquer transferência das ações enquanto não for firmado o termo.

ARTIGO 2º - A sociedade tem sede no município e comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, que é seu foro.

PARÁGRAFO ÚNICO: Por proposta da diretoria e aprovação do Conselho de Administração, poderão ser instaladas, transferidas ou extintas filiais, sucursais, escritórios, agências ou depósitos em qualquer ponto do território nacional ou no exterior.

ARTIGO 3º- O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

ARTIGO 4º - A sociedade tem por objeto: a) a industrialização, comercialização, importação, exportação e representação de artigos esportivos e produtos em geral destinados a prática de esportes e atividades recreativas, fios, tecidos, armarinhos, artigos de vestuário, bolsas, chapéus, calçados e acessórios de qualquer espécie; b) importação e exportação de maquinários e equipamentos para confecção de artigos esportivos e produtos em geral destinados a prática de esportes e atividades recreativas, fios, tecidos, armarinhos, artigos de vestuário, bolsas, chapéus, calçados e acessórios de qualquer espécie; c) comercialização interativa; d) serviços de beneficiamento, marcação, estamparia, colagem, tinturaria e bordados, por conta própria ou de terceiros; e) participações societárias em empresas controladas e coligadas com atividades afins ou complementares f) prestação de serviços de consultoria e assessoria administrativa.

CAMBUCI SA ações relevantes

PARÁGRAFO ÚNICO: Por proposta da diretoria e aprovação do Conselho de Administração, a sociedade poderá adquirir outras empresas, criar subsidiárias integrais, participar de controladas, coligadas e joint ventures, bem como formar consórcios e alianças estratégicas, no País e no exterior.

Capítulo II - DO CAPITAL E DAS AÇÕES

ARTIGO 5º - O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 45.538.985,19 (quarenta e cinco milhões, quinhentos e trinta e oito mil, novecentos e oitenta e cinco reais e dezenove centavos), dividido em 41.980.080 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal e com direito a voto

PARÁGRAFO ÚNICO: O capital autorizado da Companhia é de 50.000.000 (cinquenta milhões) de ações, podendo ser aumentado até esse limite, nos termos do artigo 168 da Lei nº 6404/76, independentemente de reforma estatutária mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia. Nas emissões de que trata este parágrafo, caberá ao Conselho de Administração, ainda, deliberar quanto ao preço de emissão, quantidade, regime de distribuição e condições de integralização das mesmas.

ARTIGO 6º- A sociedade poderá a qualquer tempo, por deliberação de Assembleia Geral, criar novas ações ordinárias com direito a voto até o limite de 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas observadas as disposições legais e as do presente estatuto.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A sociedade poderá, a qualquer tempo adquirir ações de sua própria emissão, com utilização de saldos de lucros e reservas para manutenção em tesouraria, até o limite máximo de 10% (dez por cento) do seu Capital Social, respeitada a legislação pertinente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, dentro do limite do capital social e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, ou a sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente.

ARTIGO 7º- As ações serão escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, obedecendo as disposições dos artigos 34 e 35 da lei 6404/76, e as demais prescrições legais e regulamentares.

PARÁGRAFO ÚNICO: À Instituição depositária das ações é facultada a cobrança do custo do serviço de transferência da propriedade das ações, observados os limites máximos legais.

CAMBUCI SAações relevantes

ARTIGO 8º As ações preferenciais convertidas em ordinárias, terão direito a voto nas Assembleias Gerais e gozarão do direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas no art. 254-A da Lei 6.404/76, assegurado o dividendo ao menos igual ao das ações ordinárias já existentes.

PARÁGRAFO ÚNICO: O não pagamento de dividendos por 3 (três) exercícios consecutivos, conferirá às ações preferenciais, o direito de voto, que persistirá até a Assembleia Geral que determinar a distribuição de dividendos. A aquisição do direito de voto não implicará na perda para essas ações de sua qualidade de preferenciais.

ARTIGO 9º - A ação é indivisível em relação à sociedade. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos, serão exercidos pelo representante do condomínio.

ARTIGO 10- O número das ações somente poderá ser alterado nos casos de modificação do valor do Capital Social ou da sua expressão monetária, de desdobramento ou grupamento de ações ou de cancelamento de ações autorizado por Lei.

ARTIGO 11- Nos aumentos de capital mediante emissão de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, poderá ser excluído o direito de preferência dos acionistas, ou reduzido o seu prazo, na subscrição dos referidos valores mobiliários, cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa de valores ou subscrição pública; ou (ii) permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos artigos 257 e 263 da Lei 6.404/76, devendo tal disposição constar expressamente da deliberação do órgão competente para tal deliberação nos termos do Estatuto Social.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Nos aumentos de Capital realizados mediante subscrição particular, observar-se-á o que a respeito for deliberado pelo Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão das ações e os termos e condições do aumento, dispondo ainda sobre o destino a ser dado às ações não subscritas, dentro dos critérios legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Nos aumentos de Capital a serem realizados mediante subscrição pública, observar-se-ão todos os requisitos e as exigências de registro previstas na legislação aplicável.

ARTIGO 12- O acionista que não realizar as entradas referentes ao valor das ações que subscreveu, nos prazos e condições previstos no Boletim de Subscrição, ficará de pleno direito constituído em mora para todos os efeitos legais, sujeitando-se ao pagamento de juros de 1% (um por cento) ao mês, correção monetária com base na Unidade Fiscal de Referência - UFIR e multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor corrigido do débito, ou da prestação em atraso, sem prejuízo das demais providências legais cabíveis, a serem tomadas a critério exclusivo da sociedade.

CAMBUCI SA ações relevantes

PARÁGRAFO ÚNICO: Enquanto o acionista permanecer em mora, ficará suspenso o direito de voto correspondente às ações de sua propriedade não integralizadas.

ARTIGO 13 - As ações da sociedade somente poderão ser negociadas depois de realizados 30% (trinta por cento) do preço de emissão.

ARTIGO 14- As ações serão mantidas em conta de depósito, em instituição financeira designada pela Diretoria, sem emissão de certificados.

ARTIGO 15- A SOCIEDADE deverá, dentro dos prazos legais do pedido do acionista, completar os atos de registro, averbação, conversão ou transferência de ações, não cobrando do acionista preço superior ao respectivo custo.

ARTIGO 16- A distribuição de ações proveniente de aumento de Capital será realizada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação da Ata da Assembleia Geral que homologou.

ARTIGO 17- A companhia, mediante comunicação às Bolsas de Valores em que suas ações forem negociadas, poderá suspender por períodos que não ultrapassem 15 (quinze) dias nem o total de 90 (noventa) dias durante o ano, os serviços de transferência e conversão.

PARÁGRAFO ÚNICO: O direito neste artigo não prejudicará o registro de transferência das ações negociadas em bolsa anteriormente ao início do período de suspensão.

ARTIGO 18- Nos casos de reembolso de ações previstos em lei, o valor de reembolso será o valor de Patrimônio Líquido Contábil das ações, de acordo com o último balanço aprovado pela Assembleia Geral, segundo os critérios de avaliação do Ativo e do Passivo fixado na Lei das Sociedades Anônimas.

Capítulo III - DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

ARTIGO 19- A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do Exercício Social e, Extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação, as prescrições legais pertinentes.

ARTIGO 20- A Assembleia Geral será e instalada pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na sua ausência, pelo vice-Presidente ou outro Membro do Conselho; em seguida, os acionistas elegerão o Presidente, que convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos.

ARTIGO 21- As pessoas presentes à Assembleia Geral, deverão provar a sua qualidade de acionista na forma de Lei.

CAMBUCI SAações relevantes

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os acionistas sem direito a voto poderão comparecer à Assembleia Geral e discutir as matérias submetidas à deliberação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O acionista poderá ser representado na Assembleia por procurador, observadas as prescrições legais.

ARTIGO 22- As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando as abstenções e os votos em branco.

PARÁGRAFO ÚNICO: No caso de empate, a Assembleia Geral será suspensa e estabelecerá procedimento de arbitragem, nomeando cada parte um ARBITRO, mediante termo de compromisso. Os árbitros assim constituídos, terão o prazo de 15 (quinze) dias para chegarem a uma conclusão comum e caso discordem, eles próprios nomearão um arbitro desempatador, o qual também no prazo de 15 (quinze) dias proferirá a decisão definitiva, que deverá ser aceita e ratificada pela Assembleia Geral. O custo do arbitro será suportado pela sociedade.

Capítulo IV - DA ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 23- A Administração da sociedade competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria, sendo aquele órgão de deliberação colegiada e cabendo a este a representação da sociedade, na forma da lei e deste estatuto.

PARÁGRAFO ÚNICO: A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores nos termos do disposto no Regulamento do Nível 1, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis e as disposições do Parágrafo Primeiro do Artigo 25 e do Parágrafo Primeiro do Artigo 30 deste Estatuto Social.

Seção I - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 24- O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 7 (sete) membros, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituível a qualquer tempo, acionista ou não, residentes no País, com mandato unificado de 01 (um) ano, podendo ser reeleitos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os Conselheiros serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse, no livro de “Atas de Reuniões do Conselho de Administração”, observada as formalidades legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Findo o respectivo mandato, os Conselheiros permanecerão no exercício dos cargos até a investidura dos novos administradores eleitos.

CAMBUCI SAações relevantes

ARTIGO 25- O Conselho de Administração elegerá entre seus membros um Presidente que convocará e presidirá suas reuniões, e um vice-Presidente, que substituirá o Presidente nos seus impedimentos ou ausências temporárias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Nos impedimentos ou ausências temporárias de Conselheiro não Presidente, seu substituto será designado pelo Conselho, entre os demais membros do próprio Conselho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso de vacância no cargo de Presidente do Conselho de Administração este será substituído pelo vice-Presidente; no caso de vacância no cargo de Conselheiro não Presidente, proceder-se-á da mesma forma estabelecida no parágrafo primeiro, supra, perdurando a substituição em qualquer caso até o provimento do cargo pela primeira Assembleia Geral que se realizar, servindo o substituto então eleito até o término do mandato do substituído. Será convocada Assembleia Geral especial para o provimento de cargo vago sempre que o número de Conselheiros se torne inferior a 3 (três).

PARÁGRAFO TERCEIRO: Além dos casos de morte ou renúncia considerar-se-á vago o cargo do Conselheiro que, sem justa causa, deixar de exercer suas funções por 60 (sessenta) dias consecutivos.

PARÁGRAFO QUARTO: Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

ARTIGO 26- O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente a cada três meses e, extraordinariamente, sempre que necessário, atendendo à convocação de seu Presidente ou da maioria de seus membros em exercício, com antecedência mínima de 08 (oito) dias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O quorum para instalação da reunião do Conselho é de maioria simples de seus membros eleitos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As resoluções do Conselho serão lavradas em forma de sumário ou por extenso, no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As decisões do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente, e na sua ausência ao vice-Presidente, o voto de qualidade no caso de empate na votação.

PARÁGRAFO QUARTO: Serão arquivadas no registro de comércio e publicados as Atas de Reuniões do Conselho de Administração, que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

CAMBUCI SA ações relevantes

ARTIGO 27- Sem prejuízo das demais competências previstas em Lei e neste Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da companhia, decidir sobre a política econômico-financeira e administrativa e aprovar o planejamento estratégico da companhia;
- b) analisar relatórios consolidados da Diretoria;
- c) aprovar os programas de expansão, de investimentos para manutenção do parque industrial e contratos de prestação de serviços, considerando os riscos envolvidos e retornos esperados, acima de 10% do capital social, por operação;
- d) aprovar investimentos que envolvam modernização e/ou mudança de tecnologia;
- e) aprovar a política que orientará as relações com investidores e mercado de capitais;
- f) aprovar critérios para o controle do desempenho empresarial da Companhia;
- g) eleger e destituir os Diretores da Companhia, e dar-lhes substitutos em caso de vacância;
- h) fiscalizar a gestão dos negócios sociais pelos Diretores e zelar pelo estrito cumprimento das decisões dos órgãos da Companhia; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- i) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral;
- j) manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria;
- k) escolher e destituir os auditores independentes previstos na forma da lei e do presente estatuto;
- l) autorizar a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão;
- m) autorizar a emissão de ações, dentro do capital autorizado, e de títulos de crédito para distribuição pública;
- n) dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações previamente aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações aos administradores ou empregados da Companhia, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedades sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas da Companhia;
- o) deliberar sobre a aquisição de ações e debêntures de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;
- p) deliberar sobre o aumento do capital social dentro dos limites do capital autorizado nos termos do parágrafo único do Artigo 5º deste Estatuto Social, bem como deliberar sobre o preço de emissão, a forma de subscrição e pagamento, o término e a forma para o exercício dos direitos de preferência e outras condições relativas à emissão;
- q) autorizar o pagamento de juros a título de remuneração do capital próprio, bem como sua integração ao valor dos dividendos do exercício;
- r) autorizar a criação de subsidiárias integrais; a participação em controladas, coligadas e joint ventures; a formação de consórcios e alianças estratégicas, no País e no exterior;
- s) autorizar a prática de atos que impliquem em alienar, mesmo fiduciariamente, ou onerar bens sociais do ativo permanente, inclusive hipotecar, empenhar, caucionar, dar em anticrese, confessar, renunciar a direito, transigir, acordar, operações acima de 10%

CAMBUCI SAações relevantes

do capital social, ou abaixo deste valor, se reincidentes em um único trimestre, perante um mesmo contratante, bem como estabelecer, quando julgar conveniente, quais dentre os membros da Diretoria deverão praticar o ato autorizado;

t) autorizar a contratação de empréstimos em moeda nacional e estrangeira no Brasil e no exterior, em valores iguais ou superiores a 30% (trinta por cento) do capital social da Companhia vigente na ocasião, por operação, ou abaixo deste valor, se reincidentes em um único trimestre, perante um mesmo contratante;

u) fortalecer e zelar pela imagem institucional da Companhia;

v) deliberar sobre a distribuição da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, fixada de forma global pela Assembleia Geral;

x) aprovar a estrutura organizacional da Diretoria da Companhia definindo a distribuição de responsabilidades e competências;

z) Instituir e aprovar programas de trabalho de Auditoria Interna, quando julgar oportuno;

aa) Aprovar programas de premiação e benefícios para Diretores e Gerentes diretamente subordinados a eles;

ab) deliberar sobre a prática de qualquer ato de gestão extraordinário não compreendido na competência privativa da Assembleia Geral e diretoria.

ARTIGO 28- A remuneração dos membros do Conselho de Administração será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, mediante a fixação de um “jeton” por reunião a que comparecerem, ou em montante global, ficando sua distribuição entre os conselheiros a critério do Conselho, que poderá estabelecer remuneração variável para cada membro, em função da maior ou menor dedicação que dele venha a ser exigida.

Seção II - DA DIRETORIA

ARTIGO 29- A Diretoria da sociedade será composta de no mínimo 2 (dois) e no máximo 7 (sete) membros, a saber: Diretor Presidente, e 01 (um) a 6 (seis) Diretores Executivos adjuntos, acionistas ou não, com mandato unificado de 01 (um) ano, eleitos pelo Conselho de Administração, podendo ser reeleitos ou destituídos a qualquer tempo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A investidura no cargo de Diretor far-se-á por termo lavrado e assinado no livro de Atas de Reuniões da Diretoria.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Mesmo depois de terminado o período para o qual foram eleitos, os Diretores continuarão no exercício do cargo até a investidura dos novos Diretores eleitos.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os cargos de Diretores Executivos poderão ou não ser preenchidos, de acordo com os interesses da administração da sociedade, respeitado o número mínimo previsto de Diretores.

PARÁGRAFO QUARTO - Os membros da Diretoria serão eleitos pelo Conselho de Administração que poderá designar até 1/3 (um terço), do total de seus membros para

CAMBUCI SAações relevantes

exercer cargos na Diretoria, sendo permitido a qualquer um deles acumular a função exercida no Conselho com a que vier a exercer na Diretoria, observado o disposto no parágrafo 4º, do artigo 26.

ARTIGO 30- A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada por qualquer Diretor com 3 (três) dias de antecedência, e as suas resoluções constarão do livro de Atas de Reuniões da Diretoria, competindo a direção dos trabalhos ao Diretor Presidente, e, na sua ausência, ao Diretor Executivo designado pelo Diretor Presidente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A reunião da Diretoria não poderá ser instalada sem a presença, de no mínimo, 2/3 (dois terços) dos Diretores eleitos, entre os quais necessariamente o Diretor Presidente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As decisões da Diretoria serão tomadas pela maioria dos Diretores presentes à reunião, cabendo em caso de empate ao Diretor Presidente, o voto de qualidade.

ARTIGO 31- Nos impedimentos ou ausências temporárias do Diretor Presidente, suas atribuições serão exercidas por outro Diretor, designado pela Diretoria.

ARTIGO 32- Ocorrendo vaga em cargo de Diretoria será convocada uma reunião do Conselho de Administração, que elegerá o substituto, que permanecerá no cargo até o término do mandato do substituído.

PARÁGRAFO ÚNICO: Além dos casos de morte ou renúncia, considerar-se-á vago o cargo de Diretor que, sem motivo justificado, deixar de exercer suas funções pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos.

ARTIGO 33- Compete à Diretoria a direção das atividades sociais e a execução dos atos de administração, com as atribuições e os poderes conferidos por lei e pelo presente estatuto.

ARTIGO 34- Além das atribuições normais inerentes ao cargo de Diretores, compete:

I) ao **Diretor Presidente:**

- a) dirigir e superintender os negócios sociais, cumprindo e fazendo cumprir as deliberações do Conselho de Administração, da Diretoria e da Assembleia Geral, respeitadas sempre as disposições legais e estatutárias;
- b) presidir as reuniões da Diretoria;
- c) manter a permanente coordenação entre a Diretoria e o Conselho de Administração;

II) aos **Diretores Executivos:**

- a) praticar os atos normais necessários ao regular funcionamento da sociedade;
- b) exercer as funções específicas que lhes forem conferidas pelo Conselho de Administração, que poderá, inclusive, atribuir denominações especiais para os respectivos cargos;

CAMBUCI SAações relevantes

- c) colaborar com os Diretores Presidente no exercício de suas funções.
- d) escolher entre os diretores o diretor que irá substituir o Diretor Presidente em caso de impedimento, ou ausência temporária

PARÁGRAFO ÚNICO: O Conselho de Administração designará, dentre os Diretores, aquele que, além das atribuições previstas no presente estatuto, acumulará as funções de Diretor de Relações com Investidores, competindo-lhe prestar as informações necessárias aos investidores e à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, bem como manter atualizado o registro da companhia e representá-la junto ao referido órgão, sem prejuízo da responsabilidade de todos os administradores pela pronta divulgação de informações relativas a atos ou fatos relevantes, nos termos da lei.

ARTIGO 35- Sem prejuízo das demais competências previstas em Lei e neste Estatuto Social, compete, ainda, à Diretoria:

- a) representar a sociedade, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- b) celebrar contratos de qualquer natureza, relacionados com os fins sociais, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, contrair empréstimos e prestar garantias de qualquer natureza, respeitados os limites e formas indicados neste estatuto;
- c) constituir em nome da sociedade procuradores para a prática de quaisquer atos que envolvam os interesses sociais;
- d) apresentar à Assembleia Geral as demonstrações financeiras previstas em lei e a proposta da destinação do resultado do exercício, depois de submetê-las ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal;
- e) abrir contas, fazer depósitos e movimentá-las em Bancos; emitir e endossar cheques e notas promissórias; emitir e endossar duplicatas e letras de câmbio; endossar “Warrants”, conhecimentos de depósitos e conhecimentos de embarques;
- f) receber e dar quitação, transigir, renunciar direitos, desistir e assinar termos de responsabilidade, observadas as restrições legais e estatutárias;
- g) praticar em geral todos os atos de gestão necessários à consecução dos fins sociais.

ARTIGO 36- A sociedade considerar-se-á obrigada:

- a) pela assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores;
- b) pela assinatura conjunta de um Diretor e um Procurador, ou de 2 (dois) procuradores, quando assim for designado nos respectivos instrumentos de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que neles se contiverem;
- c) pela assinatura isolada de um Diretor, ou de um procurador especialmente designado, nos seguintes atos:
 - 1) nas operações com bancos, tais como remessas de borderôs de encaminhamento de títulos para operações de desconto, cobrança, transferências entre contas da companhia, caução e garantia acessória e nos avisos sobre baixas e alterações em títulos nas referidas operações;

CAMBUCI SAações relevantes

2) nos atos de representação perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais e municipais, Carteiras do Banco do Brasil S.A., Conselho de Política Aduaneira, Delegacias da Receita Federal, Autarquias, Correios e Telégrafos;

3) nos atos de representação para fins judiciais, inclusive perante a Justiça do Trabalho, e perante sindicatos, para matéria de admissão, suspensão e demissão de empregados e/ou acordos trabalhistas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Nos atos de constituição de procuradores, de alienação, aquisição e oneração de bens do ativo permanente, contratação de empréstimos e de prestação de garantias às obrigações de terceiros, a sociedade somente poderá ser representada por 2 (dois) Diretores, uns dos quais necessariamente o Diretor Presidente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Salvo quando para fins judiciais todos os demais mandatos outorgados pela Diretoria terão prazo determinado, que será de no máximo 12 (doze) meses.

ARTIGO 37- A título de remuneração a Diretoria receberá mensalmente uma importância fixa, cujo montante global e anual será estabelecido pela Assembleia Geral

PARÁGRAFO UNICO: A remuneração fixa e a participação variável que vierem a ser atribuídas à Diretoria serão partilhadas entre os Diretores na forma que os membros do Conselho de Administração determinarem.

Capítulo V - DO CONSELHO FISCAL

ARTIGO 38- A sociedade terá um Conselho Fiscal de funcionamento permanente, com as atribuições e os poderes que a lei lhe confere..

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituível a qualquer tempo, com mandato unificado de 01 (um) ano, podendo ser reeleitos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A Assembleia Geral fixará as remunerações, dos membros do conselho fiscal.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os Conselheiros serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse, no livro de “Atas de Reuniões do Conselho Fiscal”, observada as formalidades legais.

PARÁGRAFO QUARTO: Findo o respectivo mandato, os Conselheiros permanecerão no exercício dos cargos até a investidura dos novos administradores eleitos.

Capítulo VI - DO EXERCÍCIO SOCIAL, LUCROS E SUA DISTRIBUIÇÃO

CAMBUCI SA ações relevantes

ARTIGO 39- O exercício social será encerrado no dia 31 de Dezembro de cada ano.

ARTIGO 40- No encerramento do exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras exigidas em lei, observando-se, quanto à distribuição do resultado apurado, as seguintes regras:

I- do resultado do exercício serão deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda;

a) a seguir, deduzir-se-á participação dos administradores no lucro do exercício, a qual não poderá ultrapassar a sua remuneração anual nem a 0,1 (um décimo) dos lucros remanescentes após as deduções previstas no "caput" deste artigo, prevalecendo o limite que for menor.

II - do saldo do lucro líquido do exercício, destinar-se-ão:

a) 5% (cinco por cento) para constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do Capital Social;

b) uma parcela a ser fixada pela Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de Administração, para Reserva para Contingência, na forma do artigo 195 da Lei nº 6404/76;

c) uma parcela a ser fixada pela Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de Administração, para Reserva de lucros a realizar, na forma do artigo 197 da Lei nº 6404/76;

d) do saldo remanescente após as deduções constantes das alíneas "a" e "b", supra, uma porcentagem de 25% (vinte e cinco por cento) para distribuição aos acionistas, como dividendo obrigatório;

e) o saldo eventual dos lucros terá o destino que a Assembleia Geral determinar, por proposta dos órgãos de Administração, e em caso de distribuição, esta será efetuada entre as ações, em igualdade de condições.

ARTIGO 41- A sociedade poderá levantar balanços semestrais e, por deliberação dos órgãos de Administração, declarar dividendo à conta de lucros apurado nesse balanço.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A sociedade poderá ainda levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, obedecidos os limites legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os dividendos distribuídos na forma deste artigo serão considerados antecipação do dividendo obrigatório estabelecido no artigo 41º alínea d, supra.

PARÁGRAFO QUARTO: A sociedade poderá remunerar os seus acionistas a título de juros sobre o capital próprio, conforme previsão do art. 9º da Lei 9.249/95 e alterações

CAMBUCI SA ações relevantes

previstas na Lei 9430/96. O valor dos juros pagos ou creditados serão imputados ao dividendo obrigatório, de que trata o artigo 202 da Lei 6404/76.

ARTIGO 42- Os dividendos deverão ser pagos, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os dividendos não reclamados não vencerão juros e no prazo de 3 (três) anos prescreverão em favor da Companhia.

ARTIGO 43 - O dividendo não será obrigatório no exercício social em que o Conselho de Administração o julgar incompatível com a situação financeira da Sociedade, observado o que dispõe o § 4º do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo único - No caso previsto neste artigo, os administradores não terão direito à percepção de sua participação estatutária nos lucros.

Capítulo VII - DA DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO

ARTIGO 44- A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Assembleia Geral elegerá e destituirá os liquidantes da Companhia, determinará o modo de liquidação e nomeará Conselho Fiscal que deverá funcionar durante o período de liquidação.

Capítulo VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 45- A sociedade poderá emitir debêntures conversíveis ou não em ações, que conferirão a seus titulares direito de crédito contra ela, nas condições que, por proposta da Diretoria, forem aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral.

ARTIGO 46- É vedada à companhia a concessão de empréstimos, avais e garantias de qualquer espécie, a acionistas e administradores, exceto as concedidas às empresas controladas, que deverão ter a aprovação do Conselho de Administração.

12.12 - Outras informações relevantes**CAMBUCI SA**

CNPJ: 61.088.894/0001-08

NIRE: 35300057163

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 29/04/2020

Às 13:30 (treze horas e trinta minutos) do dia vinte e nove de abril de 2020, Av. Getúlio Vargas, 930, Marmeleiro, São Roque/SP, reuniram-se em Reunião os membros do Conselho de Administração da Cambuci S.A. Assumiu a Presidência o Sr. Roberto Estefano, que convocou a mim, Daniela Coutinho de Castro, para secretariá-lo nos trabalhos. Ao ensejo, verificou-se o livro de presença do conselho de administração, sendo constatado o comparecimento da totalidade dos conselheiros. A seguir, o Sr. Roberto Estefano deu início aos trabalhos, esclarecendo que esta reunião foi convocada para deliberar sobre o seguinte assunto em pauta:

a) Reeleição da diretoria com mandato de 01 (um) ano: a diretoria, por unanimidade de votos, foi reeleita com mandato de 01 (um) ano e permanecerá composta da seguinte forma: **Diretor Presidente** o Sr. **Alexandre Schuler**, brasileiro, casado, administrador de empresas, com endereço na Av. Getúlio Vargas, 930, Marmeleiro, São Roque/SP, RG nº 1025583673-SSP/RS e CPF nº 425.103.330-20, **Diretor de Relações com o Mercado** o Sr. **Roberto Estefano**, brasileiro, casado, industrial, com endereço na Av. Getúlio Vargas, 930, Marmeleiro, São Roque/SP, RG nº 1.447.416-SSP/SP e CPF nº 067.524.468-49 e **Diretor de Operações Internacionais e Inovação e Tecnologia** o Sr. **Emerson Tsuneji Shiromaru**, brasileiro, casado, administrador, com endereço na Av. Getúlio Vargas, 930, Marmeleiro, São Roque/SP, portador da CIRG nº 15.436.012-0 SSP/SP e CPF/MF sob o nº 142.459.198-84.

Os diretores ora eleitos declararam, nos termos da lei, que cumprem com todos os requisitos previstos no artigo 147 da Lei das S.A. para as suas investidas como diretores da Companhia, conforme declaração de desimpedimento em anexo, bem como preenchem todas as condições previstas nos artigos 2º e 5º da Resolução CNSP nº. 330, de 15 de dezembro de 2015.

O Sr. Presidente passou a palavra a quem quisesse dela fazer uso, como não houve mais manifestação, declarou encerrada a presente reunião, cuja ata foi por mim lavrada neste ato que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. A presente é cópia fiel extraída do livro de Atas do conselho de administração da Cambuci S.A. – (a.a.) Roberto Estefano – Presidente da Mesa e Daniela Coutinho de Castro – Secretária. São Paulo, 29 de abril de 2020.

ROBERTO ESTEFANO
Presidente do Conselho de Administração

DANIELA COUTINHO DE CASTRO
Secretária – OAB/SP 151.840

CAMBUCI SAações relevantes

ESTATUTO SOCIAL DA CAMBUCI S/A CONSOLIDADO
CNPJ/MF nº 61.088.894/0001-08
COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO

Capítulo I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, PRAZO DE DURAÇÃO E OBJETO SOCIAL.

ARTIGO 1º - A Cambuci S/A é uma sociedade anônima regida pelo presente estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA (“Regulamento do Nível 1”).

PARÁGRAFO SEGUNDO- A alienação do controle da Companhia estará condicionada à subscrição, pelo(s) adquirente(s), do Termo de Anuência dos Controladores, sendo que a Companhia não efetuará o registro de qualquer transferência das ações enquanto não for firmado o termo.

ARTIGO 2º - A sociedade tem sede no município e comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, que é seu foro.

PARÁGRAFO ÚNICO: Por proposta da diretoria e aprovação do Conselho de Administração, poderão ser instaladas, transferidas ou extintas filiais, sucursais, escritórios, agências ou depósitos em qualquer ponto do território nacional ou no exterior.

ARTIGO 3º- O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

ARTIGO 4º - A sociedade tem por objeto: a) a industrialização, comercialização, importação, exportação e representação de artigos esportivos e produtos em geral destinados a prática de esportes e atividades recreativas, fios, tecidos, armarinhos, artigos de vestuário, bolsas, chapéus, calçados e acessórios de qualquer espécie; b) importação e exportação de maquinários e equipamentos para confecção de artigos esportivos e produtos em geral destinados a prática de esportes e atividades recreativas, fios, tecidos, armarinhos, artigos de vestuário, bolsas, chapéus, calçados e acessórios de qualquer espécie; c) comercialização interativa; d) serviços de beneficiamento, marcação, estamparia, colagem, tinturaria e bordados, por conta própria ou de terceiros; e) participações societárias em empresas controladas e coligadas com atividades afins ou complementares f) prestação de serviços de consultoria e assessoria administrativa.

CAMBUCI SA ações relevantes

PARÁGRAFO ÚNICO: Por proposta da diretoria e aprovação do Conselho de Administração, a sociedade poderá adquirir outras empresas, criar subsidiárias integrais, participar de controladas, coligadas e joint ventures, bem como formar consórcios e alianças estratégicas, no País e no exterior.

Capítulo II - DO CAPITAL E DAS AÇÕES

ARTIGO 5º - O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 45.538.985,19 (quarenta e cinco milhões, quinhentos e trinta e oito mil, novecentos e oitenta e cinco reais e dezenove centavos), dividido em 41.980.080 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal e com direito a voto

PARÁGRAFO ÚNICO: O capital autorizado da Companhia é de 50.000.000 (cinquenta milhões) de ações, podendo ser aumentado até esse limite, nos termos do artigo 168 da Lei nº 6404/76, independentemente de reforma estatutária mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia. Nas emissões de que trata este parágrafo, caberá ao Conselho de Administração, ainda, deliberar quanto ao preço de emissão, quantidade, regime de distribuição e condições de integralização das mesmas.

ARTIGO 6º- A sociedade poderá a qualquer tempo, por deliberação de Assembleia Geral, criar novas ações ordinárias com direito a voto até o limite de 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas observadas as disposições legais e as do presente estatuto.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A sociedade poderá, a qualquer tempo adquirir ações de sua própria emissão, com utilização de saldos de lucros e reservas para manutenção em tesouraria, até o limite máximo de 10% (dez por cento) do seu Capital Social, respeitada a legislação pertinente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, dentro do limite do capital social e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, ou a sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente.

ARTIGO 7º- As ações serão escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, obedecendo as disposições dos artigos 34 e 35 da lei 6404/76, e as demais prescrições legais e regulamentares.

PARÁGRAFO ÚNICO: À Instituição depositária das ações é facultada a cobrança do custo do serviço de transferência da propriedade das ações, observados os limites máximos legais.

ARTIGO 8º As ações preferenciais convertidas em ordinárias, terão direito a voto nas Assembleias Gerais e gozarão do direito de serem incluídas na oferta pública de

CAMBUCI SA ações relevantes

alienação de controle, nas condições previstas no art. 254-A da Lei 6.404/76, assegurado o dividendo ao menos igual ao das ações ordinárias já existentes.

PARÁGRAFO ÚNICO: O não pagamento de dividendos por 3 (três) exercícios consecutivos, conferirá às ações preferenciais, o direito de voto, que persistirá até a Assembleia Geral que determinar a distribuição de dividendos. A aquisição do direito de voto não implicará na perda para essas ações de sua qualidade de preferenciais.

ARTIGO 9º - A ação é indivisível em relação à sociedade. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos, serão exercidos pelo representante do condomínio.

ARTIGO 10- O número das ações somente poderá ser alterado nos casos de modificação do valor do Capital Social ou da sua expressão monetária, de desdobramento ou grupamento de ações ou de cancelamento de ações autorizado por Lei.

ARTIGO 11- Nos aumentos de capital mediante emissão de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, poderá ser excluído o direito de preferência dos acionistas, ou reduzido o seu prazo, na subscrição dos referidos valores mobiliários, cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa de valores ou subscrição pública; ou (ii) permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos artigos 257 e 263 da Lei 6.404/76, devendo tal disposição constar expressamente da deliberação do órgão competente para tal deliberação nos termos do Estatuto Social.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Nos aumentos de Capital realizados mediante subscrição particular, observar-se-á o que a respeito for deliberado pelo Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão das ações e os termos e condições do aumento, dispondo ainda sobre o destino a ser dado às ações não subscritas, dentro dos critérios legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Nos aumentos de Capital a serem realizados mediante subscrição pública, observar-se-ão todos os requisitos e as exigências de registro previstas na legislação aplicável.

ARTIGO 12- O acionista que não realizar as entradas referentes ao valor das ações que subscreveu, nos prazos e condições previstos no Boletim de Subscrição, ficará de pleno direito constituído em mora para todos os efeitos legais, sujeitando-se ao pagamento de juros de 1% (um por cento) ao mês, correção monetária com base na Unidade Fiscal de Referência - UFIR e multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor corrigido do débito, ou da prestação em atraso, sem prejuízo das demais providências legais cabíveis, a serem tomadas a critério exclusivo da sociedade.

PARÁGRAFO ÚNICO: Enquanto o acionista permanecer em mora, ficará suspenso o direito de voto correspondente às ações de sua propriedade não integralizadas.

CAMBUCI SA ações relevantes

ARTIGO 13 - As ações da sociedade somente poderão ser negociadas depois de realizados 30% (trinta por cento) do preço de emissão.

ARTIGO 14- As ações serão mantidas em conta de depósito, em instituição financeira designada pela Diretoria, sem emissão de certificados.

ARTIGO 15- A SOCIEDADE deverá, dentro dos prazos legais do pedido do acionista, completar os atos de registro, averbação, conversão ou transferência de ações, não cobrando do acionista preço superior ao respectivo custo.

ARTIGO 16- A distribuição de ações proveniente de aumento de Capital será realizada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação da Ata da Assembleia Geral que homologou.

ARTIGO 17- A companhia, mediante comunicação às Bolsas de Valores em que suas ações forem negociadas, poderá suspender por períodos que não ultrapassem 15 (quinze) dias nem o total de 90 (noventa) dias durante o ano, os serviços de transferência e conversão.

PARÁGRAFO ÚNICO: O direito neste artigo não prejudicará o registro de transferência das ações negociadas em bolsa anteriormente ao início do período de suspensão.

ARTIGO 18- Nos casos de reembolso de ações previstos em lei, o valor de reembolso será o valor de Patrimônio Líquido Contábil das ações, de acordo com o último balanço aprovado pela Assembleia Geral, segundo os critérios de avaliação do Ativo e do Passivo fixado na Lei das Sociedades Anônimas.

Capítulo III - DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

ARTIGO 19- A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do Exercício Social e, Extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação, as prescrições legais pertinentes.

ARTIGO 20- A Assembleia Geral será e instalada pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na sua ausência, pelo vice-Presidente ou outro Membro do Conselho; em seguida, os acionistas elegerão o Presidente, que convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos.

ARTIGO 21- As pessoas presentes à Assembleia Geral, deverão provar a sua qualidade de acionista na forma de Lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os acionistas sem direito a voto poderão comparecer à Assembleia Geral e discutir as matérias submetidas à deliberação.

CAMBUCI SAações relevantes

PARÁGRAFO SEGUNDO: O acionista poderá ser representado na Assembleia por procurador, observadas as prescrições legais.

ARTIGO 22- As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando as abstenções e os votos em branco.

PARÁGRAFO ÚNICO: No caso de empate, a Assembleia Geral será suspensa e estabelecerá procedimento de arbitragem, nomeando cada parte um ARBITRO, mediante termo de compromisso. Os árbitros assim constituídos, terão o prazo de 15 (quinze) dias para chegarem a uma conclusão comum e caso discordem, eles próprios nomearão um arbitro desempatador, o qual também no prazo de 15 (quinze) dias proferirá a decisão definitiva, que deverá ser aceita e ratificada pela Assembleia Geral. O custo do arbitro será suportado pela sociedade.

Capítulo IV - DA ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 23- A Administração da sociedade competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria, sendo aquele órgão de deliberação colegiada e cabendo a este a representação da sociedade, na forma da lei e deste estatuto.

PARÁGRAFO ÚNICO: A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores nos termos do disposto no Regulamento do Nível 1, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis e as disposições do Parágrafo Primeiro do Artigo 25 e do Parágrafo Primeiro do Artigo 30 deste Estatuto Social.

Seção I - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 24- O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 7 (sete) membros, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituível a qualquer tempo, acionista ou não, residentes no País, com mandato unificado de 01 (um) ano, podendo ser reeleitos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os Conselheiros serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse, no livro de “Atas de Reuniões do Conselho de Administração”, observada as formalidades legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Findo o respectivo mandato, os Conselheiros permanecerão no exercício dos cargos até a investidura dos novos administradores eleitos.

ARTIGO 25- O Conselho de Administração elegerá entre seus membros um Presidente que convocará e presidirá suas reuniões, e um vice-Presidente, que substituirá o Presidente nos seus impedimentos ou ausências temporárias.

CAMBUCI SAações relevantes

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Nos impedimentos ou ausências temporárias de Conselheiro não Presidente, seu substituto será designado pelo Conselho, entre os demais membros do próprio Conselho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso de vacância no cargo de Presidente do Conselho de Administração este será substituído pelo vice-Presidente; no caso de vacância no cargo de Conselheiro não Presidente, proceder-se-á da mesma forma estabelecida no parágrafo primeiro, supra, perdurando a substituição em qualquer caso até o provimento do cargo pela primeira Assembleia Geral que se realizar, servindo o substituto então eleito até o término do mandato do substituído. Será convocada Assembleia Geral especial para o provimento de cargo vago sempre que o número de Conselheiros se torne inferior a 3 (três).

PARÁGRAFO TERCEIRO: Além dos casos de morte ou renúncia considerar-se-á vago o cargo do Conselheiro que, sem justa causa, deixar de exercer suas funções por 60 (sessenta) dias consecutivos.

PARÁGRAFO QUARTO: Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

ARTIGO 26- O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente a cada três meses e, extraordinariamente, sempre que necessário, atendendo à convocação de seu Presidente ou da maioria de seus membros em exercício, com antecedência mínima de 08 (oito) dias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O quorum para instalação da reunião do Conselho é de maioria simples de seus membros eleitos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As resoluções do Conselho serão lavradas em forma de sumário ou por extenso, no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As decisões do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente, e na sua ausência ao vice-Presidente, o voto de qualidade no caso de empate na votação.

PARÁGRAFO QUARTO: Serão arquivadas no registro de comércio e publicados as Atas de Reuniões do Conselho de Administração, que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

ARTIGO 27- Sem prejuízo das demais competências previstas em Lei e neste Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração:

CAMBUCI SAações relevantes

- a) fixar a orientação geral dos negócios da companhia, decidir sobre a política econômico-financeira e administrativa e aprovar o planejamento estratégico da companhia;
- b) analisar relatórios consolidados da Diretoria;
- c) aprovar os programas de expansão, de investimentos para manutenção do parque industrial e contratos de prestação de serviços, considerando os riscos envolvidos e retornos esperados, acima de 10% do capital social, por operação;
- d) aprovar investimentos que envolvam modernização e/ou mudança de tecnologia;
- e) aprovar a política que orientará as relações com investidores e mercado de capitais;
- f) aprovar critérios para o controle do desempenho empresarial da Companhia;
- g) eleger e destituir os Diretores da Companhia, e dar-lhes substitutos em caso de vacância;
- h) fiscalizar a gestão dos negócios sociais pelos Diretores e zelar pelo estrito cumprimento das decisões dos órgãos da Companhia; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- i) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral;
- j) manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria;
- k) escolher e destituir os auditores independentes previstos na forma da lei e do presente estatuto;
- l) autorizar a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão;
- m) autorizar a emissão de ações, dentro do capital autorizado, e de títulos de crédito para distribuição pública;
- n) dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações previamente aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações aos administradores ou empregados da Companhia, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedades sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas da Companhia;
- o) deliberar sobre a aquisição de ações e debêntures de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;
- p) deliberar sobre o aumento do capital social dentro dos limites do capital autorizado nos termos do parágrafo único do Artigo 5º deste Estatuto Social, bem como deliberar sobre o preço de emissão, a forma de subscrição e pagamento, o término e a forma para o exercício dos direitos de preferência e outras condições relativas à emissão;
- q) autorizar o pagamento de juros a título de remuneração do capital próprio, bem como sua integração ao valor dos dividendos do exercício;
- r) autorizar a criação de subsidiárias integrais; a participação em controladas, coligadas e joint ventures; a formação de consórcios e alianças estratégicas, no País e no exterior;
- s) autorizar a prática de atos que impliquem em alienar, mesmo fiduciariamente, ou onerar bens sociais do ativo permanente, inclusive hipotecar, empenhar, caucionar, dar em anticrese, confessar, renunciar a direito, transigir, acordar, operações acima de 10% do capital social, ou abaixo deste valor, se reincidentes em um único trimestre, perante

CAMBUCI SAações relevantes

um mesmo contratante, bem como estabelecer, quando julgar conveniente, quais dentre os membros da Diretoria deverão praticar o ato autorizado;

t) autorizar a contratação de empréstimos em moeda nacional e estrangeira no Brasil e no exterior, em valores iguais ou superiores a 30% (trinta por cento) do capital social da Companhia vigente na ocasião, por operação, ou abaixo deste valor, se reincidentes em um único trimestre, perante um mesmo contratante;

u) fortalecer e zelar pela imagem institucional da Companhia;

v) deliberar sobre a distribuição da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, fixada de forma global pela Assembleia Geral;

x) aprovar a estrutura organizacional da Diretoria da Companhia definindo a distribuição de responsabilidades e competências;

z) Instituir e aprovar programas de trabalho de Auditoria Interna, quando julgar oportuno;

aa) Aprovar programas de premiação e benefícios para Diretores e Gerentes diretamente subordinados a eles;

ab) deliberar sobre a prática de qualquer ato de gestão extraordinário não compreendido na competência privativa da Assembleia Geral e diretoria.

ARTIGO 28- A remuneração dos membros do Conselho de Administração será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, mediante a fixação de um “jeton” por reunião a que comparecerem, ou em montante global, ficando sua distribuição entre os conselheiros a critério do Conselho, que poderá estabelecer remuneração variável para cada membro, em função da maior ou menor dedicação que dele venha a ser exigida.

Seção II - DA DIRETORIA

ARTIGO 29- A Diretoria da sociedade será composta de no mínimo 2 (dois) e no máximo 7 (sete) membros, a saber: Diretor Presidente, e 01 (um) a 6 (seis) Diretores Executivos adjuntos, acionistas ou não, com mandato unificado de 01 (um) ano, eleitos pelo Conselho de Administração, podendo ser reeleitos ou destituídos a qualquer tempo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A investidura no cargo de Diretor far-se-á por termo lavrado e assinado no livro de Atas de Reuniões da Diretoria.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Mesmo depois de terminado o período para o qual foram eleitos, os Diretores continuarão no exercício do cargo até a investidura dos novos Diretores eleitos.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os cargos de Diretores Executivos poderão ou não ser preenchidos, de acordo com os interesses da administração da sociedade, respeitado o número mínimo previsto de Diretores.

PARÁGRAFO QUARTO - Os membros da Diretoria serão eleitos pelo Conselho de Administração que poderá designar até 1/3 (um terço), do total de seus membros para exercer cargos na Diretoria, sendo permitido a qualquer um deles acumular a função

CAMBUCI SA ações relevantes

exercida no Conselho com a que vier a exercer na Diretoria, observado o disposto no parágrafo 4º, do artigo 26.

ARTIGO 30- A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada por qualquer Diretor com 3 (três) dias de antecedência, e as suas resoluções constarão do livro de Atas de Reuniões da Diretoria, competindo a direção dos trabalhos ao Diretor Presidente, e, na sua ausência, ao Diretor Executivo designado pelo Diretor Presidente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A reunião da Diretoria não poderá ser instalada sem a presença, de no mínimo, 2/3 (dois terços) dos Diretores eleitos, entre os quais necessariamente o Diretor Presidente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As decisões da Diretoria serão tomadas pela maioria dos Diretores presentes à reunião, cabendo em caso de empate ao Diretor Presidente, o voto de qualidade.

ARTIGO 31- Nos impedimentos ou ausências temporárias do Diretor Presidente, suas atribuições serão exercidas por outro Diretor, designado pela Diretoria.

ARTIGO 32- Ocorrendo vaga em cargo de Diretoria será convocada uma reunião do Conselho de Administração, que elegerá o substituto, que permanecerá no cargo até o término do mandato do substituído.

PARÁGRAFO ÚNICO: Além dos casos de morte ou renúncia, considerar-se-á vago o cargo de Diretor que, sem motivo justificado, deixar de exercer suas funções pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos.

ARTIGO 33- Compete à Diretoria a direção das atividades sociais e a execução dos atos de administração, com as atribuições e os poderes conferidos por lei e pelo presente estatuto.

ARTIGO 34- Além das atribuições normais inerentes ao cargo de Diretores, compete:

I) ao **Diretor Presidente:**

- a) dirigir e superintender os negócios sociais, cumprindo e fazendo cumprir as deliberações do Conselho de Administração, da Diretoria e da Assembleia Geral, respeitadas sempre as disposições legais e estatutárias;
- b) presidir as reuniões da Diretoria;
- c) manter a permanente coordenação entre a Diretoria e o Conselho de Administração;

II) aos **Diretores Executivos:**

- a) praticar os atos normais necessários ao regular funcionamento da sociedade;
- b) exercer as funções específicas que lhes forem conferidas pelo Conselho de Administração, que poderá, inclusive, atribuir denominações especiais para os respectivos cargos;
- c) colaborar com os Diretores Presidente no exercício de suas funções.

CAMBUCI SAações relevantes

d) escolher entre os diretores o diretor que irá substituir o Diretor Presidente em caso de impedimento, ou ausência temporária

PARÁGRAFO ÚNICO: O Conselho de Administração designará, dentre os Diretores, aquele que, além das atribuições previstas no presente estatuto, acumulará as funções de Diretor de Relações com Investidores, competindo-lhe prestar as informações necessárias aos investidores e à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, bem como manter atualizado o registro da companhia e representá-la junto ao referido órgão, sem prejuízo da responsabilidade de todos os administradores pela pronta divulgação de informações relativas a atos ou fatos relevantes, nos termos da lei.

ARTIGO 35- Sem prejuízo das demais competências previstas em Lei e neste Estatuto Social, compete, ainda, à Diretoria:

- a) representar a sociedade, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- b) celebrar contratos de qualquer natureza, relacionados com os fins sociais, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, contrair empréstimos e prestar garantias de qualquer natureza, respeitados os limites e formas indicados neste estatuto;
- c) constituir em nome da sociedade procuradores para a prática de quaisquer atos que envolvam os interesses sociais;
- d) apresentar à Assembleia Geral as demonstrações financeiras previstas em lei e a proposta da destinação do resultado do exercício, depois de submetê-las ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal;
- e) abrir contas, fazer depósitos e movimentá-las em Bancos; emitir e endossar cheques e notas promissórias; emitir e endossar duplicatas e letras de câmbio; endossar “Warrants”, conhecimentos de depósitos e conhecimentos de embarques;
- f) receber e dar quitação, transigir, renunciar direitos, desistir e assinar termos de responsabilidade, observadas as restrições legais e estatutárias;
- g) praticar em geral todos os atos de gestão necessários à consecução dos fins sociais.

ARTIGO 36- A sociedade considerar-se-á obrigada:

- a) pela assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores;
- b) pela assinatura conjunta de um Diretor e um Procurador, ou de 2 (dois) procuradores, quando assim for designado nos respectivos instrumentos de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que neles se contiverem;
- c) pela assinatura isolada de um Diretor, ou de um procurador especialmente designado, nos seguintes atos:
 - 1) nas operações com bancos, tais como remessas de borderôs de encaminhamento de títulos para operações de desconto, cobrança, transferências entre contas da companhia, caução e garantia acessória e nos avisos sobre baixas e alterações em títulos nas referidas operações;

CAMBUCI SAações relevantes

2) nos atos de representação perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais e municipais, Carteiras do Banco do Brasil S.A., Conselho de Política Aduaneira, Delegacias da Receita Federal, Autarquias, Correios e Telégrafos;

3) nos atos de representação para fins judiciais, inclusive perante a Justiça do Trabalho, e perante sindicatos, para matéria de admissão, suspensão e demissão de empregados e/ou acordos trabalhistas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Nos atos de constituição de procuradores, de alienação, aquisição e oneração de bens do ativo permanente, contratação de empréstimos e de prestação de garantias às obrigações de terceiros, a sociedade somente poderá ser representada por 2 (dois) Diretores, uns dos quais necessariamente o Diretor Presidente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Salvo quando para fins judiciais todos os demais mandatos outorgados pela Diretoria terão prazo determinado, que será de no máximo 12 (doze) meses.

ARTIGO 37- A título de remuneração a Diretoria receberá mensalmente uma importância fixa, cujo montante global e anual será estabelecido pela Assembleia Geral

PARÁGRAFO UNICO: A remuneração fixa e a participação variável que vierem a ser atribuídas à Diretoria serão partilhadas entre os Diretores na forma que os membros do Conselho de Administração determinarem.

Capítulo V - DO CONSELHO FISCAL

ARTIGO 38- A sociedade terá um Conselho Fiscal de funcionamento permanente, com as atribuições e os poderes que a lei lhe confere..

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituível a qualquer tempo, com mandato unificado de 01 (um) ano, podendo ser reeleitos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A Assembleia Geral fixará as remunerações, dos membros do conselho fiscal.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os Conselheiros serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse, no livro de “Atas de Reuniões do Conselho Fiscal”, observada as formalidades legais.

PARÁGRAFO QUARTO: Findo o respectivo mandato, os Conselheiros permanecerão no exercício dos cargos até a investidura dos novos administradores eleitos.

Capítulo VI - DO EXERCÍCIO SOCIAL, LUCROS E SUA DISTRIBUIÇÃO

CAMBUCI SA ações relevantes

ARTIGO 39- O exercício social será encerrado no dia 31 de Dezembro de cada ano.

ARTIGO 40- No encerramento do exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras exigidas em lei, observando-se, quanto à distribuição do resultado apurado, as seguintes regras:

I- do resultado do exercício serão deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda;

a) a seguir, deduzir-se-á participação dos administradores no lucro do exercício, a qual não poderá ultrapassar a sua remuneração anual nem a 0,1 (um décimo) dos lucros remanescentes após as deduções previstas no "caput" deste artigo, prevalecendo o limite que for menor.

II - do saldo do lucro líquido do exercício, destinar-se-ão:

a) 5% (cinco por cento) para constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do Capital Social;

b) uma parcela a ser fixada pela Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de Administração, para Reserva para Contingência, na forma do artigo 195 da Lei nº 6404/76;

c) uma parcela a ser fixada pela Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de Administração, para Reserva de lucros a realizar, na forma do artigo 197 da Lei nº 6404/76;

d) do saldo remanescente após as deduções constantes das alíneas "a" e "b", supra, uma porcentagem de 25% (vinte e cinco por cento) para distribuição aos acionistas, como dividendo obrigatório;

e) o saldo eventual dos lucros terá o destino que a Assembleia Geral determinar, por proposta dos órgãos de Administração, e em caso de distribuição, esta será efetuada entre as ações, em igualdade de condições.

ARTIGO 41- A sociedade poderá levantar balanços semestrais e, por deliberação dos órgãos de Administração, declarar dividendo à conta de lucros apurado nesse balanço.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A sociedade poderá ainda levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, obedecidos os limites legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os dividendos distribuídos na forma deste artigo serão considerados antecipação do dividendo obrigatório estabelecido no artigo 41º alínea d, supra.

PARÁGRAFO QUARTO: A sociedade poderá remunerar os seus acionistas a título de juros sobre o capital próprio, conforme previsão do art. 9º da Lei 9.249/95 e alterações

CAMBUCI SA ações relevantes

previstas na Lei 9430/96. O valor dos juros pagos ou creditados serão imputados ao dividendo obrigatório, de que trata o artigo 202 da Lei 6404/76.

ARTIGO 42- Os dividendos deverão ser pagos, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os dividendos não reclamados não vencerão juros e no prazo de 3 (três) anos prescreverão em favor da Companhia.

ARTIGO 43 - O dividendo não será obrigatório no exercício social em que o Conselho de Administração o julgar incompatível com a situação financeira da Sociedade, observado o que dispõe o § 4º do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo único - No caso previsto neste artigo, os administradores não terão direito à percepção de sua participação estatutária nos lucros.

Capítulo VII - DA DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO

ARTIGO 44- A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Assembleia Geral elegerá e destituirá os liquidantes da Companhia, determinará o modo de liquidação e nomeará Conselho Fiscal que deverá funcionar durante o período de liquidação.

Capítulo VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 45- A sociedade poderá emitir debêntures conversíveis ou não em ações, que conferirão a seus titulares direito de crédito contra ela, nas condições que, por proposta da Diretoria, forem aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral.

ARTIGO 46- É vedada à companhia a concessão de empréstimos, avais e garantias de qualquer espécie, a acionistas e administradores, exceto as concedidas às empresas controladas, que deverão ter a aprovação do Conselho de Administração.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração dos nossos executivos objetiva atrair e reter qualificados profissionais de mercado, que estejam engajados na continuidade e expansão dos nossos negócios.

A Companhia acredita que uma administração profissional composta por executivos de alto nível traz um diferencial competitivo que impacta positivamente o retorno dos negócios.

b. composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Nossa Companhia tem por política remunerar os membros do Conselho de Administração com honorários fixos. Em razão da situação financeira da Companhia, os membros do Conselho de Administração renunciaram aos seus honorários nos exercícios de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019.

Diretoria Estatutária

Os membros da nossa Diretoria Estatutária contam com uma remuneração fixa e uma remuneração variável, além dos benefícios indiretos. A remuneração variável corresponde a bônus anual.

Conselho Fiscal

Os membros efetivos de nosso Conselho Fiscal recebem unicamente a título de honorários uma quantia fixa mensal mínima correspondente a 10% (dez por cento) da remuneração dos diretores estatutários.

Comitês

NA.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Diretoria Estatutária

75% (setenta e cinco por cento) da remuneração da Diretoria Estatutária corresponde aos honorários fixos e mensais, 20% (vinte por cento) ao bônus anual e 5% (cinco por cento) corresponde aos benefícios indiretos.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Conselho de Administração e Conselho Fiscal

100% (cem por cento) da remuneração dos membros efetivos de Conselho de Administração e do Conselho Fiscal correspondem aos honorários fixos e mensais a que fazem jus.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Diretoria Estatutária

Com relação à remuneração da Diretoria Estatutária, a Companhia utiliza os índices divulgados pelos órgãos oficiais e os índices de performance individuais, para correção salarial e de benefícios.

Conselhos de Administração e Fiscal

Para os membros efetivos do Conselho de Administração o cálculo e reajustes estão atrelados às práticas de mercado e, para os membros do Conselho Fiscal, respeitamos os limites mínimos estabelecidos no §3º do art. 162 da Lei n.º 6.404/76.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração fixa dos Diretores Estatutários, membros do Conselho de Administração, e do Conselho Fiscal, permite a retenção de profissionais qualificados interessados no aumento da lucratividade da Companhia. A remuneração variável da Diretoria Estatutária está vinculada à obtenção de resultados e à valorização da Companhia, alinhando os interesses dos administradores e dos acionistas.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração variável dos Diretores Estatutários – bônus – está vinculada aos indicadores de desempenho financeiros da Companhia, e indicadores de performance coletiva e individual

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

No ciclo anual do planejamento estratégico são definidos os indicadores de desempenho financeiro da Companhia e de performance coletiva e individual que servem de base para fins de pagamento da remuneração variável dos Diretores Executivos.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

Através dos indicadores de desempenho financeiro e de performance coletivo e individual a política de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Os indicadores de desempenho financeiro escolhidos para determinar os níveis de remuneração da Diretoria Estatutária são os mesmos que definem os níveis de remuneração dos próprios acionistas assegurando, assim, alinhamento entre as partes.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Diretoria Estatutária

A remuneração fixa, variável e benefícios indiretos dos Diretores Estatutários da Companhia é integralmente paga pela Companhia.

Conselhos de Administração e Fiscal

A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é integralmente paga pela Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

NA.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00	3,00	9,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	3,00	9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	3.959.442,86	185.875,36	4.145.318,22
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	3.959.442,86	185.875,36	4.145.318,22

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00	3,00	9,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	3,00	9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	3.611.551,59	0,00	3.611.551,59
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	3.611.551,59	185.628,37	3.797.179,96

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00	3,00	9,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	3,00	9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	3.275.506,75	122.367,90	3.397.874,65
Benefícios direto e indireto	0,00	464.416,28	613,92	465.030,20
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	3.739.923,03	122.981,82	3.862.904,85

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração Variável dos 3 últimos exercícios sociais e remuneração prevista para o exercício corrente do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal.

A política de remuneração da Companhia não contempla programas de remuneração variável para os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. No caso da Diretoria Estatutária da Companhia, esta recebe a remuneração variável a título de bônus, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Diretoria estatutária

Ano	Número de membros	Bônus – valor mínimo	Bônus – valor máximo	Bônus – valor previsto	Bônus – valor efetivamente pago
2016	3	180.488,97	1.082.933,82	541.466,91	-
2017	3	211.167,31	633.501,92	316.750,96	-
2018	3	256.739,64	1.283.698,18	385.109,45	959.902,21
2019	3	231.902,45	1.318.212,25	760.089,35	-
2020	3	279.598,11	1.397.990,55	838.794,33	-

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.

NA.

- a. Termos e condições gerais
- b. principais objetivos do plano
- c. forma como plano contribui para esses objetivos
- d. como o plano se insere na política de remuneração da Companhia
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo
- f. número máximo de ações abrangidas
- g. número máximo de opções a serem outorgadas
- h. condições de aquisição de ações
- i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j. Critérios para fixação do prazo de exercício
- k. Forma de liquidação
- l. Restrições às transferências das ações
- m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não há remuneração baseada em ações para o conselho de administração

13.6 - Opções em Aberto

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não há opções em aberto do conselho de Administração

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

Não aplicável.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

Não aplicável.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Quantidade de Ações ou cotas detidas, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos e indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Empresa	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	ON	PN	ON	PN	ON	PN
Cambuci S/A	10.835.450	-	5.192.370	-	-	-
Impar Sports Ind.Com.Artigos Esport.Ltda	20.000	-	10.000	-	-	-
Impar Paraguai S/A	1	-	-	-	-	-
Cambuci Importadora Ltda	2	-	-	-	-	-

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do nosso Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários.

Estando Vinculados exclusivamente a Previdência Social do Governo Federal

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	1.007.832,00	927.202,70	873.359,26	48.000,00	40.789,30	37.596,00
Valor da menor remuneração(Reais)	395.018,40	265.000,00	104.500,00	45.259,92	40.789,30	37.596,00
Valor médio da remuneração(Reais)	514.275,60	280.458,90	455.074,21	45.944,94	40.789,30	37.596,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Não aplicável.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

Não aplicavel.

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

Não há valores reconhecidos no nosso resultado como remuneração de membros do nosso Conselho de Administração, de nossos diretores estatutários e de nosso Conselho Fiscal, nos 3 últimos exercícios sociais, como remuneração, por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Não há valores reconhecidos no resultado de nossos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de nossas controladas, como remuneração de membros do nosso Conselho de Administração ou de nossos diretores estatutários nos últimos 3 exercícios sociais.

13.16 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1 – Descrição dos Recursos Humanos

Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada por localização geográfica)

Em 31 de dezembro de 2019, o nosso quadro de colaboradores era composto por:

Funções	2019	2018	2017	2016	2015
Direta (Operacional)	974	1.145	1534	1919	1459
Administrativo (Excluindo Conselho / Estagiários)	390	433	546	440	465
Gerencial	23	33	31	29	24
Total	1.387	1.611	2.111	2.388	1.948

A tabela abaixo apresenta nosso quadro de colaboradores por localização geográfica de nossos complexos industriais, nos períodos indicados:

Regiões	2019	2018	2017	2016	2015
Paraíba	668	712	822	997	853
Bahia	598	755	1096	1256	971
São Paulo	121	144	193	135	124
Total	1.387	1.611	2.111	2.388	1.948

b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada por localização geográfica)

Nossos quadros de terceirizados, distribuídos por atividade desempenhada em nossas localizações, nos períodos indicados, eram compostos conforme apresentado na tabela abaixo:

Terceiros	2019	2018	2017	2016	2015
	39	45	41	43	43

c) índice de rotatividade

O índice de rotatividade da Companhia foi de aproximadamente:

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Índice de Rotatividade	2019	2018	2017	2016	2015
	15%	31,03%	27,93%	27,64%	23,54%

d) exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas

Atualmente terceirizamos uma parcela mínima de nossa mão-de-obra respondemos, solidária ou subsidiariamente, por eventuais débitos trabalhistas relacionados aos terceiros alocados para nosso atendimento.

Adicionalmente, a eventual descontinuidade da prestação de serviços por diversas empresas poderá afetar a qualidade e continuidade de nossos negócios. Caso qualquer dessas hipóteses ocorra, nossos resultados poderão ser impactados adversamente.

Em relação aos nossos colaboradores, mantemos rígidas regras quanto ao atendimento da legislação trabalhista.

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não há alterações relevantes ocorridas com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a) política de salários e remuneração variável

Nossa atual Política de Administração de Cargos e Salários ("Política") tem por objetivo reconhecer a capacitação profissional e o desempenho dos nossos funcionários. O desenvolvimento técnico-profissional do funcionário e sua contribuição efetiva para os nossos resultados serão os indicadores utilizados para esse reconhecimento.

A administração de cargos e salários será feita considerando:

- (i) a relatividade interna: cada cargo terá sua remuneração estabelecida conforme as responsabilidades e qualificações necessárias para o desempenho da função;
- (ii) a situação de mercado: os salários serão estabelecidos conforme os padrões de mercado para cargos com responsabilidades semelhantes;
- (iii) o equilíbrio orçamentário da Companhia: a política salarial levará em conta o desempenho da Companhia e seus resultados.

Nossa Política é aplicada segundo as seguintes premissas:

I - Normas e Procedimentos de Funcionamento do Sistema de Administração de Cargos e Salários

Os salários serão administrados dentro das faixas salariais de cada Classe de cargos. A determinação dos salários individuais será feita conforme as seguintes normas e procedimentos:

1. Salário de Admissão

Todo funcionário deve ser admitido preferencialmente com salário no início da faixa salarial estabelecida para o seu cargo. Excepcionalmente, o salário de admissão pode ser estabelecido acima desse limite, em função do grau de qualificação e experiência exigidas do candidato, ou por contingência de mercado.

2. Salário Para um Novo Cargo

Para se definir a faixa salarial de um novo cargo, este deverá passar pelo processo de Avaliação e Classificação, conduzido pela área de Recursos Humanos, com base nas atribuições do novo cargo.

3. Alterações Salariais

O Sistema de Administração de Cargos e Salários prevê as seguintes situações que poderão gerar alterações salariais:

- Fim do período de experiência

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

- Promoção Vertical (promoção para um cargo maior)
- Promoção Horizontal (aumento de salário por merecimento, no mesmo cargo)
- Transferência para outro cargo
- Ajustes de mercado
- Reclassificação do cargo

3.1. Salário Após o Período de Experiência

Em casos específicos, em que o funcionário tenha sido contratado com a condição de ter um reajuste após o período de experiência, o salário do funcionário será reajustado para o nível previamente acertado na contratação.

3.2. Promoção Vertical

Os aumentos por promoção vertical são concedidos aos funcionários que passam a ocupar cargos incluídos numa Classe superior à Classe atual do cargo, dentro da estrutura de cargos e salários.

A promoção vertical está vinculada à existência de vaga no quadro de funcionários, seja decorrente de aumento de quadro, substituição devido à promoção, desligamento, transferência ou enquadramento.

Os candidatos a uma promoção vertical deverão passar por um processo de avaliação conduzido pela área de Recursos Humanos.

São duas as modalidades de promoção vertical:

3.2.1. Promoção Vertical na Mesma Carreira Específica (de Operador de Máquina para Encarregado de Produção, por exemplo)

Ocorre quando há promoção na mesma área de atuação. O salário é alterado para se enquadrar a classe do novo cargo, o aumento deve se situar entre 10% e 20% do salário atual.

Após uma promoção vertical na mesma carreira específica, deverá ser observado um período mínimo de um ano, antes de nova promoção vertical.

3.2.2. Promoção Vertical Com Mudança de Carreira Específica (de Auxiliar Financeiro para Auxiliar de Compras, por exemplo)

Numa promoção vertical com mudança de carreira, o aumento recomendado situa-se entre 10% e 20% do salário atual, observado o posicionamento na faixa do novo cargo e a relatividade interna.

O aumento, nesses casos, será efetivado 30 dias após a promoção.

Nesse período será avaliada a adaptação do funcionário ao novo cargo.

A promoção será efetivada com a aprovação da Gerência da área.

Caso o funcionário não se adapte ao novo cargo, a Gerência da área deverá comunicar com antecedência o fato à área de Recursos Humanos. Se for possível, o funcionário poderá retornar à sua área de origem ou ser transferido para uma função compatível com seu perfil profissional.

3.3. Promoção Horizontal (aumento por mérito)

O aumento por promoção horizontal pode ser concedido ao funcionário que apresentar desempenho que o destaque significativamente dos demais ocupantes do mesmo cargo ou dentro de uma equipe de trabalho.

É uma alteração do salário do funcionário dentro da Faixa Salarial da Classe correspondente ao seu cargo.

Os aumentos decorrentes da promoção horizontal podem ser concedidos em qualquer mês do ano e devem se ajustar ao orçamento definido para essa finalidade. Um funcionário só pode receber nova promoção horizontal após o período mínimo de seis meses.

É recomendado analisar com cuidado cada promoção horizontal, visando a evitar a criação de problemas de relatividade interna posteriormente.

3.4. Transferência de cargo

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

Ocorre uma transferência quando o funcionário passa a ocupar um cargo em outra área. Por exemplo, um Assistente que é transferido da área industrial para a área administrativa.

Uma transferência geralmente não significa que o funcionário receberá um aumento de salário.

Se a transferência for para um cargo de uma classe superior à classe do cargo atual, serão aplicadas as mesmas regras definidas para os casos de promoção vertical.

Se a transferência for para um cargo da mesma classe, e for necessário um aumento de salário para um melhor posicionamento do salário do funcionário na faixa salarial, serão aplicadas as mesmas regras definidas para os casos de promoção horizontal.

3.5. Reclassificação do cargo

Ocorre um reajuste salarial por reclassificação quando um cargo recebe atribuições adicionais, de maior complexidade e responsabilidade e que exijam maior conhecimento do que as atribuições atuais, justificando uma reclassificação do cargo para uma classe mais alta na estrutura de cargos.

3.6. Ajustes de mercado

São alterações salariais com o objetivo de alinhar o salário do cargo com os padrões de mercado, constatados por meio de pesquisa de remuneração realizada pela área de RH.

O ajuste de mercado pode ocorrer como consequência de um reajuste nas tabelas salariais para alinhamento com o mercado, ou apenas para alinhar os salários de determinados cargos.

4. Avaliação para promoção

O funcionário indicado para uma promoção vertical ou horizontal deverá ser avaliado pelos seus superiores hierárquicos, conforme modelo padrão estabelecido pela área de RH para o cargo em questão, em itens relacionados com o desempenho e comportamento do funcionário nos últimos 12 meses.

O processo de análise para efetivação da promoção só terá seguimento se o funcionário receber uma avaliação de seus superiores que justifique a promoção.

A avaliação será feita pelo superior imediato, no nível mínimo de Supervisor, com a revisão e aprovação pelo Coordenador e pelo Gerente da área.

5. Procedimentos para solicitação de uma promoção

5.1 Solicitação da Promoção (início do processo)

O solicitante (no nível mínimo de Supervisor) preenche o formulário específico e encaminha ao seu superior imediato para uma análise preliminar.

5.2 Aprovação preliminar pelo superior do solicitante

O superior imediato do solicitante manifesta sua concordância ou não com a solicitação. Havendo concordância, instrui o solicitante a proceder à Avaliação do candidato à promoção. Não havendo concordância, comunica a solicitante as razões da negativa e encerra o processo.

5.3 Avaliação do funcionário

O superior imediato do funcionário faz a avaliação prevista no item 4.1 destas Normas e Procedimentos de Administração de Cargos e Salários.

5.4 Revisão da avaliação do funcionário

O Gerente da área revisa e aprova a Avaliação feita pelo Solicitante. Se o resultado da revisão da avaliação for positivo, o Gerente envia a solicitação de promoção à área de Recursos Humanos para o prosseguimento das análises. Se o resultado da revisão da avaliação for desfavorável, o Gerente comunica o fato ao Coordenador ou Supervisor da área e encerra o processo.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

5.5 Análise pela área de Recursos Humanos

A área de Recursos Humanos fará uma avaliação para verificação do potencial do funcionário e suas possibilidades de sucesso no novo cargo. Após essa avaliação, a área de Recursos Humanos encaminhará o processo para deliberação da Diretoria.

5.6 Aprovação da Diretoria

Após a decisão da Diretoria, a área de Recursos Humanos comunica o resultado do processo ao Gerente e Coordenador da área interessada.

5.7 Efetivação da promoção

Se o candidato for aprovado, a área de Recursos Humanos tomará as providências necessárias para efetivação da promoção, dentro das regras definidas nestas Normas e Procedimentos.

6. Procedimentos para solicitação de uma transferência

6.1 Solicitação da Transferência (início do processo)

O solicitante (no nível mínimo de Supervisor) preenche o formulário específico e encaminha ao seu superior imediato para uma análise preliminar.

6.2 Aprovação preliminar pelo superior do solicitante

O superior imediato do solicitante manifesta sua concordância ou não com a solicitação. Se o superior imediato do solicitante concordar, encaminha o processo ao Gerente da área em que o funcionário trabalha, para liberação do funcionário e continuidade do processo. Se o superior imediato do solicitante não concordar, comunica ao solicitante as razões da negativa e encerra o processo.

6.3 Aprovação pelo atual Gerente da área em que o funcionário trabalha

O Gerente da área em que o funcionário trabalha deverá manifestar sua concordância ou não com a solicitação de transferência. Havendo concordância, informa ao solicitante, que poderá solicitar à área de Recursos Humanos para dar seguimento ao processo. Não havendo concordância, comunica ao solicitante as razões da negativa e encerra o processo.

6.4 Avaliação pela área de Recursos Humanos

A área de Recursos Humanos procederá a uma avaliação do funcionário e das possibilidades de sua adaptação ao novo cargo. A seguir a área de recursos humanos submete o resultado da sua avaliação à deliberação da Diretoria.

6.5 Decisão da Diretoria

Após a decisão da Diretoria, a área de Recursos Humanos comunica o resultado do processo aos Gerentes das áreas envolvidas.

6.6 Efetivação da transferência

Se o candidato for aprovado, a área de Recursos Humanos tomará as providências necessárias para efetivação da promoção, dentro das regras definidas nestas Normas e Procedimentos.

A data da transferência do funcionário para a nova área deverá ser definida de comum acordo entre os Gerentes das áreas envolvidas.

7. Procedimentos para solicitação de criação de uma nova vaga ou posto de trabalho (aumento de quadro)

7.2 Solicitação de criação da vaga (início do processo)

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

O solicitante (no nível mínimo de Encarregado) preenche o formulário específico e encaminha ao Gerente da área para uma análise preliminar.

7.3 Aprovação preliminar pelo superior do solicitante

O Gerente da área do solicitante manifesta sua concordância ou não com a criação da nova vaga. Havendo concordância do Gerente, este envia a solicitação para a área de Recursos Humanos para análise de viabilidade. Não havendo concordância, o Gerente comunica ao solicitante as razões da negativa e encerra o processo.

7.4 Análise pela área de Recursos Humanos

A área de RH faz uma análise do atual quadro de funcionários da área solicitante e agrega outras informações relacionadas. Verifica a viabilidade orçamentária. Envia o processo à Diretoria para aprovação final.

7.5 Aprovação pela Diretoria

O processo é submetido à aprovação da Diretoria. A decisão final da Diretoria é encaminhada à área de Recursos Humanos, que comunica ao Gerente da área a autorização para criação da vaga.

9. Orçamento para Promoções

Anualmente, como parte do processo orçamentário, serão definidos orçamentos para as promoções previstas para cada área.

Os aumentos salariais em função da efetivação das promoções verticais e horizontais devem ficar dentro do orçamento anual para essa finalidade.

A efetivação das solicitações de promoção dependerá da disponibilidade de verba orçamentária específica. Nessa fase de análise do processo, a área de RH dará seu parecer para aprovação da Presidência e seguimento do processo.

10. Programa de Estagiários

10.1. Regras de Funcionamento do Estágio

O contrato será de no mínimo 6 meses, podendo ser renovado a cada 6 meses, enquanto o estagiário for estudante.

O horário de estágio será fixado em horário diferente do horário de estudo do estagiário e conveniência da área. Quando o estagiário for funcionário, o horário do estágio poderá coincidir com o seu horário de trabalho.

O estagiário que não tiver correspondendo às expectativas da área, terá seu contrato rescindido.

A Empresa poderá contratar o estagiário como funcionário, em cargo compatível com sua qualificação, quando o estudante concluir seu curso.

O estágio será supervisionado pelo gerente da área. A área de RH dará todo o suporte em termos de treinamento e acompanhamento à equipe de estagiários e *feedback* sobre o processo aos gerentes.

A Empresa concederá uma Bolsa de Aprendizagem para os candidatos externos.

10.2. Critérios de Recrutamento de Estagiários

O público-alvo para recrutamento de estagiários é constituído por:

a) Candidatos externos: estudantes que irão se formar em até dois anos e meio, no máximo, no caso de curso superior.

b) Candidatos internos: funcionários estudantes.

Os candidatos internos e externos passarão pelo mesmo processo seletivo. Serão indicados os que tiverem melhor potencial.

10.3. Valor da Bolsa de Aprendizagem

O valor da Bolsa de Aprendizagem será proporcional à carga horária do estagiário.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

O estagiário terá como benefícios o vale transporte, seguro de vida e refeição (a depender de horário e local de trabalho).

A correção desses valores será feita quando houver alteração na Tabela Salarial.

11. Responsabilidades

11.1. Diretores

- Divulgar estas Normas e Procedimentos entre os funcionários de suas áreas. Assegurar o cumprimento destas Normas e Procedimentos.
- Dar aprovação final a todas as alterações salariais, promoções e movimentações de pessoal propostas, bem como a criação de novos cargos ou vagas.
- Aprovar ajustes de mercado.
- Aprovar alterações nas Políticas de Administração de Cargos e Salários.
- Analisar casos especiais não previstos nestas Normas e Procedimentos, decidindo sobre a melhor solução.

11.2. Gerentes

- Divulgar estas Normas e Procedimentos entre os funcionários de suas áreas.
- Assegurar o cumprimento destas Normas e Procedimentos em suas áreas.
- Controlar as propostas de promoções e alterações salariais, conforme critérios estabelecidos nestas Normas e Procedimentos.
- Analisar e dar parecer sobre as alterações salariais solicitadas pelos supervisores.
- Propor alterações salariais para funcionários de suas áreas quando necessário.
- Propor a criação de novos cargos ou vagas, conforme a necessidade.

11.3. Área de Recursos Humanos

- Acompanhar as regras estabelecidas e assessorar todas as áreas quanto à melhor forma de conduzir os processos e procedimentos estabelecidos nestas Normas e Procedimentos.

II - Conceitos e Terminologia

Descrição de Cargo

É o relato, de forma organizada, das atividades e responsabilidades de cada cargo existente na empresa.

Avaliação de Cargos

Processo de determinação da importância relativa de cada cargo dentro da estrutura organizacional, com base nos conhecimentos, complexidades e responsabilidades do cargo.

Classe

Designa um grupo de cargos com avaliação semelhante, que possuem a mesma Faixa Salarial.

Estrutura Salarial

É composta de Tabelas Salariais.

Faixa Salarial

A Faixa Salarial define os valores dos salários de cada Classe.

Pesquisa Salarial

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

É a coleta, tabulação e análise de salários praticados pelo mercado.

Salário Fixo

Soma das parcelas fixas de natureza salarial pagas mensalmente, tais como: salário, ajuda para aluguel, etc.

Comissão

Valores recebidos mensalmente, pela atividade de venda de produtos.

Remuneração Variável

Valor recebido em função do cumprimento de determinadas metas ou resultados, conforme definido em programa específico.

Bônus

Gratificação periódica ou esporádica, em função do desempenho ou contribuições únicas do funcionário para resultados.

Prêmio

Prêmio em mercadorias concedido pela obtenção de resultados específicos. Às vezes, o prêmio também denomina valores pagos em dinheiro, como no caso de campanhas de vendas.

Remuneração Base

É o salário fixo mensal.

Enquadramento Salarial

Elevação do salário do funcionário até um determinado nível da Faixa Salarial do seu cargo, observando uma avaliação do seu desempenho e desenvolvimento profissional.

Política de Remuneração

Conjunto de normas e critérios definidos pela empresa, para orientar sua administração salarial.

Promoção Horizontal (Aumento por Mérito)

Aumento de salário no mesmo cargo, como reconhecimento pelo desempenho ou desenvolvimento profissional do funcionário. Com uma promoção horizontal, o salário do funcionário avança na Faixa Salarial.

Promoção Vertical

Ocorre uma promoção vertical quando um funcionário passa a ocupar um cargo maior, dentro da estrutura de cargos da empresa, e seu salário passa a ser administrado dentro da faixa salarial do novo cargo.

Carreira Funcional

Sequência de cargos possíveis de serem ocupados por um profissional, numa escala ascendente pelos diversos níveis da estrutura organizacional, dentro de uma área funcional (Auxiliar, Assistente, Analista, Supervisor, Gerente, em áreas funcionais como Administração, Produção, Vendas, Marketing).

Carreira Específica

Conjunto de cargos de uma mesma atividade, em função das crescentes exigências de conhecimentos e amadurecimento profissional (Auxiliar I, II e III, Analista Júnior, Pleno e Sênior, dentro de uma área funcional).

b) política de benefícios

Nossos empregados são elegíveis a benefícios diversos, de acordo com o cargo, convenção/acordo coletivo ou por nossa liberalidade. Oferecemos aos nossos empregados os seguintes benefícios: (i) seguro de vida; (ii)

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

assistência médica; (iii) vale-refeição; (iv) vale-transporte; (v) estacionamento; (vi) cesta básica; (vii) desconto em produtos na loja; (viii) auxílio educação.

Determinados benefícios elencados acima são oferecidos de acordo com a localidade e o nível hierárquico dos empregados, sendo que nem todos os nossos empregados fazem jus a todos os benefícios.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Não há histórico de greves, manifestações e/ou paralisações de trabalho, sendo que entendemos que nosso relacionamento com todos os sindicatos dos trabalhadores é muito saudável.

Não somos filiados a nenhum sindicato patronal. No entanto somos associados à Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção- ABIT.

No Estado da Bahia celebramos acordos coletivos.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Não há outras informações relevantes

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
PADUCA ADMINISTRACAO E PARTICIPACAO LTDA-EPP						
04.597.242/0001-65		Não	Não	03/11/2005		
Não						
	765.690	1,819%	0	0,000%	765.690	1,819%
ROMA CONSULTORIA ASSESSORIA E ADMINISTRACAO						
03.532.668/0001-78		Não	Não	24/12/2004		
Não						
	583.150	1,385%	0	0,000%	583.150	1,385%
ROBERTO ESTEFANO						
067.524.468-49	BRASILEIRO	Não	Sim			
Não						
	10.059.330	23,894%	0	0,000%	10.059.330	23,894%
Juliana Vizintas Estefano						
264.863.998-56	brasileira	Não	Não			
Não						
	699.110	1,661%	0	0,000%	699.110	1,661%
Eduardo Estefano Filho						
067.527.138-04		Não	Sim			
Não						
	8.892.490	21,122%	0	0,000%	8.892.490	21,122%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
MARA ELIANA CARLETTI ESTEFANO						
405.312.798-04	BRASILEIRA-SP	Não	Não			
Não						
804.330	1,911%	0	0,000%	804.330	1,911%	
SERGIO VIZINTAS STEFANO						
184.658.288-14		Não	Não			
Não						
625.710	1,486%	0	0,000%	625.710	1,486%	
RENATO VIZINTAS ESTEFANO						
224.254.218-40		Não	Não			
Não						
625.720	1,486%	0	0,000%	625.720	1,486%	
BRZ Small Cap Fi de ações						
10.765.194/0001-70	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2016		
Não						
845.100	2,007%	0	0,000%	845.100	2,007%	
SUELI VIZINTAS ESTEFANO						
536.017.428-53		Não	Não			
Não						
1.627.040	3,865%	0	0,000%	1.627.040	3,865%	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
RIVALE REPRESENTAÇÕES						
56.126.105/0001-46	BRASILEIRA-RJ	Não	Não	21/03/2012		
Não						
	5.362.012	12,736%	0	0,000%	5.362.012	12,736%
OUTROS						
	11.210.398	26,628%	0	0,000%	11.210.398	26,628%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL						
	42.100.080	100,000%	0	0,000%	42.100.080	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	29/04/2020
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	4.291
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	40
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	9

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	42.100.080	100,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	42.100.080	100,000%

23,894%	21,122%	12,736%	3,865%	2,007%	1,911%	1,819%	1,661%	1,486%	1,486%	1,385%	26,628%
Roberto Estefano	Eduardo Estefano Filho	Rivale Representações	Sueli Vizintas Estefano	BRZ Small Cap FI de Ações	Mara Eliana Carletti Estefano	Paduca Adm Part Ltda	Juliana Vizintas Estefano	Renato Vizintas Estefano	Sergio Vizintas Estefano	Roma Consult Assess	Outros
ON 23,894%	ON 21,122%	ON 12,736%	ON 3,865%	ON 2,007%	ON 1,911%	ON 1,819%	ON 1,661%	ON 1,486%	ON 1,486%	ON 1,385%	ON 26,628%

CAMBUCCI S/A

	Cambuci Importadora Ltda.	Impar Paraguay S/A	Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	Cambuci Trust S/A	Latinline S/A	Penalty Argentina S/A	Penalty Chile S/A	Penalty Ibéria S.L
País	Brasil	Paraguai	Brasil	Brasil	Uruguai	Argentina	Chile	Espanha
Cambuci	99,99%	96,67%	98,00%	100,00%	100,00%	95,00%	100,00%	100,00%
Eduardo Estefano Filho	0,005%	3,33%	1,00%	-	-	-	-	-
Roberto Estefano	0,005%	-	1,00%	-	-	-	-	-
Cambuci Importadora Ltda.	-	-	-	-	-	5,00%	-	-

EMPRESA	ATIVIDADES
CAMBUCCI S/A	Industrialização, comercialização, importação, exportação e representação de artigos esportivos e produtos em geral e participação em outras Companhias
CAMBUCCI IMPORTADORA LTDA	Importações de produtos para industrialização
IMPAR PARAGUAY S/A	Produção, comercialização, importação e exportação de produtos esportivos
IMPAR SPORTS LTDA	Comercialização no atacado e varejo de artigos de vestuários e complementos
CAMBUCCI TRUST S/A	Compra, venda e locação de imóveis próprios e participação societária em outras empresas
LATINLINE S/A	Desenvolvimento de atividades comerciais de vendas ao mercado asiático através de cobrança de royalties
PENALTY ARGENTINA S/A	Comercialização, importação e exportação de artigos esportivos
PENALTY CHILE S/A	Comercialização, importação e exportação de artigos esportivos
PENALTY IBÉRIA S/A	Comercialização, importação e exportação de artigos esportivos

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Não há acordos de acionista atualmente vigentes dos quais nossos Acionistas Controladores sejam parte ou que estejam agrupados na sede social da Companhia.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E

Administração de Investimentos

CAMBUCI S/A

Avenida Getúlio Vargas, 930,

Marmeleiro, São Roque/SP, cep

18130-430

CAMBUCI S/A**COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO****C.N.P.J. Nº 61.088.894/0001-08****NIRE n. 35300057163****COMUNICADO AO MERCADO**

A CAMBUCI S.A. (“Companhia”), em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 358/02, conforme alterada, comunica aos seus acionistas, investidores e ao mercado em geral que, em 27.04.2020 recebeu comunicação da Rivale Representações Ltda, CNPJ 56.126.105/0001-46, informando que atingiu a venda de 2.557.400 ações ordinárias (CAMB3) da Companhia equivalente a 6,09% do número total das ações ordinárias que possui.

A área de Relação com Investidores, coloca-se à disposição para esclarecimentos adicionais.

São Paulo, 27 de abril de 2020**CAMBUCI S.A.**

Roberto Estefano

Diretor de Relações com Investidores

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E

Rivale Representações Ltda

Rua Colômbia, 578 – Jd. América – São Paulo – SP – CEP 01438-001 - Fone: 3086-9450

São Paulo, 27 de abril de 2020.

À
CAMBUCI S/A
Relação com Investidores
A/C Sra. Daniela Castro
Avenida Getúlio Vargas, 930
Centro, São Roque, SP

Assunto: Redução de Participação Relevante

Prezado(a)s,

Em atendimento à instrução da Comissão de Valores Mobiliários, servimo-nos da presente para notificá-los que em 24 de abril de 2020 a RIVALE REPRESENTAÇÕES LTDA, CNPJ 56.126.105/0001-46, atingiu a venda de 2.557.400 ações ordinárias (CAMB3) equivalente a 6,09% do número total de ações ordinárias da CAMBUCI S/A.

Atenciosamente,



Rivale Representações Ltda
Terence Michael Pih
Administrador

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7 – Principais operações societárias

Para o preenchimento do item 15.1/15.2 deste Formulário de Referência esclarecemos que foram considerados como Acionistas Controladores os acionistas da Companhia Eduardo Estefano Filho e Roberto Estefano, em razão de ser o controle exercido diretamente por estes acionistas que detêm, em conjunto, 45,131% das ações de nossa emissão.

Os acionistas da Companhia Eduardo Estefano Filho e Roberto não são signatários de acordo formal de acionistas, não obstante, formam o bloco de controle em decorrência do exercício do controle de fato.

Desde o seu ingresso na Companhia, estes acionistas são titulares de direitos que lhe asseguram a maioria dos votos nas deliberações sociais da Companhia.

Para informações adicionais acerca do controle da Companhia, ver quadros 15.1 e 15.2 deste Formulário de Referência.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8 – Outras informações relevantes – controle e grupo econômico

Não há outras informações relevantes sem aquelas divulgadas nos itens anteriores

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

A Companhia mantém transações com partes relacionadas durante o curso normal de suas operações e atividades e considera que todas as condições estipuladas nos contratos pactuados são efetuadas em condições comerciais e financeiras, estabelecidas de comum acordo entre as partes.

Sobre os saldos a receber entre as partes relacionadas não constituímos provisão para créditos de liquidação duvidosa, devido à ausência de títulos em atraso com risco de realização.

É prática entre as partes relacionadas conceder entre si, avais e garantias para suportar operações de empréstimos e financiamentos bancários. As transações de vendas realizadas com as controladas referem-se a vendas de produtos para abastecimento dos mercados onde as mesmas estão sediadas. Os prazos de vencimento variam de 60 a 180 dias e não há incidência de encargos financeiros sobre essas transações.

Os saldos com as empresas ligadas, classificados em “Partes Relacionadas” são referentes a conta correntes operacionais entre as companhias do grupo. Todos os saldos e transações mantidos entre a Companhia e suas controladas são eliminados na consolidação.

Nossos sócios controladores são avalistas e garantidores em determinadas operações de empréstimos e financiamentos realizadas pela Companhia.

Conforme previsto no nosso Estatuto Social, artigo 28, o nosso Conselho de Administração tem competência exclusiva para decidir sobre a contratação de empréstimos em moeda nacional e estrangeira no Brasil e no exterior, em valores iguais ou superiores a 10% do nosso capital social vigente na ocasião, por operação, ou abaixo deste valor, se reincidentes em um único trimestre, perante um mesmo contratante.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe diretores e conselheiros de: (i) realizar quaisquer atos de liberdade com a utilização de ativos da Companhia e em detrimento desta; (ii) intervir em quaisquer operações em que tais diretores e conselheiros tenham interesse conflitante com o da Companhia ou nas deliberações de que participarem; e (iii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal de terceiros, direta ou indireta, sem autorização concedida pelo órgão competente.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Latinline S/A	01/03/2014	366.676,08	O saldo existente a pagar no passivo nao circulante em 31/12/2019 era de 1.590.772,18	nao é possivel aferir	Prazo Índeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mutuo						
Garantia e seguros	nao aplicavel						
Rescisão ou extinção	nao ha						
Natureza e razão para a operação	ativo por conta corrente						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Cambuci Importadora Ltda.	31/12/2012	201.466,99	O saldo existente a receber no ativo não cirulante em 31/12/2019 era de R\$ 16.200.692,08	Não é possivel aferir.	indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não existem garantias e seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
Natureza e razão para a operação	Ativos por conta corrente.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Impar Paraguay S/A.	31/12/2012	1.560.881,34	Não há saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2019	Não é possível aferir.	indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Contrato compra e venda						
Garantia e seguros	Não existem garantias e seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
Natureza e razão para a operação	Não houve venda de produtos da Companhia para o Paraguay.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Cambuci Trust	31/12/2019	319.620,14	Saldo de prestação de serviços com a Cambuci em 31/12/2019 era de R\$ 319.620,14	Não	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Locação e prestação de serviços						
Garantia e seguros	Sem garantia						
Rescisão ou extinção	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviços de locação de imóveis						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Penalty Argentina S/A.	31/12/2012	8.464.760,00	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2019 era de R\$ 8.449.243,51	Não é possível aferir.	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	compra e venda						
Garantia e seguros	Não existem garantias e seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
Natureza e razão para a operação	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a vendas de produtos acabados pela Companhia à Penalty Argentina no exercício findo em 31/12/2019						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Impar Sports Industria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda.	31/12/2012	16.132.548,20	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2019 era de R\$ 20.636.839,32	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não existem garantias e seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
Natureza e razão para a operação	Ativo em conta corrente						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Impar Sports Industria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda.	31/12/2012	4.369.302,13	O saldo de contas a pagar com a Cambuci é de R\$ 1.881.641,01 em 31/12/2019	Não é possível aferir.	Indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e venda						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a compras de produtos acabados pela Companhia à Impar Sports Industria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda. no exercício findo em 31/12/2017						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Penalty Chile S/A	09/10/2012	606.000,00	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2019 era de 2.749.348,61	Não é possível aferir.	10 anos	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não existem garantias e seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
Natureza e razão para a operação	Ativos por conta corrente.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Penalty Chile S/A	31/12/2012	1.135.000,00	O saldo existente no contas a receber em 31/12/2019 era de 3.370.191,17	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e venda						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente às vendas de produtos acabados Companhia à Penalty Chile S/A no exercício findo em 31/12/2017.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado**a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflito de interesses**

Adotamos práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação. Havendo conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro de nossos órgãos deliberativos, nos termos da legislação em vigor, o respectivo membro deve abster-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame. No caso de algum acionista ter interesse conflitante com a matéria da ordem do dia, segundo a legislação brasileira, este está vedado em proferir o seu voto. Não possuímos nenhum mecanismo ou política de identificação e solução de conflitos de interesses além daqueles impostos por lei. Solucionaremos eventuais conflitos de interesses de maneira individualizada.

A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tenha interesse conflitante com a matéria deliberada é anulável e o acionista responde pelos danos causados devendo transferir à Companhia as vantagens que tiver auferido. Até a data base deste Formulário de Referência, não foi identificada qualquer situação que pudesse ser configurada como uma situação de conflito de interesses e, portanto, não foi necessária a tomada de qualquer atitude relacionada.

b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Sempre observamos as condições praticadas no mercado ao contratar qualquer serviço, celebrar acordo ou estabelecer relação comercial.

Entendemos que nossas transações com partes relacionadas são realizadas em caráter estritamente comutativo com pagamento compensatório adequado.

Nossa administração utiliza-se de critérios razoáveis para estabelecer as condições de nossas operações com partes relacionadas e os pagamentos compensatórios justos, sempre consultando todos os membros de nossa administração e atuais acionistas a respeito.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Não há outras informações relevantes

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
15/07/2020	45.700.985,19		42.100.080	0	42.100.080
Tipo de capital	Capital Autorizado				
20/04/2010	0,00		0	0	50.000.000

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
28/11/2013	Ata da Reunião do Conselho de Administração	28/11/2013	3.295.955,43	Subscrição pública	666.667	925.582	1.592.249	4,31000000	2,07	R\$ por Unidade

Capital social por classe ações

Classe ação preferencial	Quantidade ação por classe (Unidades)
PNA	925.582

Critério para determinação do preço de emissão o preço de emissão das novas ações, de R\$ 2,07 por ação, foi fixado nos termos do Art. 170, § 1º, III, da Lei nº 6.404/76, com base na média ponderada por volume de negociação das cotações de fechamento das ações da Companhia nos pregões da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), dos últimos 19 pregões realizados no período de 03 de dezembro de 2012 a 04 de janeiro de 2013, inclusive, que se justifica em razão de ser mais vantajosa em relação ao valor patrimonial das ações da Companhia, e se mostra como o critério mais, adequado e justo para permitir a subscrição de ações por todos os acionistas (controladores e minoritários) sem que haja qualquer risco de diluição injustificada

Forma de integralização) A integralização poderá ser feita mediante capitalização de crédito contra a Companhia, devendo os acionistas credores que desejarem subscrever e integralizar as ações a serem emitidas, mediante capitalização de crédito contra a Companhia, se dirigirem diretamente a companhia e os acionistas que subscreverem ações e não forem credores da Companhia ou não desejarem utilizar seu crédito deverão integralizar o preço total das ações à vista em moeda corrente nacional no ato da subscrição, mediante depósito em dinheiro, nos termos do § 2º do Art. 171 da Lei 6.404/76

28/06/2019	Conselho de Administração	28/06/2019	9.903.029,76	Subscrição particular	120.431	222.353	342.784	8,89000000	28,85	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	--------------	-----------------------	---------	---------	---------	------------	-------	-----------------

Capital social por classe ações

Classe ação preferencial	Quantidade ação por classe (Unidades)
PNA	222.353

Critério para determinação do preço de emissão Média ponderada por volume de negociação das cotações de fechamento das ações da Companhia nos pregões da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), dos 20 pregões realizados no período de 17 de dezembro de 2018 a 22 de janeiro de 2019, inclusive.

Forma de integralização Mediante a emissão de 120.431 (cento e vinte mil, quatrocentos e trinta e uma) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal e 222.353 (duzentas e vinte e duas mil, trezentas e cinquenta e três) ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal.

15/07/2020	Conselho de Administração	15/07/2020	162.000,00	Subscrição particular	120.000	0	120.000	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	------------	-----------------------	---------	---	---------	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão Em decorrência do exercício de opções de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado em 29 de novembro de 2012 ("Plano"). Nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, pelo preço de R\$1,35 (um real e trinta e cinco centavos) por ação, conforme fixados nos termos do Plano.

Forma de integralização A respectiva integralização do preço foi realizada à vista, em moeda corrente nacional.

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
31/12/2012	12.420.600	24.539.400	36.960.000	12.420.600	24.539.400	36.960.000
	Capital social por classe espécie ações			Capital social por classe espécie ações		
	Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais (Unidades)		Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	
	PNA	24.539.400		PNA	24.539.400	
Desdobramento						
07/01/2013	12.420.600	24.539.400	36.960.000	13.087.267	25.464.982	38.552.249
	Capital social por classe espécie ações			Capital social por classe espécie ações		
	Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais (Unidades)		Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	
	PNA	24.539.400		PNA	25.464.982	
Desdobramento						
31/12/2014	12.420.600	24.539.400	36.960.000	13.087.267	25.464.982	38.552.249
	Capital social por classe espécie ações			Capital social por classe espécie ações		
	Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais (Unidades)		Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	
	PNA	24.539.400		PNA	25.464.982	
Grupamento						
30/05/2016	13.087.267	25.464.982	38.552.249	1.308.726	2.546.498	3.855.224
	Capital social por classe espécie ações			Capital social por classe espécie ações		
	Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais (Unidades)		Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	
	PNA	25.464.982		PNA	2.546.498	

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
14/08/2019	1.429.157	2.768.851	4.198.008	14.291.570	27.688.510	41.980.080
	Capital social por classe espécie ações			Capital social por classe espécie ações		
	Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais (Unidades)		Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	
		PNA	2.768.851		PNA	27.688.510

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução de capital

CNPJ: 61.088.894/0001-08

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL, REALIZADA NO DIA 15 DE JULHO DE 2020.

1. DATA, HORA E LOCAL:

Realizada às 09 horas do dia 15 de julho de 2020, na filial administrativa da Sociedade, localizada na Cidade de São Roque, Estado de São Paulo, na Av. Getúlio Vargas, 930, Marmeleiro, CEP 18130-430.

2. PRESENÇA:

Constatou-se a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, ainda, com a participação da totalidade dos membros do Conselho Fiscal

3. MESA:

Presidida pelo Sr. Roberto Estefano e secretariada pela Dra. Daniela Coutinho de Castro.

4. DELIBERAÇÕES:

Ordem do dia: Deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão de ações ordinárias, em decorrência do exercício de opções de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado em 29 de novembro de 2012 (“Plano”).
Deliberações: Os membros do Conselho de Administração deliberaram, aprovar aumento do capital social da Companhia, observado o limite do capital autorizado previsto no artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, no valor de R\$ 162.000,00 (cento e sessenta e dois mil reais), mediante a emissão de 120.000 (cento e vinte) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, pelo preço de R\$1,35 (um real e trinta e cinco centavos) por ação de fixados nos termos do Plano.

(i) As ações ordinárias ora emitidas serão atribuídas a participantes do Plano, em decorrência do exercício de opções de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano. Nos termos do Plano, as ações ordinárias não poderão ser alienadas pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados a partir desta data. A subscrição das ações ordinárias será efetivada mediante assinatura do boletim de subscrição pelo subscritor e a respectiva integralização do preço deverá ser feita à vista, em moeda corrente nacional. (ii) As ações ordinárias ora emitidas farão jus aos dividendos e demais proventos que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de integralização das ações. (iii) Do preço de emissão das ações ordinárias, o montante de R\$ 162.000,00 (cento e sessenta e dois mil reais) será destinado à conta de capital social. (iv) Em razão das deliberações acima, o capital social da Companhia passará de R\$ 45.538.985,19 (quarenta e cinco milhões, quinhentos e trinta e oito mil, novecentos e oitenta e cinco reais e dezenove centavos) para R\$ 45.700.985,19 (quarenta e cinco milhões, setecentos mil,

CAMBUCI S/A
Companhia Aberta**17.5 - Outras Informações Relevantes**

novecentos e oitenta e cinco reais e dezenove centavos), dividido em 42.100.080 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal e com direito a voto.

5. ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. São Paulo, 15 de julho de 2020. **Assinaturas:** Mesa: (a) Roberto Estefano (Presidente); (b) Daniela Coutinho de Castro (Secretária). Conselheiros: (a) Eduardo Estefano Filho e (b) Manoel Roberto Bravo Caldeira

Certifico que é cópia fiel, lavrada em livro próprio

ROBERTO ESTEFANO
Presidente

DANIELA COUTINHO DE CASTRO
Secretária - OAB/SP 151.840

EDUARDO ESTEFANO FILHO

MANUEL ROBERTO BRAVO CALDEIRA

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	As ações preferenciais da Cambuci tem direito a serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas no art. 254-A da Lei 6.404/76, assegurado o dividendo ao menos igual ao das ações ordinárias.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Cambuci, as ações ordinárias da Cambuci são conversíveis em ações preferenciais. A conversão de ação ordinária em preferencial poderá ser feita por solicitação do respectivo titular, desde que com a concordância da maioria dos demais acionistas ordinários em Assembléia Geral, e respeitado o limite de 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas.
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Qualquer um de nossos acionistas dissidentes de determinadas deliberações tomadas em assembléia geral poderá retirar-se do nosso quadro de acionistas, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no Patrimônio Líquido Contábil das ações, de acordo com o último balanço aprovado pela Assembléia Geral, segundo os critérios de avaliação do Ativo e do Passivo fixado na Lei das Sociedades Anônimas. O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da ata da assembléia geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em assembléias gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos: (i) direito a participar da distribuição dos lucros; (ii) direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; (iii) direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (iv) direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (v) direito de votar nas assembléias gerais; e (vi) direito a retirar-se da companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações. O estatuto social da Cambuci não estabelece condições específicas para alteração dos direitos assegurados por tal.
Outras características relevantes	Não existem outras características relevantes.
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe A
Tag along	80,000000
Direito a dividendos	Igual aos acionista com ações ordinarias, ou seja 25% do lucro apurado como dividendos mínimos obrigatórios
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não

18.1 - Direitos Das Ações

Resgatável Não

Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários Não há.

Outras características relevantes Não há.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

Não existem regras estatutárias que limitem o direito de voto dos acionistas. Nosso Estatuto Social prevê que o não pagamento de dividendos por 3 (três) exercícios sociais consecutivos confere o direito de voto às ações preferenciais, que persistirá até a Assembleia Geral que determinar a distribuição de dividendos.

Não existem regras estatutárias que obriguem os acionistas a realizar a oferta pública, no entanto, nosso Estatuto Social prevê que as ações preferenciais, inconversíveis em ordinárias, gozarão do direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas na Lei das Sociedades por Ações.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

Não existem exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos em nosso Estatuto Social.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Exercício social 31/12/2018

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/12/2018	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.469.752	27,74	7,71	R\$ por Unidade	16,80

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	Debêntures simples não conversíveis em ações
Data de emissão	01/08/1998
Data de vencimento	01/08/2001
Quantidade (Unidades)	3.000
Valor total (Reais)	3.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	2.097.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições das debêntures e da Emissão dependerão de aprovação de debenturistas que representem, que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.
Outras características relevantes	A escritura de debêntures previu a emissão de até 15.000 (quinze mil) debêntures, mas, em realidade, foram emitidas apenas 3.000 (três mil) debêntures, sendo o Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos - POSTALIS o único debenturista. Em 04 de setembro de 2000, foi firmado o Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura de Debêntures Simples da Companhia que alterou: (i) o pagamento de juros para a data de 01 de agosto de 2000; (ii) a recompra de 200 (duzentas) debêntures por mês a partir de 01 de fevereiro de 2000, até a data de 01 de julho de 2001, ou prorrogando-se até o dia útil seguinte, totalizando 1.200 (mil e duzentas) debêntures, através do Sistema Nacional de Debêntures - SND, administrado pela Central de Custódia e Liquidação Financeira - CETIP e Instituição financeira a ser indicada. A seguir, as 1.200 debêntures serão canceladas pela Emissora; (iii) o resgate do saldo de 1.800 (mil e oitocentas) debêntures se dará em 01 de agosto de 2001, data de seu vencimento. Ficam mantidas as demais condições das debêntures e com atualização pelo INPC + 8% a.a.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	1	0

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

As ações da Companhia são admitidas à negociação no mercado tradicional da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos CAMB3 e CAMB4.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há distribuição de dividendos em função do prejuízo acumulado

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou oferta pública de aquisição de ações de emissão de terceiros.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas**18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios**

Após o vencimento das debêntures mencionadas no item 18.5, a Companhia manteve disputa judicial com os debenturistas, a qual teve solução em outubro de 2010, mediante acordo judicial, resultando na assunção do valor acordado a ser pago em até 60 meses, corrigidos pelo INPC e acrescido de juros de 8,0% ao ano.

A Companhia vem cumprindo mensalmente a referida obrigação de pagamento, sendo, nesta data, devida 15 (dezesete) parcelas no valor de R\$ 123.386,24.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

Não há ofertas públicas de aquisição.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Não há outras informações relevantes – valores mobiliários

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve plano de recompra no período

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve recompra no período

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

Não aplicável, uma vez que todas as informações relevantes foram fornecidas nos demais itens e não houve recompra de ações.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação

30/04/2012

Órgão responsável pela aprovação Conselho de Administração

Cargo e/ou função

A Política de Negociação se destina aos acionistas controladores, diretos e indiretos, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e empregados da Companhia que tenham acesso freqüente a informações relevantes e outros que a Companhia considere necessário ou conveniente ("Pessoas Vinculadas"). As obrigações previstas na Política de Negociação são igualmente aplicáveis às pessoas listadas anteriormente e integrantes de sociedades controladas ou sob controle comum e respectivos acionistas controladores, membros da administração e de órgãos com funções técnicas ou consultivas, prestadores de serviços e outros profissionais, que tenham aderido expressamente às Políticas de Negociação e estejam obrigados a observância das regras nela descritas.

Principais características e locais de consulta

As normas desta Política de Negociação aplicam-se também aos casos em que as negociações por parte das Pessoas Vinculadas se dêem de forma indireta para o benefício próprio delas, direta e/ou indiretamente, mediante a utilização, por exemplo, de: (a) sociedade por elas controlada, direta ou indiretamente; (b) terceiros com que for mantido contrato de gestão, fidúcia, administração de carteira de investimentos em ativos financeiros; (c) procuradores ou agentes; e/ou (d) cônjuges dos quais não estejam separados judicialmente, companheiros(as) e quaisquer dependentes incluídos em sua declaração anual de imposto sobre a renda. Entende-se por negociações indiretas aquelas nas quais as Pessoas Vinculadas, apesar de não as conduzirem em seu nome, tenham o controle e o poder decisório sobre a realização da negociação.

A Política de negociação tem como objetivo esclarecer as regras que deverão ser observadas pelas Pessoas Vinculadas e pela Companhia, visando coibir e punir a utilização de informações privilegiadas em benefício próprio das Pessoas Vinculadas em negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia e enunciar as diretrizes que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos por lei, a negociação de tais valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM nº 358/02 e das políticas internas da própria Companhia.

Tais regras também procuram coibir a prática de insider trading (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de informações privilegiadas) e tipping (dicas de informações privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia.

As regras da Política de Negociação definem períodos nos quais as Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar com valores mobiliários de emissão da Companhia, de modo a evitar o questionamento com relação ao uso indevido de informações relevantes não divulgadas ao público.

Quaisquer dúvidas acerca das disposições da Política de Negociação, da regulamentação aplicável editada pela CVM ou sobre a possibilidade de se realizar ou não determinada negociação deverão ser esclarecidas juntamente ao administrador da Política que é o Diretor de Relações com Investidores da Companhia.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

Às Pessoas Vinculadas deverão abster-se de realizar quaisquer negociações com valores mobiliários de emissão da Companhia: (a) no período de 15 dias que antecederem a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) exigidas pela CVM; (b) entre a data da deliberação do órgão competente de aumentar o capital social, distribuir dividendos e pagar juros sobre o capital próprio e a publicação dos respectivos editais ou anúncios e (c) a partir do momento em que tiverem acesso à informação relativa à intenção da Companhia ou dos acionistas controladores da Companhia de: (i) modificar o capital social da Companhia mediante subscrição de ações; (ii) aprovar um programa de aquisição ou alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia; ou (iii) distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, bonificações em ações ou seus derivativos ou desdobramento; e a publicação dos respectivos editais e/ou anúncios ou informativos.

As Pessoas Vinculadas que se afastarem de cargos na administração da Companhia anteriormente à divulgação de Informação Relevante originada durante seu período de gestão não poderão negociar com Valores Mobiliários até: (a) o encerramento do prazo de 06 (seis) meses contado da data de seu afastamento; ou (b) desde a data em que tenham tomado conhecimento de ato ou fato relevante até a data de sua divulgação ao mercado pela Companhia. No contexto de uma oferta pública de distribuição de valores mobiliários e nos termos do artigo 48 da Instrução CVM nº 400/03, as Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar, desde a data em que tenham tomado conhecimento de tal oferta pública até a publicação do anúncio de encerramento de distribuição, valores mobiliários de emissão da Companhia.

Caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário respectivo, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária, e enquanto a operação não for tornada pública por meio da publicação de fato relevante, o Conselho de Administração da Companhia não poderá deliberar a aquisição ou alienação de ações de própria emissão.

As Pessoas Vinculadas que se afastarem de cargos na administração da Companhia anteriormente à divulgação de Informação Relevante originada durante seu período de gestão não poderão negociar com Valores Mobiliários até: (a) o encerramento do prazo de 6 (seis) meses contado da data de seu afastamento; ou (b) desde a data em que tenham tomado conhecimento de ato ou fato relevante até a data de sua divulgação ao mercado pela Companhia.

20.2 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

Exceto pela nossa Política de Divulgação aprovada em Assembleia Geral de nossos Acionistas, realizada em 30 de abril de 2012 cujo teor encontra-se descrito no item 21.2 deste Formulário de Referência, não há outras normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Conforme Instrução CVM nº 358/02, nossa Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante (“Política de Divulgação”) consiste no estabelecimento de elevados padrões de conduta no uso e divulgação de informações relevantes e na manutenção do sigilo acerca das informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público. Nossa Política de Divulgação foi aprovada em Assembleia Geral de nossos Acionistas, realizada em 30 de abril de 2012.

Nossa Política se destina a: (i) Administradores, Acionistas Controladores, Conselheiros Fiscais e integrantes dos demais Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia; (ii) Funcionários e Executivos com acesso a Informação Relevante; e, ainda; (iii) por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Controladora, nas Sociedades Controladas e nas Sociedades Coligadas, tenha conhecimento de informação relativa a Ato ou Fato Relevante sobre a Companhia (“Pessoas Vinculadas”).

O objetivo da Política de Divulgação é estabelecer as regras e procedimentos a serem adotados, com a finalidade de atender integralmente as disposições legais e regulamentares concernentes à divulgação de Ato ou Fato Relevante, nos termos da Instrução CVM nº 358/02, visando especialmente assegurar aos investidores a disponibilidade, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, das informações necessárias para as suas decisões de investimento, assegurando a melhor simetria possível na disseminação das informações.

Desta forma, impedindo o uso indevido de informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, do mercado e da própria Companhia.

Os eventos relacionados com o Ato ou Fato Relevante devem ter a sua materialidade analisada no contexto das atividades ordinárias e da dimensão da Companhia, bem como das informações anteriormente divulgadas e não em abstrato, de modo a evitar a banalização das divulgações de Atos ou Fatos

Relevantes em prejuízo da qualidade da análise, pelo mercado, das perspectivas da Companhia.

A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá dar-se por meio de anúncio publicado nos jornais de grande circulação habitualmente por utilizados pela Companhia, podendo a Companhia optar por realizá-lo de forma resumida nos jornais, contendo os elementos mínimos necessários a sua compreensão, desde que indique nos anúncios o(s) endereço(s) na Internet onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM, às Bolsas de Valores e à SEC. A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores onde são negociados os ativos de emissão da Companhia, no País ou no exterior. Caso haja incompatibilidade, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro. Em relação aos prazos para informar e divulgar, o Diretor de Relações com Investidores deverá, observar, ainda, o que segue: (i) comunicar e divulgar o Ato ou Fato Relevante ocorrido ou relacionado aos

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

negócios da Companhia imediatamente após a sua ocorrência; (ii) divulgar concomitantemente a todo o mercado o Ato ou Fato Relevante a ser veiculado em qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior; e (iii) avaliar a necessidade de solicitar, sempre simultaneamente, às Bolsas de Valores onde são negociados os ativos de sua emissão, a suspensão da negociação dos Valores Mobiliários, pelo tempo necessário à adequada disseminação da Informação Relevante, caso seja imperativo que a divulgação de Ato ou Fato Relevante ocorra durante o horário de negociação.

Todas as informações sobre Ato ou Fato Relevante da Companhia serão centralizadas na pessoa do Diretor de Relações com Investidores da Companhia, que é responsável pela divulgação e comunicação de Ato ou Fato Relevante. As Pessoas Vinculadas deverão comunicar qualquer Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores. Caso, diante da comunicação realizada (e não se configurando a decisão de manter sigilo, tomada na forma da Instrução CVM nº 358/02), as Pessoas Vinculadas constatem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, os mesmos somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente o Ato ou Fato Relevante à CVM.

As Pessoas Vinculadas terão o dever de (i) guardar sigilo das informações relativas a Ato ou Fato Relevante às quais tenham acesso privilegiado até sua divulgação ao mercado, bem como (ii) zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento do dever de sigilo. Para fins de orientação, sempre que houver dúvida a respeito da relevância acerca de Informação Privilegiada, deve-se entrar em contato com o Diretor de Relações com Investidores da Companhia a fim de sanar a dúvida.

A regra geral em relação a Ato ou Fato Relevante é a de sua imediata comunicação e divulgação. Em qualquer caso, deixar de comunicar e divulgar Ato ou Fato Relevante é uma excepcionalidade e deverá ser objeto de análise. Em casos excepcionais, que constituam Informação Privilegiada, o Ato ou Fato Relevante poderão deixar de ser divulgados se os Acionistas Controladores ou dos Administradores da Companhia entenderem que a sua revelação pode colocar em risco interesse legítimo da Companhia. Caso o Ato ou Fato Relevante esteja ligado a operações envolvendo diretamente os Acionistas Controladores e estes decidam por sua não divulgação, deverão os Acionistas Controladores informar ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia.

Ainda que os Administradores e Acionistas Controladores decidam pela não divulgação de Ato ou Fato Relevante, é seu dever divulgar imediatamente o Ato ou Fato Relevante, diretamente ou através do Diretor de Relações com Investidores, na hipótese de a informação escapar ao controle ou na hipótese de oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários da Companhia.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Os Administradores e Acionistas Controladores poderão submeter à CVM a sua decisão de, excepcionalmente, manter em sigilo do Ato ou Fato Relevante, cuja divulgação entendam configurar manifesto risco a legítimos interesses da Companhia.

Caso a CVM decida pela divulgação do Ato ou Fato relevante e determine ao Diretor de Relações com Investidores ou à Pessoa Vinculada, conforme o caso, que comunique o Ato ou Fato Relevante às Bolsas de Valores e ao público, o Diretor de Relações com Investidores deverá proceder imediatamente à divulgação, na forma da Instrução CVM 358/02.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

O responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da nossa Política de Divulgação é o nosso Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.